



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CARINE DE JESUS SANTOS**

**A COR DA AGROECOLOGIA:  
INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA E GÊNERO NA  
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO**

**NATAL-RN**

**2022**

**CARINE DE JESUS SANTOS**

**A COR DA AGROECOLOGIA:  
INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA E GÊNERO NA  
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cimone Rozendo de Souza

**NATAL-RN**

**2022**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -  
CCHLA

Santos, Carine de Jesus.

A cor da agroecologia: intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico / Carine de Jesus Santos. - 2022.

162f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cimone Rozendo de Souza.

1. Agroecologia. 2. Mulheres Negras. 3. Decolonialidade. 4. Feminismo Interseccional. I. Souza, Cimone Rozendo de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316:631.95-055.2

**CARINE DE JESUS SANTOS**

**A COR DA AGROECOLOGIA:  
INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA E GÊNERO NA  
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em 16 de dezembro de 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cimone Rozendo de Souza – Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

---

Profa. Dra. Irene Alves Paiva – Examinadora interna  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

---

Profa. Dra. Denise Carvalho dos Santos Rodrigues – Examinadora externa  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Profa. Dra. Paula Balduino de Melo – Examinadora externa  
Instituto Federal de Brasília (IFB)

---

Profa. Dra. Angela Figueiredo – Examinadora externa  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

*Dedico este estudo à minha mãe, Rita, que com muita luta, suor e perseverança me ensinou, desde pequena, que para quem não nasceu em berço esplêndido, o único caminho de crescimento e libertação é a educação. E ao meu pai (in memoriam), que sempre torceu pelo meu sucesso, do jeito dele.*

*Dedico também aos meus dois amores, Jorge e Aurora.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem veio antes de mim, resistindo para que a nossa ancestralidade negra não fosse subjugada e se transformasse em um instrumento de poder.

Agradeço à espiritualidade, pelo dom da vida e pela minha existência. Agradeço pelo encontro entre meu pai e minha mãe e pela família que formamos, junto com meus dois irmãos, Bruno e Júnior, com todas as nossas imperfeições, mas com muito amor. Família, onde o estudo sempre foi apoiado como algo essencial, para que pudéssemos nos tornar pessoas respeitadas e sermos alguém na vida.

Agradeço à Aurora da minha vida, que tem enfrentando muitas batalhas junto comigo e me ensinado a perceber como as coisas mais simples são importantes e que um momento de distração é único, e não volta mais. Obrigada por não me deixar viver no automático e por toda a paciência com a sua mãe, que em muitos momentos precisou estar ausente para oferecer um futuro melhor à nossa família. Mas o futuro é agora, não é mesmo, filha?

Agradeço ao meu grande companheiro de vida, por toda a disposição de seguir ao meu lado, desde o dia que nos reencontramos e decidimos viver essa história, que não é só de amor, é de muita paciência, lealdade, cumplicidade e respeito. Parceiro de risos, memes e que não solta minha mão e nem minha chatice. Este título é nosso, por tudo o que atravessamos e resistimos. Eu dedico a você e à nossa filha.

Agradeço à minha terapeuta, Marília, que tem me ajudado imensamente nessa travessia e que acompanhou toda a minha luta para me tornar doutora.

Agradeço à minha grande amiga e irmã, Karen Krsna, que além de toda a irmandade me apresentou caminhos onde pude dedicar minha força de trabalho e meus conhecimentos em prol de um mundo mais justo e mais humano. Obrigada por me ajudar a perceber que eu era muito mais do que eu poderia imaginar e por continuar comigo.

Agradeço à minha família Sarau, por todo o quentinho amoroso ofertado sempre e por melhorar meu olhar e meu viver, aceitando-me da forma mais louca que eu possa ser. Muito de quem sou hoje agradeço a cada uma/um de vocês, por todos os ensinamentos e colo, sem julgamentos e com muitas doses de amor: Larinha, André, Dora, Bal, Bene, Gal, Marcinha, Ilinha, Lud, Renatinha, Kari, Jenise e Mari, amo vocês.

Agradeço a Karine Oliveira, minha irmã de vida e de intelectualidade, que mesmo quando não atende às minhas ligações e não responde ao *WhatsApp*, é meu porto seguro para tudo nesta vida. Obrigada por ser minha mentora amorosa e intelectual e minha grande parceira de vida, de escrita e de copo. Sem você este título teria sido muito mais difícil de ser

conquistado. Obrigada por tanto amor e doação sem limites.

Agradeço à minha amiga Aline, que me ajuda a compreender que, sendo negra, todos os dias temos que travar uma batalha diferente para (re)existir. Obrigada por tantos ensinamentos. Agradeço ao universo pela sua existência e força.

Agradeço à minha amiga Erivânia, presente que a vida acadêmica me oportunizou com tanta bondade. Obrigada por tantas trocas de amizade, parceria e amor, aprendo muito com você, minha amiga querida, obrigada por ser tão humana e sensível.

Agradeço com muito amor à minha amiga Vivian, por me contagiar com tanta resistência e força e também por ser a minha condutora cuidadosa no adentramento no universo da Agroecologia. Você fez toda a diferença. Estamos juntas.

Agradeço ao Coletivo Angela Davis, que me acolheu com toda a potência do mundo e tem me ajudado a compreender o quão valiosa é a nossa negritude. No Coletivo fui presenteada com pessoas tão especiais, como minha pró e parceira querida, Angela Figueiredo, e também Tchu, Day, Tali e tantas outras pessoas maravilhosas que têm melhorado tanto minha experiência de vida. Este trabalho foi coletivo e tem muito de cada uma/um de vocês. Sozinha eu teria tido muito mais dificuldade e não chegaria até o fim. Obrigada por tantos aprendizados.

Agradeço à minha professora e orientadora, Cimone Rozendo, que se propôs a estar junto comigo na realização de um trabalho tão desafiador e que diz tanto sobre quem somos e como estamos no mundo. Obrigada por tudo, minha pró.

Agradeço aos/às amigos/as do Laboratório de Estudos Rurais, pela longa parceria.

Agradeço às queridas professoras Paula Balduino, Irene Paiva, Denise Araújo e Angela Figueiredo, por terem me concedido a honra do olhar sensível sobre a minha pesquisa, que revela, em grande medida, quem eu me tornei desde quando consegui positivar minha negritude e me entender como sujeita de poder. Professora Irene, não tenho palavras para agradecer ao universo por esse encontro contigo. Desde o ingresso no Mestrado até o presente momento, seu olhar sempre melhorou o meu. Obrigada, de coração.

Às minhas amigas e amigos que não foram citados, mas que me acompanham de perto e de longe e que torcem pelo meu sucesso, agradeço e recebo suas vibrações e energias.

Agradeço à minha casinha e meus amigos da *Virtus*, onde o *crossfit* entrou na minha vida e vem fazendo tanta diferença na minha saúde física e mental, de uma forma muito especial que eu não abro mão.

Meu pai, Jodaías, e meu irmão, Júnior, sua filha e irmã agora é doutora, espero que estejam acompanhando daí, de onde vocês estão. Sinto saudades.

*Linda e Preta*

*Linda e preta, da cor da noite da Bahia  
Preta, o dia te anuncia  
Linda e preta, você, você, você virá  
Linda e preta, eclipse da rua  
Linda e preta, esconde sol e lua  
Linda e preta, você, você, você virá  
Que nem a cor do sol de manhã cedo acorda o mar  
Meu mundo começa só depois que te encontrar  
Seu cabelo black dá um break em meu olhar  
Canto essa canção só pra dizer que você  
Linda e preta  
Linda e preta  
Linda e preta  
Que nem a cor do céu de manhã cedo acorda o mar  
Meu mundo começa só depois que te encontrar  
Seu cabelo black dá um break em meu olhar  
Canto essa canção só pra dizer que você  
Linda e preta, jardim do dia a dia  
Linda e preta, brincar de alegria  
Linda e preta, você, você, você virá  
Linda e preta, diz que nem desconfia  
Linda e preta, a conta que te guia  
Linda e preta, conta quem é teu orixá  
Que nem a cor do céu de manhã cedo acorda o mar  
Meu mundo começa só depois que te encontrar*

Nara Couto



SANTOS, Carine de Jesus. **A cor da Agroecologia: intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se dá a participação das mulheres negras na Agroecologia, no contexto dos GTs de Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a partir de uma abordagem decolonial e em diálogo com o feminismo interseccional. Os objetivos específicos são: 1) Analisar como a Agroecologia trata as pautas e as contribuições colocadas pelas mulheres negras que estão na construção desse campo do conhecimento, a partir dos GTs de Mulheres da ABA e da ANA; 2) Compreender como a intersecção, envolvendo as questões de raça, gênero, classe e outros marcadores, é tratada na Agroecologia e; 3) Refletir sobre os impactos da colonialidade na Agroecologia. Como estratégias metodológicas foram utilizadas a revisão sistemática de literatura e a revisão bibliográfica, além da realização de 10 entrevistas com participantes dos GTs mencionados. A pesquisa se embasou nas reflexões de Angela Figueiredo (2020), Aníbal Quijano (2005), Beatriz Nascimento (2021), Clóvis Moura (1983), Espinosa-Miñoso e Nadia Ziroldo (2022), Grada Kilomba (2019), Jurema Werneck (2010), Liliam Schwarcz (1994), Ochy Curiel (2019), Patricia Hill Collins (2020), Paula Balduino de Melo (2010), Ramón Grosfoguel (2019), Sueli Carneiro (2003), Vivian Motta (2020), entre outros/as autores/as igualmente importantes. Apoiando-se neste arcabouço teórico, questionamos como a idealização e a naturalização da categoria mulher universal contribuem para o apagamento e o silenciamento das mulheres negras na construção desta área do conhecimento e observamos como as mulheres que sofrem com os processos de racialização têm agenciado/reivindicado seu lugar de enunciação nesse âmbito. Considerando que as mulheres envolvidas na construção da práxis Agroecológica reivindicam a visibilização e a valorização de sua participação e protagonismo, a questão racial ainda é silenciada, motivada por uma indignação narcisista branca, categoria nomeada por Cida Bento (2002), a qual nos associamos. Como resultado, percebemos que, embora a Agroecologia anuncie em seu discurso a proposição de um projeto de transformação social com vistas ao enfrentamento e à superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero, em busca do bem-viver para o conjunto da sociedade, na prática, entretanto, o gênero assumiu um papel central nas narrativas. A luta que vem sendo travada pelo movimento feminista na Agroecologia avançou na compreensão da existência de uma diversidade de mulheres: camponesas, indígenas, asiáticas, quilombolas, rurais, entre outras, no entanto, o antirracismo ainda não se materializa necessariamente enquanto prática e permanece marginal, do ponto de vista das análises. Ainda assim, foi possível constatar nas falas das entrevistadas o reconhecimento da interseccionalidade como instrumento teórico-reflexivo importante, mas sem explorar o seu caráter político, resumindo-se a um apelo retórico.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Mulheres negras; Decolonialidade; Feminismo Interseccional.

SANTOS, Carine de Jesus. **The color of Agroecology: intersections between race and gender in the construction of agroecological knowledge**. 2022. Thesis (Doctorate in Social Sciences) – Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze how black women participate in Agroecology, in the context of the Women's Working Groups of the Brazilian Association of Agroecology (ABA) and the National Articulation of Agroecology (ANA), based on a decolonial approach and in dialogue with intersectional feminism. The specific objectives are: 1) To analyze how Agroecology deals with the guidelines and contributions made by black women who are in the construction of this field of knowledge, based on the Women's WG of ABA and ANA; 2) Understand how the intersection, involving issues of race, gender, class and other markers, is treated in Agroecology and; 3) Reflect on the impacts of coloniality on Agroecology. As methodological strategies, a systematic literature review and a bibliographical review were used, in addition to conducting 10 interviews with participants from the aforementioned GTs. The research was based on the reflections of Angela Figueiredo (2020), Aníbal Quijano (2005), Beatriz Nascimento (2021), Clóvis Moura (1983), Espinosa-Miñoso e Nadia Ziroldo (2022), Grada Kilomba (2019), Jurema Werneck (2010), Liliam Schwarcz (1994), Ochy Curiel (2019), Patricia Hill Collins (2020), Paula Balduino de Melo (2010), Ramón Grosfoguel (2019), Sueli Carneiro (2003), Vivian Motta (2020), among other equally important authors. Relying on this theoretical framework, we question how the idealization and naturalization of the universal woman category contribute to the erasure and silencing of black women in the construction of this area of knowledge and we observe how women who suffer from racialization processes have mediated/claimed its place of enunciation in this context. Considering that the women involved in the construction of Agroecological praxis claim the visibility and appreciation of their participation and protagonism, the racial issue is still silenced, motivated by a white narcissistic indignation, a category named by Cida Bento (2002), with which we are associated. As a result, we noticed that, although agroecology announces in its discourse the proposition of a project of social transformation with a view to confronting and overcoming social, racial and gender inequalities, in search of well-being for society as a whole, in practice, however, gender assumed a central role in the narratives. The struggle that has been waged by the feminist movement in Agroecology has advanced in understanding the existence of a diversity of women: peasant, indigenous, asian, quilombola, rural, among others, however, anti-racism still does not necessarily materialize as a practice and remains marginal, from the analysis point of view. Even so, it was possible to verify in the interviewees' statements the recognition of intersectionality as an important theoretical-reflexive instrument, but without exploring its political character, summing up to a rhetorical appeal.

**Keywords:** Agroecology; Black Women; Decoloniality; Intersectional Feminism.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Proposta de matriz metodológica .....	39
Quadro 2	Matriz colonial/decolonial agroecológica .....	39
Quadro 3	Descritores e quantidade de trabalhos totais encontrados .....	41
Quadro 4	Autoras e trabalhos na área da Agroecologia (Plataforma CAPES) .....	42
Quadro 5	Roteiro de entrevistas .....	45
Quadro 6	Caracterizando as entrevistadas .....	46
Quadro 7	Noções e concepções da Agroecologia (evolução do conceito) .....	75
Quadro 8	Produções sobre mulheres por mulheres na Agroecologia .....	84
Quadro 9	Experiência das Mulheres nos espaços políticos da Agroecologia .....	94
Quadro 10	Sistematização das ondas do feminismo.....	113
Quadro 11	Sistematização da Teoria Decolonial .....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELA	Escola Latino-Americana de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFESP	Instituto Federal de São Paulo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PTA	Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas
SOCLA	Congresso Latino- Americano de Agroecologia
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
	<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>27</b>
	<b>Organização e apresentação dos capítulos .....</b>	<b>32</b>
<b>1</b>	<b>METODOLOGIA DA OUTRIDADE .....</b>	<b>34</b>
1.1	<b>Contando histórias: conhecendo trajetórias .....</b>	<b>44</b>
1.1.1	<i>Angico.....</i>	<i>47</i>
1.1.2	<i>Aroeira.....</i>	<i>48</i>
1.1.3	<i>Barriguda.....</i>	<i>50</i>
1.1.4	<i>Jitirana.....</i>	<i>51</i>
1.1.5	<i>Carnaúba.....</i>	<i>52</i>
1.1.6	<i>Caroá.....</i>	<i>54</i>
1.1.7	<i>Malva.....</i>	<i>56</i>
1.1.8	<i>Malícia.....</i>	<i>57</i>
1.1.9	<i>Bromélia.....</i>	<i>58</i>
1.1.10	<i>Jurema.....</i>	<i>60</i>
<b>2</b>	<b>AGROECOLOGIA: (RE)CONSTRUINDO UM CONCEITO .....</b>	<b>63</b>
2.1	<b>Agroecologia pelas mãos e lentes das mulheres .....</b>	<b>71</b>
2.2	<b>As mulheres na produção do conhecimento agroecológico .....</b>	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>INTERSECCIONALIDADE: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISADORAS NEGRAS .....</b>	<b>100</b>
3.1	<b>Interseccionalidade: teoria racial crítica .....</b>	<b>103</b>
3.2	<b>Agroecologia e mulheres: encontro com feminismos .....</b>	<b>110</b>
3.3	<b>(Re)conhecendo (re)existências .....</b>	<b>115</b>
<b>4</b>	<b>DECOLONIALIDADE E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS NA BUSCA PELO BEM-VIVER .....</b>	<b>119</b>
4.1	<b>Situando o debate sobre raça no Brasil .....</b>	<b>119</b>
4.2	<b>O pós-des-de da colonialidade .....</b>	<b>127</b>
4.3	<b>Teoria Decolonial e a (re)configuração do conhecimento agroecológico .....</b>	<b>128</b>
4.4	<b>A modernização do rural: um Brasil sem negras/os .....</b>	<b>138</b>
4.5	<b>Quilombos, comunidades rurais e conhecimentos tradicionais .....</b>	<b>142</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>161</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

Início a apresentação desta pesquisa destacando um processo que afetou toda a população mundial nas diversas dimensões da vida e que acompanha a produção deste estudo até o momento atual. Estamos lidando com a pandemia da Covid-19 desde março de 2020, quando no Brasil esse fenômeno foi percebido de forma mais grave, um vírus desconhecido e incontrolável, que exigia medidas mais drásticas do conjunto da sociedade. Para tentar regular os efeitos desse fenômeno, estados e municípios, dado o descaso federal, e assessorados por consórcios de saúde formados por pesquisadores da área, orientaram como estratégia a necessidade de isolamento e distanciamento social. A pandemia afetou os modos de vida de todo o mundo e mostrou de forma escancarada as imensas desigualdades, principalmente sociais, econômicas e sanitárias existentes no Brasil, sobretudo vivenciadas pela população negra, ocasionando mais de 600 mil mortes até o ano de 2022. Tecnicamente, a internet se tornou ainda mais essencial para a sociedade, não se limitando apenas à conexão entre as pessoas, mas também como ferramenta fundamental para o mundo do trabalho e da educação.

No contexto das pesquisas acadêmicas, os impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, contudo, já se percebe as +complexidades postas para as atividades de campo, sobretudo na realização de entrevistas e visitas *in loco*, momento em que a/o pesquisadora/pesquisador utiliza de percepção e sensibilidade para colher os achados da investigação. Como alternativa, a utilização dos aplicativos de mensagens se apresentou enquanto uma das possibilidades, entretanto, deparamo-nos com o grave problema de acesso à internet por uma parte significativa da população, economicamente fragilizada, revelando mais uma face das desigualdades sociais do país e (re)afirmando que os acessos não são iguais para todas/os.

A descoberta das vacinas trouxe esperanças e a sociedade progressivamente retomou as atividades presenciais, mas ainda com cautela, fazendo uso de máscara e limpeza das mãos. Vivemos um momento de mais controle dos contágios e das mortes, mas a pandemia ainda não acabou. E mesmo que não seja o objetivo desta tese tratar detalhadamente sobre esse contexto, é importante situar a/o leitora/leitor sobre este momento que, sem dúvidas, entrou para a história da humanidade e nunca será esquecido.

Para introduzir o estudo da tese, busquei construir um fio condutor de experiências e vivências que o ingresso no Mestrado em Ciências Sociais me proporcionou, em diálogo com

meu campo profissional, inclusive sobre questões que hoje compreendo como lacunas necessárias e urgentes que foram trabalhadas no Doutorado.

Em julho de 2016 tive a chance de participar de uma oficina sobre feminismo negro junto ao Coletivo Carolinas de Natal-RN, onde, com outras mulheres, compartilhamos histórias, percepções, contradições, dificuldades, potencialidades e nosso devir-mulher negra. Percebi, fortemente, como muitas narrativas se assemelhavam em grande parte com a minha biografia de mulher negra, que até a fase adulta era vista e me identificava como “morena”, inconscientemente para amenizar, de certa forma, as mazelas impostas pelo racismo. Sendo menos negra, seria mais aceita. Essa vivência me ajudou a compreender como aspectos de embranquecimento acompanharam minha infância, adolescência, até a fase adulta, de forma inconsciente – porque não tinha a capacidade de elaborar um pensamento crítico, ainda, naquela época – para conseguir alcançar qualquer nível dos padrões de beleza aceitáveis pela branquitude<sup>1</sup>.

Do cabelo crespo, alisado religiosamente, à repelência por conta da cor “suja” e, não poderia me esquecer de passar um hidratante super potente para esconder o cinza natural da pele não branca. Ainda me lembro do apelido que me acompanhou em todo o meu Ensino Fundamental, por conta do meu cabelo “armado e assanhado” – *Capoeira*! Sempre associei o fato de não ser escolhida para determinadas coisas, ou não ser percebida nos ambientes, à minha condição socioeconômica, o que pra mim se tornou algo comum. Até aquele momento não imaginava que minha raça e cor teriam peso na minha humanidade, ainda mais sendo criança. A participação nesta formação foi o meu primeiro contato com a noção de negritude como algo bom, apesar das questões doloridas que vieram à tona. Foi uma oportunidade singular que mobilizou e estimulou a minha percepção sobre a linha tênue entre ser vista como *morena* ou *negra* e ter que cumprir “padrões” para ser aceita, além de que, a partir daí, comecei a refletir sobre o que significava ser colocada em um não lugar. Essa vivência me inquietou e me instigou, não somente na minha vida pessoal, como também em minha construção como pesquisadora.

Também foi importante para minha compreensão cursar a disciplina “Teoria contemporânea” no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ministrada pela professora Irene

---

<sup>1</sup> “Refere-se à racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/mantém/reproduz as desigualdades raciais” (BENTO, 2010, p. 7).

Alves, intelectual negra, que me permitiu conhecer a perspectiva da abordagem decolonial em linhas gerais, principalmente sob a ótica proposta por Quijano (2005), baseada na *colonialidade do poder*, que discute a criação da categoria raça como critério de classificação e dominação do sistema colonial.

Nesse sentido, Grada Kilomba me ajudou a compreender que escrever sobre mim e sobre minha história é um ato político, pois “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/o ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar-se a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Na pesquisa à época realizada, e que teve como objetivo verificar a influência das práticas educativas não formais na vida de mulheres rurais, constatamos que a participação em processos formativos e nos espaços públicos se mostrou uma condição importante para que as mulheres rurais integrantes da Rede Xique Xique de Comercialização pudessem olhar para suas vidas de uma forma mais propositiva e (re)ativa, e tivessem a capacidade de analisar como poderiam superar suas limitações e dificuldades, sobretudo no contexto familiar e com relação às esferas econômica, política e social. O acesso à informação e a novos conhecimentos, através de cursos, seminários, oficinas, reuniões de formação e nas trocas de experiências, inclusive no espaço da feira agroecológica, manifestaram-se como instrumentos de poder, propulsores de mudanças e de estímulo às agências dessas mulheres. Em especial, influenciaram no desenvolvimento de capacidades, que permitiram a construção de novas subjetividades, pesando decisivamente no exercício das escolhas e decisões que dizem respeito às suas singularidades e seus interesses, enquanto sujeitas.

O estudo envolveu mulheres do meio rural, organizadas em grupos produtivos articulados em uma rede de comercialização, que se orienta por princípios e práticas da economia solidária, da Agroecologia e do feminismo no Rio Grande do Norte. Categorias como participação, educação não formal, autonomia, agenciamento, empoderamento coletivo e feminismo se apresentaram como essenciais para a (re)construção da vida dessas mulheres no ambiente familiar e em suas comunidades. As experiências relatadas demonstram como elas concebem a Agroecologia, na produção da vida, em sincronia com o meio ambiente e com a terra, na necessidade de garantir alimentos saudáveis para sua segurança alimentar e de suas famílias, na perpetuação das ervas medicinais e no protagonismo delas na manutenção de quintais produtivos, recriados como espaços de formação e de geração de renda. A participação nas feiras agroecológicas também teve destaque na análise, considerado como lugar de trocas de saberes, espaço de sociabilidade e firmamento de vínculos, onde as



mulheres sempre aprenderam umas com as outras e conquistaram o direito de transitar livremente na arena pública.

Na dissertação foi apresentada a realidade de mulheres que são, em sua maioria, agricultoras agroecológicas, entretanto não foram aprofundadas as contribuições delas para esta área de conhecimento, onde historicamente sua importante participação não é reconhecida, sobretudo na academia. E ainda que a rede fosse composta por mulheres brancas e não brancas, na pesquisa desenvolvida a questão racial não foi observada como estruturante. Compreendemos que é relevante apontar essas ausências, pois o acúmulo adquirido sobre matérias e abordagens, tão essenciais para compreendermos a real formação e organização da sociedade brasileira, só foi possível após meu ingresso no Doutorado.

A Agroecologia e a economia solidária são movimentos sociais que sugerem outros valores/elos em torno da relação entre as pessoas e entre as pessoas e as esferas econômica, política, cultural, social e ambiental, indo na contramão do sistema hegemônico que mercantiliza todas as esferas da vida. Esses movimentos propõem a construção de outras bases para a sociedade, através das experiências de produção, comercialização e geração de conhecimentos. Numa perspectiva acadêmica, toda essa idealização expressa de forma teórica não acontece necessariamente sem conflitos e contradições, sobretudo de gênero, visto que são as mulheres que contribuem substancialmente para construção do conhecimento agroecológico – entendido academicamente a partir de três pilares: ciência, prática e movimento –, mas ainda são vistas como figurantes nesse processo.

Os conflitos e as contradições também se revelam nos processos produtivos agroecológicos e de economia solidária. Na investigação realizada anteriormente, a partir dos depoimentos obtidos, compreendemos a importância das mulheres no processo de produção/plantio dos alimentos: elas são as primeiras a guardar as sementes, preocupadas com a continuidade e manutenção das espécies, as que buscam soluções naturais para os problemas e dificuldades com a produção, como quando utilizam o gergelim para o “combate” às formigas, e são elas também que dividem o seu dia entre afazeres domésticos, cuidados com as crianças e idosos, e a produção no quintal. Tomando a experiência de mulheres negras escravizadas, trazidas de países africanos, Judith Carney<sup>2</sup> (2004, p. 37) relata a “astúcia e o heroísmo de uma escrava negra que, ao deixar a África traz consigo grãos de

---

<sup>2</sup> Na história quilombola do Brasil, quando mulheres trazidas na condição de escravizadas resgatam no navio negreiro restos de arroz do armazém, elas conseguem guardar esses grãos e os esconde no cabelo. As sementes valiosas conseguem passar imperceptíveis na inspeção e, com isso, os/as quilombolas começaram a cultivar o arroz no Brasil. É significativo o fato de a história dos quilombolas situar os primórdios do arroz em torno dos navios escravos, excesso de provisões e ação de mulheres escravizadas africanas (CARNEY, 2004).

arroz dissimulados nos seus cabelos”. Galeano (2013, p. 67) metaforicamente enfatiza que “elas levam a vida nos cabelos” e descreve que “antes de escapar, as escravas roubam grãos de arroz e de milho, pepitas de trigo, feijão e sementes de abóbora. Suas enormes cabeleiras viram celeiros. Quando chegam nos refúgios abertos na selva, as mulheres sacodem as cabeças e fecundam, assim, a terra livre”. Desde os primórdios da agricultura tradicional, as mulheres estão à frente dos processos de geração e multiplicação da vida.

Existe uma disputa em curso para que a Agroecologia se comprometa efetivamente com as questões de gênero, protagonizada pelas feministas agroecológicas<sup>3</sup>, pois mesmo as mulheres atuando de forma expressiva em todas as instâncias desta área, ainda assim, elas continuam sendo invisibilizadas. Emma Siliprandi (2015) atribui esse contínuo encobrimento das questões de gênero às categorias sociais e analíticas utilizadas pela Agroecologia, que são assexuadas, focadas na propriedade, no agroecossistema, na família, na comunidade, no desenvolvimento rural e que fortalecem a cegueira de gênero na Agroecologia.

Autores considerados cânones (ALTIERI, 2000; GLIESSMAN, 2001; GUZMÁN, 2002) na Agroecologia pela academia não valorizam e ocultam a participação e o protagonismo das mulheres em suas publicações, além de desconsiderarem totalmente a questão racial como parte importante das bases estruturais da agricultura tradicional. Esse posicionamento reforça os padrões organizadores da nossa sociedade, que foram erguidos e têm sido mantidos através do racismo estrutural, do machismo e do sexismo, histórica e socialmente.

Mesmo que as feministas agroecológicas questionem a ausência da abordagem de gênero na Agroecologia, com relação à desmistificação sobre a noção de experiência universal feminina, elas ainda se colocam de maneira limitada. Não absorvem que a categoria mulher é múltipla e não pode ser resumida a um padrão eurocentrado que determina o que é “mulher” e, apesar de afirmarem que há diversidade entre as mulheres, essa percepção não se revela quando se intersecciona gênero e raça, não deixando evidente a percepção de que o racismo que estrutura a sociedade impacta essa diversidade por elas acionada, pois conceitos “como patriarcado, mulheres, divisão sexual do trabalho, não consideram experiências de mulheres afetadas pelo racismo, pelo classismo, pela heterossexualidade e pela geopolítica” (CURIEL, 2019, p. 33).

---

<sup>3</sup> As feministas agroecológicas têm em suas bases o feminismo hegemônico, marcado pela predominância de mulheres brancas, que explica sua trajetória a partir de ondas. Em síntese, lutavam por igualdade de direitos entre homens e mulheres e contra o patriarcado, e utilizavam a sistematização de experiências como metodologia feminista.

Essa dissonância acontece no âmbito da Agroecologia, pois o movimento feminista agroecológico organizado situa as problemáticas e bandeiras acerca da questão de gênero e classe dissociadas da raça, afastando a lente da matriz colonial de opressão que atinge às mulheres impactadas pela racialização. O processo de racialização incide sobre mulheres negras enquanto que as mulheres não negras não são marcadas por este dispositivo, justamente porque a “racialidade branca” é invisibilizada em decorrência da “racialidade universal”, como nos mostra Lia Schucman, na sua pesquisa doutoral intitulada: “Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”. Ela argumenta que “a possibilidade confortável de brincar com a instável categoria de raça, neste caso, é dada aos brancos, mas esta mesma possibilidade não pode ser negociada pelos/as sujeitos/as negros/as” (SCHUCMAN, 2012, p. 51). A autora ainda acrescenta que para as pessoas brancas é dada a possibilidade da autoclassificação da cor da pele.

Mais recentemente, com a integração de mulheres negras engajadas, as questões de raça/cor começaram a ser problematizadas, embora exista grande relativização ou resistência por parte da agenda feminista instalada no interior do movimento e também na academia. Isso se reflete quando as questões relacionadas a gênero e classe são anunciadas como demandas comuns que conectam as mulheres e são postas como categorias centrais para explicar as desigualdades, enquanto que a questão da raça é até reconhecida como existente, mas não é vista como estruturante do conjunto de opressões, e muito menos é observada a incidência do seu papel histórico na organização da realidade que vivemos hoje.

Intelectuais negras como Angela Davis (2016), Angela Figueiredo (2018), Beatriz Nascimento (2021), bell hooks (2019), Grada Kilomba (2019), Lélia Gonzalez (1982), Luiza Bairros (1995), Neuza Souza (2021), Núbia Moreira (2007), Patricia Hill Collins (1990), Sueli Carneiro (2003), entre outras, nos afirmam que a conjugação de raça, gênero e classe são indissociáveis na vida das mulheres e meninas negras. Por assim ser, dentro do *modus operandi* do sistema opressor, uma mulher ou uma criança negra andando na rua é considerada apenas um corpo, “O racismo exclui e inferioriza o outro, o cabelo crespo e a cor da pele, traços e sinais mais perceptíveis das identidades étnico-raciais, que passam a ser ponto de conflito com relação à formação dessas mesmas identidades, suscitando os estereótipos” (LOPES; FIGUEIREDO, 2018, p. 3).

Na relação com a Agroecologia no universo acadêmico, tive a oportunidade de ser bolsista do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) da UFRN no ano de 2018, após o ingresso no Doutorado. Embora não tivéssemos recursos disponíveis para o cumprimento das

metas previstas nos projetos, aguardando recurso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizamos algumas ações internas e com o apoio de parceiros, como grupos de estudos, incluindo o I Seminário de Agroecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que contou com a participação ativa de mulheres agricultoras, pescadoras e marisqueiras que praticam a Agroecologia no seu cotidiano, aqui no Rio Grande do Norte. Tive contato com experiências significativas nesse encontro, que mobilizaram reflexões sobre como o universo agroecológico vem sendo nutrido e regado pelas mãos da diversidade de mulheres, não só na terra como também no mar.

A participação no XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, no GT sobre Gênero e Ruralidades, que aconteceu em Salvador no final de 2018, oportunizou-me o (re)encontro com Gabriela Monteiro, pesquisadora e feminista negra, que me incluiu no grupo de *WhatsApp* “Pretas da Agroecologia”, onde ali estavam outras mulheres negras de várias partes do Brasil (Amazônia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia) conectadas em torno do debate sobre a questão da raça na Agroecologia, de maneira ainda dispersa e espontânea. Nesse espaço também tive a oportunidade de conhecer Vivian Mota, feminista negra, docente do Instituto Federal de São Paulo (IFESP) e ex-coordenadora do GT de Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Na época, Vivian, ainda na posição de coordenadora do GT de Mulheres da ABA, convidou-me a ingressar nesse espaço, que reúne uma diversidade de mulheres estudiosas e engajadas na temática da Agroecologia, onde pudemos estreitar os laços e formar uma parceria de irmandade na elaboração de nossas pesquisas e no questionamento sobre o projeto de sociedade que estamos lutando, onde as pessoas negras são sujeitas nos processos.

Em novembro de 2019 participei, pela primeira vez, a convite de Vivian, enquanto coordenadora, do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Aracaju-SE, que teve como tema central “Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na democratização dos Sistemas Agroalimentares”, onde avaliei trabalhos submetidos ao GT de Mulheres da ABA e coordenei o Tapiri de Saberes, no eixo “Mulheres, Feminismo e Agroecologia”. Nesse evento também apresentei um trabalho, cujo título foi: “A cor da Agroecologia”, em parceria com a minha orientadora, Profa. Dra. Cimone Rozendo, e participei como mediadora da mesa: “Campesinato, Cultura e Ancestralidade: a Memória na construção da Agroecologia”. Nessa mesa tive a oportunidade de ouvir falas emblemáticas sobre a (re)existência e participação do povo negro na Agroecologia, sobretudo das mulheres negras. Essa foi uma mesa composta por três mulheres negras e um homem branco, duas delas mães de santo: uma representando a

Rede de Mulheres de Terreiro e a outra representando o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana; uma mulher indígena, representando o povo Pankararu; e Narciso Barrera-Bassols, professor da Universidade Nacional Autônoma do México.

A discussão perpassou sobre como a Agroecologia, mencionada como agricultura tradicional, constitui a vida da população negra desde a sua ancestralidade – que para além das relações consanguíneas, refere-se à produção de sentidos, a partir da territorialidade. Nas palavras de Oliveira (2012, p. 34): “É o contexto investido de sentido”. Outro aspecto enfatizado diz respeito ao estereótipo criado em torno da figura da/o camponesa/camponês, que por sua vez anula a diversidade das/os agricultoras/es, quilombolas e comunidades negras rurais. Além desses pontos, também foi abordada a urgência em visibilizar as pautas e demandas específicas das mulheres negras e indígenas na Agroecologia.

Sobre o contexto histórico de luta das mulheres na Agroecologia, vale demarcar que a expressão “Sem feminismo não há Agroecologia”<sup>4</sup> foi criada em 2013, no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), como reação articulada pelos GTs de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da ABA, para fazer frente e questionar o modelo hegemônico de Agroecologia que estava sendo formado, onde o conhecimento produzido pelas mulheres continuava não sendo considerado nos espaços do movimento, da academia, na assistência técnica etc.

Com relação à questão racial, é importante destacar que o debate sobre racismo na Agroecologia foi trazido pela primeira vez em uma plenária, realizada paralelamente às atividades oficiais, organizada por mulheres negras atuantes na Agroecologia, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), promovido pela ANA, que aconteceu em Belo Horizonte, em 2018, onde também foi criado um lema: “Se há racismo, não há Agroecologia”. Percebe-se que, embora as desigualdades de gênero continuem sendo a pauta principal de reivindicação das mulheres na Agroecologia, essas experiências mostram que mudanças no mundo social são organizadas por mulheres, pois sempre estão na linha de frente, mobilizando e provocando as principais transformações que impactam as relações na sociedade. De acordo com uma pesquisa realizada por Vivian Motta (2022):

---

<sup>4</sup> “O lema ‘Sem Feminismo não há Agroecologia’ apareceu como um questionamento ao entendimento do enfoque agroecológico que vinha sendo hegemônico até então. Havia um consenso de que a Agroecologia deveria ser pensada a partir de uma perspectiva sistêmica, que considerasse as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Porém, não se aprofundava a questão das diferentes dimensões de poder entre os homens e as mulheres em nossa sociedade, e que estruturavam (e estruturam) as relações cotidianas” (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018, p. 68).

As narrativas pessoais, discursos políticos e a divulgação das pactuações deveriam se materializar em ações estruturantes que gerassem oportunidades para as categorias marginalizadas. Apesar de tais conclusões serem lógicas, a materialização dos lemas não acontece de forma harmônica e tranquila, tanto a questão feminista como a antirracista entram na Agroecologia através do conflito: o feminismo é alçado como caminho para erradicação do machismo criando enfrentamento das mulheres em relação aos homens e vejo esse processo muito ligado a ideia binária de gênero. Já a questão racial entra na Agroecologia colocando os corpos negros em posição conflituosa com as pessoas brancas, ampliando para além do gênero, as disputas pelo poder (MOTTA, 2022, p. 226).

É importante pontuar aqui o conceito de experiência, pois ele é fundamental para entendermos as diferenças existentes entre mulheres, sobretudo quando observamos que as mulheres negras continuam posicionadas sustentando a base da pirâmide social. Concordamos com a afirmativa de Angela Davis (2016), quando a autora diz que uma mulher negra, ao se movimentar, transforma toda a sociedade. Essa posição é resultado da escravidão, “um processo que marcou a história da população feminina negra sublevando-a à condição de construtoras de formas de resistência, forjando sua mente e corpo como *lócus* da política” (MOREIRA; EVANGELISTA; SANTOS, 2019, p. 117) e, nesse sentido:

[...] os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas (CALDWELL, 2000, p. 99).

Em junho de 2022 aconteceu o I Encontro de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia em São Luís-MA, envolvendo mulheres que participam da ANA e da ABA, com representações de todas as regiões do Brasil. Foram três dias intensos de palestras, seminários, rodas de diálogos, oficinas, reuniões, intercâmbios e também a elaboração da carta do encontro. A construção desse encontro foi realizada de forma on-line, para facilitar o andamento das atividades e para aproveitar a participação de todas, que estavam distribuídas em várias regiões do país. Foram realizadas oficinas presenciais e híbridas, localmente, preparatórias para esse momento de convergência. As reuniões virtuais para a elaboração e definição das metodologias que seriam utilizadas, nas prévias nos estados e no encontro propriamente dito, foram marcadas por uma série de silenciamentos, apagamentos e pela manutenção do *status quo* de mulheres brancas coordenando e decidindo diretrizes de um evento especificamente destinado às mulheres negras, indígenas e

quilombolas.

Em vários espaços do encontro, o termo Agroecologia não refletiu como consenso entre as mulheres negras e as mulheres quilombolas. Alguns questionamentos foram colocados acerca da construção do conceito, que em muitos espaços, sobretudo na academia, destitui os saberes e conhecimentos de povos que forjaram a agricultura tradicional e ancestral, originária de sua formação.

Claro que a união entre as mulheres é necessária e fundamental para fomentar e promover as mudanças, sobretudo na reestruturação das relações sociais, mas é preciso estarmos atentas e percebermos qual é o lugar de perspectiva e o lugar de enunciação (MIGNOLO, 2017), para que as pessoas negras possam exercer o seu protagonismo, sem o receio de estarem o tempo todo sendo avaliadas e disputando espaços, sabendo que para nós sempre esteve reservado o último lugar na fila e as posições inferiores.

A contextualização apresentada mobilizou meus sentidos e me provocou a buscar mais informações e elementos sobre a herança colonial que nós mulheres negras carregamos, desde as que atravessaram o Oceano Atlântico e contribuíram fundamentalmente com seus saberes e formas de vidas ancestrais para a conformação do universo rural brasileiro. A agricultura tradicional é uma herança arraigada na vida da população negra, sobretudo das mulheres no meio rural, que sempre a praticaram e foram suas principais “mantenedoras”, desde o período escravista. A Agroecologia chega aos horizontes acadêmicos como um advento teórico e científico produzido por homens brancos, reforçando as narrativas sobre a imposição do padrão branco ocidental nesse campo do conhecimento, o que nos leva a compreender, em grande medida, o porquê de não haver um consenso sobre o termo. Nesse sentido, “é preciso considerar a história nas nossas ações, de forma que as pessoas negras não sejam só escravizadas, mas sim protagonistas na geração de saberes e tecnologias fundamentais para a Agroecologia, ou seja, uma história que não seja eurocêntrica” (MOTTA, 2021, p. 3).

Diante do exposto, as motivações para realizar a presente pesquisa se deram, primeiramente, pelo meu despertar político como mulher negra, em consonância com o pensamento de Neusa Santos Souza (2021, p. 17): “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências [...] mas é também, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”.

Embora não seja uma mulher rural e não tenha formação na área agrária, sempre estive envolvida com trabalhos e atividades junto às mulheres que vivem do e no meio rural e, nesse sentido, minha trajetória pessoal e profissional me oportunizou conhecer histórias de vidas de

mulheres marcadas por tantas dificuldades e violências por causa da raça, da cor, por serem mulheres, por serem agricultoras, entre outros tipos de opressão, mas que, apesar de tudo, seguem resistindo e lutando por dignidade, para elas e suas famílias. Cabe ressaltar que muitas dessas mulheres são militantes da Marcha Mundial de Mulheres<sup>5</sup>, onde são consideradas como iguais, mesmo tendo demandas e condições diferentes, pois para esse movimento as mulheres sofrem por serem mulheres, essencialmente, e para elas o racismo não é só sobre raça e cor, e pode ser motivo de segregação da luta das mulheres, desconsiderando, dessa forma, a realidade brasileira, por exemplo, que tem na sua raiz estrutural a junção entre as desigualdades de gênero e raça.

Durante a pandemia, as atividades acadêmicas e laborais no formato on-line se tornaram prática comum. Se, por um lado, aumentou a carga de trabalho simultânea, principalmente para as mulheres, por outro, foi possível alcançar mais informações e estar em contato com pessoas e eventos que presencialmente talvez não fosse possível, ou fosse muito mais difícil de acontecer. Entre junho e julho de 2021 participei do curso de formação Costuras Epistemológicas, ofertado pelo Coletivo Angela Davis, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que reúne pesquisadoras/es, docentes e estudantes, em sua maioria de mulheres negras, de várias instituições de ensino do Brasil, coordenado pela professora Angela Figueiredo, onde tive a oportunidade de aprofundar conceitos e abordagens que eu estava desenvolvendo na tese. No final da formação, demonstrei interesse em compor o Coletivo, onde fui muito bem acolhida e conduzida por Dailza Araújo, intelectual negra, junto às demais integrantes do Coletivo. Desde então, tenho tido a possibilidade de alargar e desenvolver cada vez mais minha capacidade de análise e conhecer novas teorias e pontos de vista que envolvem o debate racial, além do estreitamento da parceria com todo o Coletivo, que tem como princípio o apoio mútuo e a irmandade.

Ter a oportunidade de participar de espaços do movimento negro, de engajamento social e político, com certeza também contribuiu para que fosse possível perceber que as diferentes opressões e discriminações que as mulheres negras enfrentam nos diversos espaços da sociedade, e que também estão presentes na Agroecologia. Não é porque a Agroecologia é um movimento social que preconiza justiça social e bem-viver<sup>6</sup> que as questões relacionadas à

---

<sup>5</sup> Movimento social feminista internacional, com atuação no Brasil. A Marcha Mundial de Mulheres (MMM), iniciou diálogo no Brasil através das mulheres que faziam parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 2000, foi constituído em território brasileiro.

<sup>6</sup> O conceito de bem-viver, um dos princípios da Agroecologia, está alinhado com a perspectiva elaborada na Carta da Marcha das Mulheres Negras: “Emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a



raça e cor estão dadas. Pelo contrário, as poucas mulheres negras engajadas nesse espaço estão trazendo para a superfície esse assunto com mais ênfase, enfrentando muitas dificuldades para que sejam compreendidas, pois existe um conflito instalado que impede a diferenciação entre racismo e preconceito, sobretudo considerando a realidade brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar como se dá a participação das mulheres negras na Agroecologia, a partir do contexto compartilhado com mulheres que integram o GT de Mulheres da ABA e da ANA, por meio das entrevistas realizadas com as mesmas, além de consultas a trabalhos, sistematizações e pesquisas acadêmicas e, nesse sentido, buscando compreender se e de que maneira raça e gênero estão sendo articulados na construção do conhecimento agroecológico nesses espaços.

Diante das problemáticas colocadas, surgem as questões que nortearam esta pesquisa: Como se dá a participação das mulheres negras na Agroecologia, a partir do contexto compartilhado com mulheres que integram o GT de Mulheres da ABA e da ANA? De que maneira, a partir da realização de consultas a trabalhos, sistematizações e pesquisas acadêmicas, raça e gênero estão sendo articulados no âmbito da Agroecologia?

Ainda que a Agroecologia se proponha como estratégia política contra-hegemônica e tenha uma perspectiva voltada para o bem-viver, a diversidade das mulheres que ainda continuam lutando por valorização e reconhecimento de suas especificidades na sua construção é significativa.

Como objetivos específicos, foram elencados:

1. Analisar como a Agroecologia trata as pautas e as contribuições colocadas pelas mulheres negras que estão na construção desse campo do conhecimento, a partir do GT de Mulheres da ABA e da ANA;
2. Compreender como a intersecção, envolvendo as questões de raça, gênero, classe e outros marcadores, é tratada na Agroecologia;
3. Investigar, à luz da interseccionalidade, as demandas que as mulheres negras pesquisadoras, agricultoras e técnicas remetem à Agroecologia;
4. Refletir sobre os impactos da colonialidade na Agroecologia.

Parte-se da ideia de que o projeto agroecológico que propõe uma transformação social, construído por pessoas, movimentos e instituições, precisa observar o racismo como um fenômeno inerente à sociedade brasileira. Negar a existência do racismo contribui para sua

---

solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade” (CARTA..., 2015, p. 17).

manutenção; posicionar-se contra o racismo é importante, mas não é suficiente, é preciso ação, de forma a materializar as práticas antirracistas.

Diante do exposto, foram elaboradas duas hipóteses principais, observadas ao longo da pesquisa:

- A problematização da contribuição da mulher negra na Agroecologia é relativizada, na medida em que o movimento feminista agroecológico considera que a luta para a valorização e o reconhecimento do protagonismo das mulheres e suas contribuições abrange a todas, independentemente de raça, cor e etnia, a luta é uma só contra o machismo e o capitalismo;
- Os discursos e as narrativas publicizadas pelos/as sujeitos/as que integram o movimento agroecológico, instituições e entidades que desenvolvem trabalhos nessa área anunciam que a produção do conhecimento agroecológico preza pela diversidade epistemológica e, sobretudo, pela valorização dos ensinamentos tradicionais que se constituem como estratégias de resistência. Quando observamos as práticas desses entes, nem sempre essa perspectiva se materializa, mostrando que existe racismo na Agroecologia.

Essas hipóteses se confirmam na mesma medida que começamos a perceber uma maior abertura para discutir as questões raciais na Agroecologia. Entretanto, ainda não somos nós que falamos sobre nós e também ainda não somos nós a ocuparmos lugares de poder nesse contexto, precisamos de permissão das pessoas brancas para incluir nossas pautas. O que se pretende aqui não é negar toda a história construída pelas mulheres na Agroecologia, sobretudo na busca pela igualdade entre gêneros e pela valorização dessas existências, enquanto sujeitas atuantes que contribuem fundamentalmente para esse campo de estudo, mas promover a igualdade sem deixar ninguém de fora ou em condição de figurante.

Na próxima seção serão apresentadas as etapas da pesquisa, a abordagem e os aspectos metodológicos utilizados, os principais conceitos discutidos e a distribuição dos capítulos.

## APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

As mulheres protagonizam o âmbito da Agroecologia de diversas formas: cultivando alimentos e criando animais nos seus quintais, realizando pesquisa nas instituições de ensino, atuando nos movimentos, ocupando os espaços, experimentando, elaborando ou replicando novas técnicas e tecnologias, em suma, produzindo práticas e conhecimentos. Estudos publicados, a partir da década de 1990, sobre a participação das mulheres nos sistemas agroecológicos reportam a construção de autonomias e reconhecimento da atuação expressiva feminina na produção e nos movimentos agroecológicos (PAULILO, 1987; PACHECO, 1997). Contudo, “muitas das tensões que se desenham dentro dos movimentos e coletivos aparecem de maneira mais branda em discursos políticos ‘oficiais’ e de lideranças ligadas a movimentos sociais mistos” (COSTA, 2019, p. 27). Pode-se apreender que o apagamento desse protagonismo deriva das raízes históricas do machismo e do patriarcado, que também estão presentes na Agroecologia.

Isso porque ainda é muito comum a idealização da agricultura familiar, da cultura das comunidades rurais e indígenas e do saber culinário, sem que sejam questionadas as relações de gênero profundamente desiguais que se escondem nas famílias, unidades produtivas, comunidades e cozinhas (MONTIEL; FERRE; ROCES, 2020, n.p.).

Essas questões foram observadas virtualmente nos diálogos internos no GT de Mulheres da ABA e no grupo Feminismo e Agroecologia, este último, espaço que reúne mulheres que participam do GT de Mulheres da ANA, através de lives e eventos virtuais, e também, mais recentemente, em eventos presenciais. Esses dois GTs se constituíram como canais virtuais centrais de comunicação durante esses dois anos de convivência com a pandemia da Covid-19.

O GT de Mulheres da ABA reúne, em sua maioria, mulheres pesquisadoras atuantes no universo acadêmico, sendo coordenado atualmente por uma mulher branca e composto em grande maioria por mulheres brancas, e o GT de Mulheres da ANA, com uma coordenação compartilhada com maioria de mulheres brancas, que tem um maior acúmulo dos movimentos sociais, reúne acadêmicas, técnicas e mulheres agricultoras, sendo composto por mulheres brancas e não brancas. O engajamento de mulheres negras nesses dois espaços tem trazido à superfície a problematização sobre as questões de raça/cor na Agroecologia, e só a partir dessa participação têm sido descortinados os apagamentos das mulheres discriminadas racialmente. Todavia, ainda que se perceba uma maior abertura para avançar sobre essas questões junto às

mulheres brancas, que majoritariamente ocupam as posições decisórias nesses dois espaços, observam-se resistências, no que tange a essas demandas específicas, associadas a um discurso de que a diversidade marca o espaço do GT, sem um devido aprofundamento sobre as intersecções.

Constatou-se que a condição para que esse debate sobre raça/cor seja mobilizado na Agroecologia implica em ter mulheres que falem em nome de suas dores e lutas, ou seja, só tem acontecido através de narrativas e posicionamentos das mulheres que sofrem racismo. Grada Kilomba (2019) faz uma crítica sobre a tentativa de feministas brancas compararem racismo e sexismo e se furtarem de duas questões fundamentais que influenciam as posições que as mulheres ocupam de acordo com suas diferenças: “primeiro, que elas são brancas e, portanto, têm privilégios brancos. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres negras também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo”, o que, consequentemente resultou na “invisibilização e [no] silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global” (KILOMBA, 2019, p. 100).

Outra questão trazida pela autora é a “moda branca” da sororidade, assumida pelo feminismo ocidental, que reforça a noção de universalidade entre as mulheres. Essa categoria sugere que todas as mulheres são irmãs, unidas em uma grande família, permeada por relações de cumplicidade, em um contexto dominado por homens. “Essa ideia pode parecer bastante poderosa, quando não, ela permanece uma presunção [...] que negligencia a história da escravidão, do colonialismo e do racismo nos quais mulheres brancas tem recebido sua parcela de poder branco masculino em relação a mulheres e homens negros” (KILOMBA, 2019, p. 101).

Sobre a incompatibilidade no uso universal do termo “sororidade”, Vilma Piedade (2020) explicita, através da noção de “dororidade”, o ato de irmandade entre as mulheres, e analisa que “a sororidade parece não dar conta da nossa pretitude [...] a Dor – mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (p. 13). Para essa intelectual, a “dororidade” incorpora tanto as questões do machismo quanto do racismo na conjugação inseparável raça-gênero: “Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Contudo, quando se trata de nós, mulheres pretas, têm um agravo nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade brasileira” (p. 13). Assim como bem nos mostra Nogueira (2006), ao abordar a noção de preconceito de marca existente no Brasil, o que anteriormente foi caracterizado como preconceito de cor, intimamente ligado à aparência

racial e ao fenótipo.

A crítica sobre o silenciamento de outros tipos de opressão que atingem as mulheres, além do sexismo, coloca como necessária e urgente a reconstrução da práxis política do feminismo. O movimento de mulheres negras tem orquestrado uma mudança de concepção, nesse sentido, sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil, para com isso enegrecer o feminismo (CARNEIRO, 2003).

A luta das feministas na Agroecologia, influenciadas pelas pautas do feminismo clássico, é substancial na luta pela inserção das mulheres do campo e da cidade nos espaços de poder de construção da Agroecologia e é contra o machismo, o sistema patriarcal e as questões de classe, mas a questão da raça ainda é tratada como algo de menor importância, um pano de fundo. Ainda que as mulheres brancas em seus discursos se coloquem como parceiras na luta contra o racismo, é possível perceber uma grande dificuldade de materialização, enquanto prática, principalmente por demonstrarem que não diferenciam racismo e preconceito. “Minha avó por parte de pai é negra, então eu também sou negra e sinto o racismo” ou “Fui para Espanha e lá eu sofri racismo”. Essas frases são breves exemplos das narrativas das mulheres brancas nesse contexto. O racismo brasileiro, do qual estamos falando, coloca corpos negros no topo dos feminicídios e homicídios, dos estupros, da fome, do desemprego, nos cárceres, do racismo ambiental, entre outros índices de violências.

É importante demarcar que o Brasil é impactado pelo fenômeno do colorismo (DEVULSKY, 2021), que por sua vez, enquanto ideologia, potencializa os efeitos de exclusão do racismo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas pretas e pardas são consideradas como negras, sendo essa uma conquista do Movimento Negro. Se, por um lado, as pessoas brancas passaram a usar o critério biológico para se autodeclararem negras, com intuito de alcançar algum tipo de *status*, inclusive negando que exista um racismo de fato, por outro lado, as pessoas pretas passaram a ser mais hostilizadas. É inegável que o tom de pele produz hierarquias intergrupos no Brasil, no que tange a pretos e pardos, e sobre isso concordamos com Guimarães (1995, p. 36):

No Brasil, somente aqueles com pele realmente escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano. Aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, dado que “branco” é um símbolo de “europeidade”), alguns dos privilégios reservados aos brancos.

Essas questões também refletem no contexto da Agroecologia, principalmente quando

apontamos a configuração dos espaços de construção, onde homens brancos e mulheres brancas discutem e debatem diferenças e desigualdades de gênero, mas a insistência sobre a inclusão da questão racial tem sido uma grande tarefa das mulheres negras.

Na sua essência e nos seus pilares, a Agroecologia demarca um posicionamento ético contra o racismo, entretanto, muitas narrativas e discursos ainda não se materializam na prática. “A possibilidade do desenvolvimento de posturas antirracistas está diretamente associada à possibilidade primeira de reconhecer a presença do racismo em nossa sociedade” (SILVA, 2020, p. 119). Para que as atitudes antirracistas venham a se concretizar, é fundamental que sejam práxis, no sentido abordado por Patricia Hill Collins (2021), como ação social e sentido de resistência.

A disputa pela valorização da participação das mulheres na Agroecologia acontece dentro e fora dos movimentos e entende-se que produzir agroecologicamente, sem interagir e intervir em todas as dimensões da construção do conhecimento, não coloca as mulheres em lugar de igualdade em relação aos homens. “Além disso, é essencial não homogeneizar as diferentes formas e experiências das mulheres, mas sim evidenciar a pluralidade e as diferentes posições de onde partem e vivenciam as relações de poder” (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 27).

É importante reafirmar que nas relações que estabelecemos umas/uns com as/os outras/os, somos imediatamente medidas/os de acordo com raça, gênero, classe e outras intersecções, pois historicamente na sociedade brasileira esse medidor de quem vale mais e quem vale menos, quem pode ganhar mais e quem deve ganhar menos, acompanha sua formação. Por isso, afirmamos a interseccionalidade como uma teoria analítica instrumentalizadora, capaz de contribuir com uma nova lente para ampliar e visibilizar a participação das mulheres negras na Agroecologia. “Ao reposicionar as relações de poder e resistência a partir da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, o pensamento político de mulheres negras historicamente irá levar em conta a agência individual e coletiva das mulheres negras” (BUENO; ANJOS, 2021, p. 362). Entendemos que as opressões não se manifestam separadamente em determinado ambiente ou espaço, mas operam de forma simultânea e indissociável, mesmo quando isso é negado e colocado no campo do específico. Propomos uma ampliação da lente feminista, para enxergar e incluir outros tipos de feminismos críticos, que vêm incorporando pautas e bandeiras não tão novas, pois, para os movimentos feministas hegemônicos essa lente ainda está reduzida.

Este trabalho foi desenvolvido à luz da Teoria Decolonial, articulado as ideias do feminismo interseccional em diálogo com a Agroecologia. A escolha teórico-metodológica se

justifica pela preocupação dessas abordagens no aprofundamento e reação em torno da construção da noção de raça, enquanto categoria de estudo, onde, segundo Quijano (1989), através da noção de colonialidade do poder, raça é o primeiro critério elaborado para dividir o mundo e estruturar a sociedade capitalista sob o julgo do racismo, desde a colonização, sobretudo na América Latina.

Os estudos decoloniais tiveram origem, enquanto teoria, a partir de um grupo de estudiosos denominado modernidade/colonialidade, formado por autores/as latino-americanos, em sua maioria, tendo como representantes: Aníbal Quijano (2005), Arturo Escobar (2005), Enrique Dussel (2000), Espinosa-Miñoso (2020), María Lugones (2014), Nelson Maldonado-Torres (2007), Ochy Curiel (2019), Ramón Grosfoguel (2019), Walter Mignolo (2017), entre outros/as. É importante destacar que autoras como María Lugones e Ochy Curiel acrescentaram e intensificaram as análises e reflexões sobre a colonialidade de gênero e o debate envolvendo raça e gênero.

Neste estudo a produção do conhecimento tem um papel fundamental, a partir da construção das diversas epistemologias, como também o lugar de enunciação, que indica quem está falando, sobre o que e para quem. Consideramos a Agroecologia como um campo do conhecimento que tem sido (re)elaborado e ampliado a partir das contribuições dos movimentos sociais, das experiências das/os agricultoras/es, e em um diálogo integrado e permanente entre o campo teórico e as práticas. Está posta a necessidade de avançar com relação às pautas das mulheres, incorporando as questões raciais como premissa para sua conformação, como projeto que tem como objetivo principal a transformação e a justiça social.

Dialogando com os objetivos, este trabalho está organizado em quatro capítulos, além da parte introdutória e da apresentação metodológica. Na introdução, apresento os objetivos da pesquisa e justifico a escolha teórica feminista negra e decolonial, além de apresentar os aspectos metodológicos e os desafios de realizar a pesquisa no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Como abordagem metodológica foram realizadas entrevistas com auxílio de um questionário semiestruturado e através da plataforma *Skype*. Foi feita a caracterização das mulheres entrevistadas e o registro das narrativas acerca de como elas compreendem a incorporação do debate sobre raça no cerne da Agroecologia. É importante destacar que foram utilizados artigos e trabalhos de autoria das entrevistadas, que também são pesquisadoras.

## **Organização e apresentação dos capítulos**

O Capítulo I, intitulado “Metodologia da Outridade”, tece uma analogia ao pensamento que Grada Kilomba nos confere sobre a branquitude não querer ser comparada com o “outro”, pois visto enquanto subalterno e inferior, não é digno de existir e de ser referência. Dessa forma, fazemos uma discussão sobre aspectos metodológicos que dialogam com a abordagem decolonial e nos referimos à outridade para visibilizar a existência do povo negro, enquanto construtor de conhecimentos situados. Aqui também são apresentadas as mulheres entrevistadas e suas trajetórias.

No Capítulo II, “Agroecologia: (re)construindo um conceito”, considerando as narrativas resultantes das entrevistas, abordamos a construção do conceito de Agroecologia e como tem se dado a participação das mulheres nesse campo. Destacamos o envolvimento histórico das mulheres na Agroecologia e o recente diálogo sobre as questões de raça, ação mobilizada pelas mulheres negras, além disso, foram apontadas noções sobre interseccionalidade, feminismo negro e feminismo decolonial para repensar esse contexto que apresenta traços da colonialidade nos seus contornos. Demonstramos as principais ideias de autores considerados cânones pela academia na Agroecologia. Ressaltamos contradições e conflitos existentes na conformação desse projeto político de sociedade, tendo em vista, principalmente, as limitações quanto ao reconhecimento das contribuições da diversidade de sujeitas/os envolvidas/os na sua construção.

No Capítulo III, nomeado “Interseccionalidade: diálogos entre mulheres negras”, desenvolvemos a noção de interseccionalidade como uma abordagem e teoria social crítica que está à disposição do conjunto da sociedade, e que tem a capacidade de ser práxis e ação social e de contribuir com a transformação do contexto da Agroecologia com relação a reintegrar e materializar seus princípios e práticas de bem-viver, justiça social e superação das desigualdades, sobretudo as desigualdades raciais. Também, a interseccionalidade é anunciada como um instrumento que possibilita às mulheres negras não somente apontarem suas dores, mas também como via de ação para mudar essa realidade. Para tal, estabelece-se o diálogo com as sujeitas pesquisadas.

No Capítulo IV, “Decolonialidade e Agroecologia: aproximações necessárias na busca pelo bem-viver”, apresentamos conceitos importantes, como a noção de raça articulada à abordagem decolonial. Para melhor entendimento quanto à inserção de olhares sobre o debate racial, foram apontadas diferenciações entre os estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais. Contextualizamos como a modernidade/colonialidade impactaram a agricultura



no Brasil, como a questão racial direcionou esse contexto e como a Agroecologia foi se configurando com uma possibilidade de enfrentamento diante dessa realidade. Por fim, têm-se as Considerações Finais do trabalho.

## 1 METODOLOGIA DA OUTRIDADE

*As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos”, evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do Outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. Assim, nas considerações dos antigos e dos primeiros conquistadores do século XVI sobre as diferenças naturais e humanas, fica evidente a dificuldade de identificar no homem americano um Outro e reconhecê-lo como diferente. A percepção da alteridade era a tradução constante do desconhecido para o conhecido. Não havia interesse em descrever objetivamente a alteridade e identificar nela as diferenças culturais; mas sim, extinguir essa alteridade e colocar esses perturbadores homens nos esquemas de classificação baseados na Bíblia e nos autores gregos. A partir do século XVIII, a uniformidade da natureza é a grande referência para a construção da alteridade, e então, torna-se necessário fazer desaparecer a singularidade excêntrica para encontrar o homem universal*

Cida Bento

Estruturar uma proposta epistemológica e metodológica em uma pesquisa com perspectiva decolonial e interseccional exige estratégias na escolha e utilização de recursos e métodos, incompatíveis com as formas tradicionais de análise, tomadas como hegemônicas, que defendem uma suposta objetividade e neutralidade científica, assim como afirma Caroline Fernanda S. da Silva (2020, p. 120):

Essa tradição, característica do pensamento eurocentrado/ocidental, se apresentou durante muito tempo como a “única forma” de produção de conhecimento, que, ao se considerar universal, negou a capacidade/possibilidade de outros para tal produção científica. Diversos autores sugerem que essa negação epistemológica, que também pode ser entendida como uma negação ao direito de alçar-se como sujeito produtor de conhecimento, se transforma, em última análise, em uma negação do direito à própria existência.

Tal pensamento se afina com o de Ochy Curiel, que afirma:

Uma das características da colonialidade do conhecimento é assumir que aqueles que foram definidos como outros, que são quem representam a diferença colonial, são geralmente os objetos das investigações e pesquisas: mulheres, negras, empobrecidas, pobres, indígenas, migrantes do Terceiro Mundo, como se somente assumi-las como matéria-prima seja uma pesquisa feminista crítica e descolonial. Geralmente o lugar dos privilégios de quem constrói conhecimento sobre esses “outros” e essas “outras” parece inquestionável. O que significa dizer que as feministas brancas do Norte

estudam as mulheres do Terceiro Mundo? Ou que feministas acadêmicas do Sul estudam as “outras” internas de seus próprios países? Sob que tipo de relações se fazem esses exercícios investigativos? (CURIEL, 2019, p. 45).

É preciso reconhecer a existência de pontos de vista produzidos a partir de outro lugar de vivências práticas, descolados da matriz liberal/colonial, considerando que os mesmos

[...] não podem ser insumos para limpar culpas epistemológicas, tampouco trata-se somente de citar feministas negras, indígenas e empobrecidas para dar um toque crítico à pesquisa e ao conhecimento e aos pensamentos que são construídos. Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, que são geralmente produzidas coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar diferentes realidades para romper o imaginário de que esses conhecimentos são locais, individuais e sem possibilidade de serem comunicados (CURIEL, 2019, p. 46).

O pensamento de Ochy Curiel (2019) dialoga com a proposta deste trabalho, quando reafirma a potência das mulheres negras na construção do conhecimento agroecológico, de diferentes formas, com diferentes pontos de vista. Não se pretende, com esse posicionamento, desconsiderar as contribuições de pensadoras/es dos países ocidentais e de outros países considerados como centro, mas propor, sobretudo, uma ampliação das lentes de análise para considerar outras formas de produção do conhecimento, evidenciando um lugar de enunciação, onde se considere “a geopolítica, a ‘raça’, a classe, a sexualidade, o capital social, entre outros posicionamentos, e implicar questões-chaves, como: Conhecimento para quê; Como produzimos conhecimento; Quem faz e de acordo com qual projeto político?” (CURIEL, 2019, p. 42).

Acerca dessas questões, Angela Figueiredo (2020) é enfática, ao afirmar a inaplicabilidade de conceitos ou modelos que não partem das realidades concretas:

A nossa realidade desafia qualquer perspectiva de ciência conservadora e neutra. Como pensar na existência de um conhecimento que não esteja voltado para a compreensão de dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades e asseguram privilégios para uma minoria? Como aceitar e, de certo modo, reproduzir conceitos e teorias que em nada nos ajudam em termos de construir uma ciência comprometida com a transformação social. Então, foi exatamente a partir desses desafios, resultantes de uma realidade que se impõe e desafia a estagnação dos conceitos e teorias que essa geração de feministas negras tem reagido, criado um constante diálogo dentro e fora da academia. Falar com tem substituído o falar sobre (FIGUEIREDO, 2020, p. 10-11).

Nos estudos decoloniais, a dimensão subjetiva tem um papel fundamental, pois oferece

a condição de observar e apreender aspectos relevantes e importantes, materializados a partir dos saberes e experiências de sociedades e culturas que foram e continuam sendo classificadas como subalternas e periféricas, com populações que foram desautorizadas a produzir ciência. De acordo com a nossa compreensão, expressar a subjetividade é materializar a existência.

Nesse sentido, Julia Suárez-Krabbe (2011, p. 187, tradução nossa)<sup>7</sup> afirma: “o meu interesse reside em contribuir para a descolonização do conhecimento através desta discussão de metodologias – uma descolonização que, entre muitas outras coisas, exige também o abandono da decadência disciplinar”.

Maria Eugenia Borsani (2014) expressa uma preocupação não apenas de como os métodos serão utilizados, mas, sobretudo, quais resultados serão considerados e como serão tratados, partindo de uma lógica colonizadora e eurocentrada:

A crítica aos requisitos metodológicos não reside claramente no modelo e/ou desenho das formas, nem no fato de ignorarem certas peculiaridades das ciências sociais e humanas. Esta não é a razão do nosso desacordo e, conseqüentemente, da nossa insatisfação com os atuais requisitos metodológicos. O que é problemático é que é colonizado, ou seja, é o resultado de uma imposição colonial de acordo com os padrões de conhecimento eurocêntricos (BORSANI, 2014, p. 152, tradução nossa)<sup>8</sup>.

A autora defende a necessidade de abarcar um projeto metodológico que dialogue com uma ação descolonizadora e que é essencial descortinar a pretensão ocidental de neutralidade do pesquisador, onde lhe é exigida uma posição de desvinculação total do objeto. A autora ainda ressalta que a proximidade metodológica proposta pela perspectiva decolonial implica em desconstruir e reconstruir novos conhecimentos, e nesse percurso pode formular novas teorias, a partir das experiências das/os sujeitas/os.

Sobre essa questão, Angela Figueiredo (2018) aponta que:

Um aspecto prioritário presente no debate sobre posicionalidade, e sobre lugar do sujeito na produção do conhecimento, é o lugar da enunciação, isto é, a localização de nacionalidade, étnica ou racial, de classe e de gênero do

---

<sup>7</sup> “Mi interés está en aportar a la descolonización del conocimiento através de esta discusión de las metodologías – una descolonización que entre muchas otras requiere también del abandono de la decadencia disciplinaria” (SUÁREZ-KRABBE, 2011, p. 187).

<sup>8</sup> “Crítica a los requisitos metodológicos claramente no estriba en el modelo y / o diseño de sus formularios, tampoco por el hecho de desatender éstos ciertas peculiaridades de las ciencias sociales y humanas. No van por allí nuestras discrepancias y en consecuencia, el disgusto con las actuales exigencias en lo que a la metodología respecta. Lo problemático estriba en su condición de colonizada, lo que es lo mismo decir que es el resultado de una imposición colonial en conformidad con los patrones de conocimiento euro-centrados” (BORSANI, 2014, p. 152).

sujeito que enuncia. Nas epistemologias ocidentais, o sujeito que falava estava sempre encoberto, pois isso assegurava o suposto mito da neutralidade. Experiência é um conceito importante para o feminismo e para o feminismo negro. “O pessoal é político”, uma das importantes contribuições do feminismo revela o elo entre a experiência pessoal, individual e coletiva (FIGUEIREDO, 2018, p. 8-9).

Com essa mesma ênfase, afirmam Mariana Selister-Gomes, Eduarda Quatrin-Casarin e Giovana Duarte (2019, p. 54):

A objetividade está ancorada em uma perspectiva que busca na razão e na racionalidade sua base científica que, por sua vez, deixa de lado aspectos como as emoções e os compromissos sociais que o cientista deve ter perante os indivíduos e com a sociedade. Com isso, a ciência posterga as questões subjetivas dos(as) pesquisadores e dos(as) sujeitos(as) pesquisados(as), ou dos objetos de estudo.

Dessa forma como é colocada, a objetividade acaba incidindo diretamente na contenção das subjetividades, encoberta na ideia da produção do conhecimento neutra e livre de “influências” ou impressões das/os sujeitas/os da pesquisa, esvaziando, dessa forma “o sentimento histórico de coletividade, a corporificação daquelas verdades, os sujeitos e suas subjetividades” (SELISTER-GOMES; QUATRIN-CASARIN; DUARTE, 2019, p. 55).

Uma pesquisa inevitavelmente é o reflexo dos interesses e sentidos de uma/um pesquisadora/pesquisador e é fundamental que seja tratada a partir de elementos e variáveis que estimulam e movem esse processo, pois

Há, efetivamente, uma correlação entre a experiência de vida, a experiência profissional e a escolha do tema de pesquisa. Ou seja, na medida em que a universidade pretende se tornar mais inclusiva, as questões de pesquisa se tornam mais próximas do universo empírico da pesquisadora. Dito de outro modo, na maioria das vezes a escolha do tema de pesquisa está muito próxima das atividades profissionalmente realizadas por el@s: por exemplo, é muito comum que professoras do ensino fundamental escolham como tema de pesquisa a escola, ao passo que membros de comunidades tradicionais preferem realizar estudos sobre suas comunidades (FIGUEIREDO, 2020, p. 10).

Reconhecer e incorporar como parte importante dos estudos as subjetividades, oriundas dos sentidos e experiências situadas das/os pesquisadoras/es e das/os sujeitas/os e suas realidades sociais particulares, pressupõe a valorização das especificidades e dos saberes localizados, resultando em um forte contraponto à superficialidade ditada pela herança cultural do Ocidente relacionada à produção do conhecimento, considerando assim outras

lógicas.

Observa-se que a metodologia baseada no conhecimento situado (HARAWAY, 2009; SELISTER-GOMES; QUATRIN-CASARIN; DUARTE, 2019) se direciona a essa perspectiva problematizando as etapas e formas convencionadas como padrão na realização de uma pesquisa científica. Enquanto Donna Haraway (2009) pensou apenas no gênero, Patricia Hill Collins (1990) ampliou, a partir da Teoria do Ponto de Vista, incluindo a raça na constituição da/o sujeita/o que produz conhecimento, demonstrando, dessa forma, o ponto de vista das mulheres negras.

De acordo com esse posicionamento epistemológico-metodológico, a produção do conhecimento deve valorizar os aspectos subjetivos na relação complexa estabelecida entre pesquisadoras/es e sujeitas/os, assim como todos os elementos e dimensões que constituem esse encontro.

A experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada é para nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, uma evidência muito importante, já que é a base de nossa reflexão e teorização. Nesse sentido é que a metodologia proposta pelo feminismo negro destaca o diálogo mais horizontal, a empatia e, muitas vezes, a autoetnografia como método prioritário de pesquisa (FIGUEIREDO, 2018, p. 9).

Realizar um estudo envolvendo sujeitas que historicamente foram conduzidas a um lugar de invisibilidade, silenciamento e desautorização na sociedade, no contexto do universo agroecológico, nos impulsiona a buscar uma compreensão de como essa área de estudo vem tratando essas fissuras coloniais, sobretudo a conjunção de raça, cor e gênero. Nesse sentido, perguntamos: Quais conhecimentos são validados na Agroecologia, considerando sua construção por diferentes sujeitas/os, a partir de realidades e pautas específicas? É possível pensar na construção de uma Agroecologia decolonial e interseccional, onde as mulheres negras, em suas singularidades, são sujeitas políticas atuantes nesse espaço? Como as experiências situadas das mulheres implicam no fazer agroecológico?

Paulo H. Martins e Julia F. Benzaquen (2017) propõem a utilização de uma matriz metodológica que localiza as dimensões do saber, do poder e do ser, estruturantes do pensamento decolonial. Os autores sugerem que esse pode ser um instrumento eficiente para o entendimento sobre as tensões e diferenciações entre a proposta da colonialidade/modernidade e a decolonialidade acerca de determinados campos de estudos. Para os autores, a partir desta proposição, é possível traçar um paralelo considerando o objeto da pesquisa e identificando aspectos da colonialidade e decolonialidade. Podemos observar a configuração da proposta

abaixo:

Quadro 1 – Proposta de matriz metodológica

<b>Categorias ontológicas</b>	<b>Marcadores de colonialidade</b>	<b>Marcadores de decolonialidade</b>
Saber	Eurocentrismo	Questionamento do eurocentrismo
	Neutralidade do saber	Saberes contextualizados e incorporados
	Hegemonia de um saber específico	Conjugação de diferentes saberes, no sentido de melhor informar uma prática transformadora
Poder	Autoritarismo	Práticas de democracia radical interna e externa (redes, articulações)
	Individualismo	Solidariedade
Ser	Identidades que fixam e subjagam	Identidades que descolonizam o ser
	Primazia de um ator para fazer a transformação social	Interculturalidade (respeito à diferença)
	Multiculturalismo (tolerância da diferença)	Ampliação do conceito de sujeito contra-hegemônico

Fonte: Adaptado de Martin e Benzaquen (2017).

Tomando como base a noção de matriz metodológica apresentada, elaboramos uma matriz colonial/decolonial agroecológica para observar e comparar aspectos decoloniais e interseccionais que se mostraram presentes no campo da Agroecologia, no sentido de provocar uma reflexão sobre a presença da diversidade e a existência epistemológica neste campo:

Quadro 2 – Matriz colonial/decolonial agroecológica

<b>Categorias ontológicas</b>	<b>Marcadores de colonialidade</b>	<b>Marcadores de decolonialidade</b>
Saber	Agroecologia pensada a partir do Norte Global	Agroecologia e a diversidade de saberes do Sul Global
	Racionalidade científica na Agroecologia/Hegemonia das Ciências Agrárias	Cosmovisões
	Agronegócio/Imperialismo agrícola	Agricultura Tradicional Ancestral
Poder	Machismo	Feminismos
	Racismo/Racialização	Identidade e Cultura
	Hierarquização de saberes e práticas na Agroecologia	Agroecologia a partir do lugar de enunciação, experiências contextualizadas, locais
	Branquitude agroecológica	Devir Negro nas práticas

	científica	agroecológicas
Ser	Mito da Mulher Universal no feminismo agroecológico	Interseccionalidade na Agroecologia
	Ponto Zero	Conhecimento situado

Fonte: Elaboração própria.

Ao identificar elementos constituintes da colonialidade no contexto agroecológico, tem-se a compreensão de que essas questões são reconhecidas, em certa medida. Entretanto, algumas delas – como as relacionadas à branquitude, raça/cor e o mito da mulher universal – não são absorvidas enquanto fatores que estruturam e mantêm as desigualdades. Tal análise tem como base não apenas as informações coletadas nas entrevistas, como também a participação a minha participação, enquanto pesquisadora, em atividades com os movimentos e instituições que constroem a Agroecologia. O projeto de sociedade que a Agroecologia anuncia se coloca como lugar de existências, visibilidades, justiça, igualdades, entre outros aspectos, mas no plano prático é perceptível a ocorrência de contradições acerca de dimensões expressas na referida matriz.

Sobre essas contradições, observamos que os autores considerados hegemônicos refletem a Agroecologia do ponto de vista eurocêntrico, as mulheres brancas que estão lutando na Agroecologia, estão em disputa direta pela igualdade de gênero. Observamos também a valorização das Ciências Agrárias em detrimento de outras áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais e a Geografia, por exemplo; as mulheres que estão situadas acima da base da pirâmide na Agroecologia estão lutando por suas questões e as mulheres negras, que sustentam a base desta mesma pirâmide, estão lutando por elas mesmas e também por quem está acima delas; as mulheres brancas falam em diversidade, enquanto as mulheres negras gritam pela valorização das diferenças.

O racismo é incompatível com os princípios éticos da Agroecologia, entretanto, no campo prático e epistemológico, essa questão permanece escamoteada, principalmente quando percebemos ainda a raça sendo tratada como uma simples variável, como cota, ou de menos importância em uma hierarquia objetiva, onde gênero e classe são opressões mais importantes a serem debatidas. Reconhecer que o racismo também está presente nas dinâmicas estabelecidas nos movimentos sociais contribui fundamentalmente para reflexões que buscam a superação dessa realidade, que até hoje impacta corpos e mentes negras, de diferentes formas, sobretudo atuando na sua desumanização.

Como parte do plano teórico-metodológico da pesquisa, foram utilizadas algumas ferramentas e recursos: revisão sistemática de literatura, revisão bibliográfica, entrevistas com mulheres pesquisadoras, técnicas e agricultoras que integram de forma engajada grupos de



trabalhos no contexto acadêmico e dos movimentos sociais na Agroecologia, e também da minha participação em atividades on-line e de forma presencial.

Como já foi mencionado, em virtude do isolamento imposto pela pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas de forma virtual, através da plataforma *Skype*, por e-mail e através de áudios, pelo aplicativo *WhatsApp*. As entrevistas tiveram um tempo médio de duas horas de duração. Ao realizar o convite à participação, as entrevistadas foram informadas previamente sobre o objetivo e a finalidade da coleta de informações, bem como da necessidade de assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE – APÊNDICE A). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora.

As ferramentas metodológicas se apresentam como mediadoras de interpretações acerca de realidades que são tencionadas e agenciadas por diferentes sujeitas/os e se reconfiguram permanentemente, sobretudo no contexto dinâmico de que se trata o estudo. Para termos uma dimensão sobre os estudos e trabalhos existentes quanto à participação das mulheres negras na Agroecologia, optou-se por realizar inicialmente uma revisão de literatura com o propósito de fazer um levantamento sobre o que já foi desenvolvido até o presente momento.

Para este propósito escolhemos utilizar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por se tratar de uma plataforma considerada hegemônica, onde também tivemos a oportunidade de observar o alcance de estudos e trabalhos que tratam da questão racial “nesse espaço de poder” e, dessa forma, verificar a existência de publicações acerca da interface entre Agroecologia, raça/cor e gênero. Para tanto, utilizamos os descritores contidos no Quadro 3:

Quadro 3 – Descritores e quantidade de trabalhos totais encontrados

<b>Banco de dados</b>	“Agroecologia” e “Mulheres”	“Agroecologia” e “mulheres” e “raça”	“Agroecologia” e “mulheres negras”
<b>Periódicos Capes</b>	146	20	16

Fonte: Elaboração própria.

Optamos pela busca avançada, quando os descritores mencionados aparecem em qualquer parte do texto. Como critérios de inclusão, consideramos apenas artigos completos em português e espanhol, publicados nos últimos 10 anos, entre 2011 e agosto de 2021, e que apresentassem uma discussão que envolvesse as categorias destacadas. Foram excluídos: livros, teses, dissertações, citações, entrevistas, resenhas, prefácios, bem como artigos

repetidos na base de dados.

De 146 trabalhos encontrados, resultantes da combinação: “Agroecologia” e “mulheres”, selecionamos 55 artigos, onde as mulheres aparecem como parte do processo. Desse total, apenas dois dialogam com questões de raça e gênero a partir do contexto de quilombos, sendo que um destaca a relação do trabalho doméstico e extradoméstico no contexto da Agroecologia, cita a perspectiva interseccional sem muito aprofundamento e se refere à pluralidade de feminismos. Outro artigo aborda a soberania alimentar em uma perspectiva interseccional.

Da articulação “Agroecologia” e “mulheres” e “raça” foram encontrados 20 trabalhos, dentre eles, apenas 1 artigo foi identificado envolvendo a discussão Agroecologia, gênero e raça de forma breve, no contexto do trabalho doméstico e extradoméstico, e o mesmo já está presente na pesquisa anteriormente realizada. Proveniente da última pesquisa envolvendo as categorias “Agroecologia” e “mulheres negras”, a busca mapeou 16 trabalhos e, desses restou apenas 1 trabalho que apresenta uma análise envolvendo feminismo camponês e a Teoria Interseccional, e mais uma vez as mulheres negras não foram apontadas como “sujeitas dos processos” (MOTTA, 2020).

Optou-se por organizar os trabalhos mais relevantes e que dialogam, em alguma medida, com a presente tese, para serem analisados, indicando autoria, título, ano de publicação e ideia central do estudo, apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Autoras e trabalhos na área da Agroecologia (Plataforma CAPES)

<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Publicação</b>	<b>Ideia Central</b>
Lazaro Ribeiro de Oliveira	Uso popular de plantas medicinais por mulheres da Comunidade Quilombola de Furadinho em Vitória da Conquista, Bahia, Brasil	2015	Visibilização e valorização do uso ancestral das plantas medicinais
Ana Paula de Moura Varanda	Gênero e trabalho doméstico e comunitário: um debate a partir das organizações econômicas de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira (MG, Brasil)	2019	Relevância das atividades domésticas e extradomésticas femininas na estruturação da Agroecologia, na composição da renda familiar e na organização material da vida das comunidades rurais. Pluralidade de feminismos, identificados através das relações entre gênero, raça/etnia, trabalho e espaço

Rita Liberato, Laura Moutinho, Isabel Noronha e Brigitte Bagnol	Soberania alimentar no Machimbombo e na aldeia: gênero na perspectiva Sul-Sul	2019	Importância da análise de gênero em perspectiva interseccional em dois cenários diversos
Isabelle Chehab e Giovana Carvalho	Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo	2020	Análise sobre o feminismo camponês a partir da Teoria Interseccional feminista

Fonte: Elaboração própria.

Os artigos exibidos acima foram publicados nos periódicos: Revista Portuguesa de Geografia, Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Revista Estudos Feministas e Revista *Katálysis*. A partir do levantamento realizado na base de dados, percebe-se uma crescente na publicação de trabalhos envolvendo as mulheres, embora predomine um perfil único, descolado de identidades e diferenças.

Considera-se importante destacar que dos 182 trabalhos levantados, a maioria ou quase todos os trabalhos que incluem as mulheres como sujeitas ou como parte importante da Agroecologia tem autoria feminina. Héloïse Prévost (2019) questiona se a Agroecologia é também uma ciência androcêntrica, tomando o campo de trabalhos que defende uma abordagem neutra e universal, e problematiza o montante de trabalhos sobre o universo agroecológico ter em sua maioria autores homens, além da menção ao artigo masculino representativo de toda a humanidade. Destarte, as mulheres não têm lugar de participação ativa nesses referidos escritos e, quando percebidas, são colocadas em um lugar de pouca importância, seja no campo da prática, do movimento ou científico. Além disso, quando os trabalhos são produzidos em parceria com mulheres, as mesmas estão na maioria das vezes no lugar de coautoras ou de depoentes das experiências. Refletiu-se que as três dimensões conhecidas na Agroecologia são indissociáveis, principalmente quando se trata do fazer feminino. Também se concordou que não está dado o reconhecimento e a valorização das mulheres na sua diversidade e no seu protagonismo agroecológico.

Com relação ao foco principal do estudo, constatou-se a ausência de publicações que tratem da questão da mulher negra na Agroecologia, localizando a sua existência e suas contribuições, com exceção da sua referência limitada ao estereótipo de ser reconhecida no meio rural apenas como quilombola. Lendo os resumos dos 55 trabalhos, referentes à busca “Agroecologia” e “mulheres”, observou-se a manutenção da projeção de um perfil universal de mulher, menosprezando as experiências contextualizadas e localizadas. Grada Kilomba (2019) nos ajuda a desvendar esse contexto, ao afirmar que:

As estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida” são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Ambos, homens e mulheres, que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas negras e às People of color (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo “propriedade” exclusiva e inquestionável da branquitude. Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de “raça” (KILOMBA, 2019, p. 53).

A autora ainda acrescenta que na mesma proporção das escalas e posições de poder, “os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional, refletem não um espaço heterogêneo para teorização, mas interesses e delírios da população branca” (KILOMBA, 2019, p. 29). Sobre a manutenção da noção de mulher como um ser universal, é validada a ideia de que as demandas, necessidades, dificuldades, limitações e opressões de todas as mulheres são iguais, que seriam afetadas da mesma forma.

Na próxima sessão, caracterizaremos as sujeitas participantes desta pesquisa e apresentaremos suas trajetórias, perspectivas e análises acerca da construção do conhecimento agroecológico na academia e nos movimentos sociais.

### **1.1 Contando histórias: conhecendo trajetórias**

Para a presente investigação, a escuta das mulheres fazedoras (produtoras, gestoras e intelectuais) da Agroecologia é o principal pilar, na medida em que buscamos trazer para o “palco principal” os saberes dessas mulheres, que desde os primórdios protagonizam a construção da Agroecologia. Assim, elegemos alguns critérios para a escolha das entrevistadas, considerando a diversidade étnico-racial, o engajamento político no movimento agroecológico, a participação no espaço de discussão e formação do Grupo de Trabalho de Mulheres da ABA e/ou da ANA, a atuação na Agroecologia há pelo menos 10 anos e a disponibilidade para entrevistas on-line, único meio possível.

Quanto à escolha dos critérios, optamos por conversar com mulheres engajadas na Agroecologia, pois buscamos posicionamentos acerca de questões que exigem um maior grau de envolvimento e compreensão sobre as articulações e estratégias existentes nesse contexto, que repercute na identificação e construção de identidades e reconhecimentos acerca das/os sujeitas/os e suas práticas. Por sua vez, os GTs de Mulheres da ABA e da ANA são dois espaços específicos de reunião, partilha, acolhimento, mobilização e articulação política, criados para priorizar as questões relacionadas às pautas femininas que seguem invisibilizadas

em outros GTs da ABA e da ANA, espaços esses em que as mulheres também estão presentes, trazendo suas questões e contribuições, mas que lhes é demandado um grande esforço para demarcar essa participação e protagonismo.

É importante descrever esse momento da pesquisa, pois foi realizada durante um período agravado da pandemia da Covid-19, onde o isolamento e o distanciamento social se mantinham como necessidade básica para atravessar essa fase caótica. O período natalino se aproximava quando entrei em contato com as mulheres escolhidas para participar da pesquisa e, ao contrário do que imaginei, que teria dificuldades nessa realização, a maioria se mostrou muito disponível, e quem não podia naquela semana específica se prontificou para outra data que já deixamos previamente agendada para depois dos festejos de final de ano. Das dez entrevistadas, uma respondeu através do envio do questionário por e-mail, outra através de áudios de *WhatsApp*, por limitação no acesso à internet em suas localidades, enquanto que as outras oito ocorreram através do *Skype*. As entrevistas foram realizadas no período de 18 a 23 de dezembro de 2020 e no dia 4 de janeiro de 2021. As conversas duraram entre 70 e 120 minutos.

Utilizou-se um questionário semiestruturado para a realização das conversas com as participantes. Ao todo foram entrevistadas dez, todas engajadas na construção da Agroecologia e que atuam em diversas frentes e espaços, seja no movimento, na academia, em organizações não governamentais e/ou na gestão pública.

O questionário foi dividido em blocos de perguntas que se relacionavam com os objetivos da presente tese, como demonstrado a seguir:

Quadro 5 – Roteiro de entrevistas

<b>Perfil pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nome</li> <li>• Data de nascimento</li> <li>• Estado civil</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Área de formação</li> <li>• Qual a sua ocupação/atividade principal atual/local de trabalho?</li> <li>• Atualmente ocupa algum cargo ou função no espaço onde está inserida?</li> </ul>
<b>Formação e atuação política na Agroecologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a função dos processos de formação na sua constituição, enquanto sujeita, militante e pesquisadora?</li> <li>• Pode falar um pouco da sua trajetória na Agroecologia, o que influenciou sua participação? Como, quando e porque passou a fazer parte do universo agroecológico?</li> </ul>
<b>Interseccionalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sua opinião, como você acha que são tratadas as questões de gênero, raça, sexualidade e geracionais na Agroecologia?</li> <li>• Você está inserida na ABA e na ANA? Como você percebe as</li> </ul>

	<p>questões de raça e gênero nesses espaços e fora deles? De onde você vem (Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul, no Norte), a regionalidade influencia essas questões?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enumere em ordem de importância questões relevantes para a construção das subjetividades: raça, classe e gênero.</li> <li>• Você acha que o fato de ser negra/o ou branca/o influencia as formas e práticas de fazer a Agroecologia?</li> </ul>
<b>Contexto dos Movimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é o maior desafio que você considera para que as pautas de raça e gênero sejam incluídas na Agroecologia?</li> <li>• Por que você acha que essas pautas entraram tão tarde no movimento agroecológico?</li> </ul>
<b>Contexto Acadêmico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com relação ao contexto acadêmico, você considera que os estudos e pesquisas realizadas e publicadas trabalham as questões de raça e gênero? Qual a sua opinião sobre isso?</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 6 são apresentadas as mulheres entrevistadas. Manteve-se o anonimato, para preservar a identidade das participantes, e seus nomes foram substituídos por nomes de espécies da caatinga brasileira, como homenagem às (re)existências e resiliências, duas qualidades muito necessárias e presentes na vida das mulheres negras.

Quadro 6 – Caracterizando as entrevistadas

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Escolaridade</b>
Angico	53 anos	Engenharia Agrônômica	Coordenadora	Doutorado em curso
Aroeira	61 anos	Engenharia Agrônômica	Coordenadora	Doutorado
Barriguda	38 anos	Engenharia Agrônômica	Pesquisadora	Doutorado em curso
Jitirana	45 anos	Engenharia Agrônômica	Docente	Doutorado em curso
Carnaúba	45 anos	Ciências Sociais	Docente	Doutorado
Caroá	55 anos	Engenharia Agrônômica	Técnica	Mestrado
Malva	34 anos	Engenharia Agrônômica	Pesquisadora	Mestrado

Malícia	39 anos	Ciências Sociais	Técnica	Doutorado em curso
Bromélia	44 anos	Engenharia Agrônômica	Docente	Doutorado em curso
Jurema	61 anos	Técnica em Agroecologia	Educadora	Ensino Médio

Fonte: Elaboração própria.

Das informações contidas no Quadro 6 sobre a formação, chama a atenção que das dez entrevistadas, sete são engenheiras agrônômicas, um curso com uma grande predominância masculina, que começa a ter uma maior adesão feminina a partir da década de 1990 (GUEDES, 2008).

É importante destacar que decidimos não limitar a escuta apenas às mulheres negras, pois entendemos que a construção de uma Agroecologia com práticas antirracistas é uma responsabilidade/tarefa de todas que estão engajadas nesse campo e da sociedade mais ampla. Todas as mulheres se declararam ou como feministas ou feministas negras.

### *1.1.1 Angico*

A entrevistada Angico se identificou como uma mulher negra, possui formação em Agronomia, tem 53 anos de idade, atualmente é solteira, sem filha/o. Tem Mestrado e está cursando o Doutorado em Agroecologia. Trabalhou em organizações sociais, atuando em assentamentos de reforma agrária. Trabalha atualmente com agricultura familiar, Agroecologia, florestas e a comercialização de produtos. Participa do GT de Mulheres da ANA e contribui para a mobilização das mulheres no movimento agroecológico. Nesse contexto, relatou os inúmeros desgastes nas lutas políticas provenientes das disputas dentro do espaço ampliado da ANA, incidindo principalmente no combate ao machismo e às relações patriarcais. Nesse sentido, o movimento feminista é um aliado no enfrentamento às desigualdades de gênero, reivindicando que as mulheres sejam consideradas sujeitas e, sobretudo, sejam reconhecidas em sua importância na construção do conhecimento agroecológico.

Quando conversamos sobre a relevância dos processos de formação na sua trajetória, Angico (53 anos) afirmou que:

Se não fosse essa formação, que não vem da academia, né? Essa formação

do movimento, essa formação que vem da militância, né? Com certeza eu não teria essa trajetória que eu tenho hoje, né? Então, ela foi fundamental para minha vida e eu acho, assim, que foi muito importante, né?

A entrevistada ressaltou como foram essenciais para sua formação feminista os aprendizados oportunizados por uma organização social feminista localizada em São Paulo, com atuação nacional e internacional. Identifica que a questão da raça foi trazida, no interior do movimento, pela primeira vez no ENA, que aconteceu em Juazeiro, em 2014:

Em 2014, a gente do GT Mulheres também começou a se deparar mais com o tema do racismo, a gente começou a trazer mais pra nossa pauta, apesar de não ser um GT de raça, mas a gente sabia que se não fosse a gente a trazer esse ponto pro ENA, ninguém mais ia trazer. Então, a gente começou a entrar nesse debate, e aí tanto as quilombolas quanto os indígenas, quanto as mulheres pretas, né? De diversas, da agricultura familiar, da agricultura urbana, né? É... e a gente começou a trazer, essas mulheres para o GT começou a trazer esse debate (Angico, 53 anos).

Para ela, as questões de raça, classe e gênero têm o mesmo peso, embora ressalte que “Depende da situação que você tá vivendo, né? Tem pessoas que tão muito mais submetidas às discriminações de classe do que de raça, ou de que de gênero”. É importante marcar a compreensão em torno desse discurso, tendo em vista que Angico (53 anos) é uma mulher negra atuante na Agroecologia no Brasil. Isso informa longas disputas em torno da aceitação das mulheres como parte importante nesse cenário.

As primeiras mulheres que reivindicaram espaço na Agroecologia tiveram como aliado o feminismo clássico, onde todas são iguais em suas dores e lutas. A entrevistada considera que as opressões podem incidir separadamente na vida das pessoas, mesmo quando perguntada sobre as opressões que afetam às mulheres negras. Essa análise remete à fundamental importância da interseccionalidade na Agroecologia, considerando suas dimensões, analítica, política e epistêmica, sobretudo para que essa noção não seja reduzida a “uma vertente feminista ou a partir de uma noção que compreende a interseccionalidade como uma forma de identificar como as opressões se aprofundam em determinadas experiências é reduzir o potencial político e crítico que a interseccionalidade apresenta” (BUENO; ANJOS, 2021, p. 360).

### *1.1.2 Aroeira*

Aroeira se identificou como uma mulher branca, tem 61 anos, possui formação em



Engenharia Agrônômica, é casada com uma mulher e tem uma filha de 23 anos. Tem Mestrado em Sociologia e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Atua há 8 anos em uma organização social internacional. Sua inserção na Agroecologia se deu através do trabalho com movimentos sociais do campo, quando ainda se falava em agricultura alternativa, como ela recorda: “não chamava de Agroecologia, chamava agricultura ou ecológica ou orgânica ou alternativa mesmo, né? Que eram os grupelhos, assim, dentro da universidade, que faziam umas experiências, umas hortas e tal”.

Trabalhou de forma voluntária na Comissão da Pastoral da Terra e acompanhou a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Adentrou no feminismo quando atuou no movimento sindical junto às mulheres. Trabalhou na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde ouviu pela primeira vez o termo Agroecologia. Afirma que sempre atuou a partir do enfoque sociológico, na organização social dos grupos e das comunidades rurais. Ressalta que acompanhou a constituição do conceito de Agroecologia no meio acadêmico, com as idas e vindas de pesquisadores do Brasil e da Espanha e que foi percebendo que esses encontros, em sua maioria, só reuniam homens, assim como os textos, que eram publicados somente por homens.

Já comecei a reclamar, a brigar por causa das histórias das mulheres, porque os encontros só tinham homens, as leituras eram só homens, enfim, aí eu comecei a me meter mais nesse campo mesmo, né? E aí, a partir daí, eu comecei a acompanhar quando se formou a ANA (Aroeira, 61 anos).

A entrevistada relata que participou de uma reunião de mulheres da ANA em Belém-PA (2006) de preparação do ENA, que aconteceu em Recife-PE, e para ela foi muito marcante, principalmente para formar suas impressões acerca das reivindicações que as mulheres fazem para a sua visibilização na Agroecologia: “As mulheres, elas não estão só brigando para serem ouvidas. As mulheres tão fazendo muita coisa, elas tão construindo Agroecologia no campo”.

Quanto ao debate sobre raça na Agroecologia, Aroeira (61 anos) fala que esse tema sempre esteve ali, embora há 8 anos não tenha sido tratado da mesma forma como vem sendo atualmente. Destaca que percebeu que esse debate veio mais forte e organizado durante o IV ENA, que aconteceu em Belo Horizonte-MG, em 2018, através das mulheres negras organizadas na Agroecologia.

### 1.1.3 Barriguda

Barriguda, outra entrevistada, identificou-se como uma mulher branca e tem 38 anos, atualmente está solteira, sem filha/o. Possui formação em Ciências Sociais, é mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e está cursando Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. É consultora em gênero, raça, etnia e geração em uma organização social internacional. Milita na Marcha Mundial de Mulheres e integra a ANA. Destaca que o seu campo de trabalho sempre foi com mulheres, incluindo a participação política das mulheres e depois vinculado ao rural, às mulheres rurais, à Agroecologia, à segurança alimentar. Com relação à formação, destaca o espaço do movimento feminista e afirma que:

Foram espaços fundamentais pra eu ter a visão de mundo que eu tenho hoje, né? Com certeza eu seria outra se não fosse os processos formativos de reflexão sobre o lugar da mulher na sociedade, sobre o patriarcado, sobre como essa lógica do capitalismo, do neoliberalismo e da lógica patriarcal interfere na nossa vida, nossa visão de mundo, nas nossas relações (Barriguda, 38 anos).

Ela acrescenta que “o campo do feminismo muda completamente a pessoa, a forma como vê o mundo, a forma que se relaciona com as pessoas”. Relembra que o seu encontro com a Agroecologia se deu no trabalho com mulheres rurais no Semiárido do Ceará, em uma organização social onde trabalhou por quase 10 anos. Considera que os processos formativos são contínuos e que é uma constante troca de conhecimentos. Nesse sentido, afirma que “Reaprender a olhar o mundo e a se relacionar com as pessoas, isso é algo que a gente precisa pra vida toda, né? A gente aprende todo dia”.

A entrevistada compartilha que nesse período de pandemia participou de várias *lives* e cursos, tanto como mediadora quanto na condição de observadora, e que começou a sentir uma grande necessidade de compreender melhor o debate envolvendo gênero e raça. Barriguda (38 anos) que tem percebido que:

As mulheres negras estão construindo suas estratégias, entendo qual é o lugar delas e qual caminho delas e qual é o lugar das não negras. E também há um movimento das mulheres brancas de tentarem entender o seu lugar com esse medo de ser rechaçada em alguns espaços, de entender qual é os espaços que a gente também é bem-vinda e qual o espaço que não nos cabe!

Ela complementa, “a luta contra o patriarcado e contra o racismo tem muitos

aprendizados, tem muitos processos comuns de aprendizado” e expressa que é importante perceber quem são as aliadas nesta luta.

#### *1.1.4 Jitirana*

A entrevistada Jitirana se identificou como uma mulher negra, tem 45 anos, é solteira e tem um filho de 14 anos. É agrônoma de formação, possuiu Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e está cursando Doutorado em Ciências Sociais. É docente da área de meio ambiente em uma instituição de ensino federal e participa do GT de Mulheres da ABA. Além disso, integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e é membra de um coletivo negro dentro da instituição onde leciona.

A entrevistada relata que descobriu os processos de militância dentro da academia no período da Graduação, a partir da extensão universitária, e considera que se formou como sujeita política a partir do movimento estudantil. O seu encontro com a Agroecologia se deu principalmente quando atuou em movimentos sociais do campo, e afirma: “foi nesse espaço que eu me descubro, mas nada vinculado nem à questão racial nem de gênero, era só a questão política do se fazer agroecológico pra enfrentar o agronegócio e pra enfrentar o sistema, mas nada além disso”.

Seu primeiro contato com o debate envolvendo questões de gênero e Agroecologia foi em Conceição do Araguaia, no Pará, em uma oficina de formação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ela conta que “é a primeira vez que eu escuto alguém falar de que as mulheres são oprimidas pelo patriarcado, eu já sentia, mas sabe quando você fala assim: ‘Gente, isso faz sentido!’, e foi a primeira pessoa, assim, que me explicou”. Em sua trajetória atuou em movimentos organizados de luta pela terra, no Movimento de Mulheres Camponesas, na gestão pública federal, em um ministério de políticas para o espaço rural (já extinto), até chegar à docência, onde ministra aulas no curso de Agroecologia.

A implantação do curso de Agroecologia em um instituto federal de ensino, localizado em Pernambuco, teve sua contribuição, a partir de uma cooperação técnica junto ao seu *campus* de origem. Jitirana diz que nesse período o feminismo chega à sua vida e daí, então, começa a conhecer novos espaços e frentes de militância e atuação. Ao se envolver com movimentos feministas e redes de mulheres negras, começa a perceber os conflitos e as contradições existentes no campo da Agroecologia quanto à questão racial:

E começo a entender que o feminismo e a Agroecologia se articulam e aonde tem conflito e onde não tem, e aí eu tenho. A questão de raça chega, assim, e não tem como, chega como um meteoro, e começo a perceber que é um feminismo que não fala da gente, né? E vem bonito mesmo a questão racial (Jitirana, 45 anos).

Quando perguntada se o debate sobre a questão da raça entrou tardiamente na Agroecologia, ela responde incisivamente: “eu sempre coloco que o racismo, o antirracismo e a questão feminista é pauta de vida. Se Agroecologia não se propõe a isso, ela tá no pacto de morte, porque causas de vida, pautas de vida são urgentes. Chegou tarde, muito tarde”.

### *1.1.5 Carnaúba*

Já Carnaúba demonstrou certo desconforto ao falar sobre como se identificava, relatou que sofreu racismo quando viajou para um país ocidental, mas não confirmou ter vivido nenhum episódio no Brasil. Tem 45 anos, é casada e tem um filho. Toda a sua formação é na área de Ciências Sociais e o Doutorado teve enfoque na Agricultura. É docente na área de Sociologia em uma instituição federal de ensino, coordena um núcleo de pesquisa e trabalha com extensão. Faz parte do GT de Mulheres da ANA e da ABA. Desde a Graduação trabalha com contextos rurais e também com a perspectiva feminista, na academia e em organizações sociais. Ela comenta que durante o período que cursou o Mestrado existia pouca literatura sobre o rural escrita por autoras e que trouxesse o debate feminista. Ressalta que contribuiu para essa construção, articulando a bibliografia sobre o rural e sobre o feminismo para dar corpo aos debates envolvendo os dois campos:

E aí, a gente foi fazendo um pouco também de quê? É isso, um pouco que talvez você esteja fazendo hoje, né? Uma bricolagem, talvez, até mais difícil, porque você tinha textos sobre o rural e você tinha depois uma leitura feminista que não dialogava com o rural, né? E aí, a gente tinha que tá fazendo essa, né? Enfim, esses diálogos um pouco tortos, enfim, tentando se entender (Carnaúba, 45 anos).

A entrevistada compartilha que sempre esteve rodeada por agrônomos e agrônomas e era confundida como uma, embora fosse socióloga, mas essas/es profissionais, que ela estava próxima, integravam o movimento de tecnologia alternativa, de agricultura alternativa e dialogavam com as Ciências Sociais. Carnaúba (45 anos) enfatiza que a Agroecologia exige esse diálogo e que foi determinante pra ela ser apresentada ao tema da fome, através dos escritos de Josué de Castro, em uma disciplina ainda na Graduação:

E aí, a gente leu o livro inteiro, né? Nessa pegada de pensar a questão da fome, da agricultura familiar, e nesse recorte também do Nordeste. Essa foi uma disciplina, assim, que foi determinante, era uma leitura de Josué de Castro que trazia um debate da fome olhando as questões que a gente estava vivenciando naquele momento.

Ela relata que participou da primeira reunião de preparação do Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas, em Belo Horizonte, em novembro de 2019, que estava previsto para acontecer em janeiro de 2020, até ser suspenso, em decorrência da pandemia da Covid-19. Guarda desse momento muitas tensões, pois era pra ser um momento para ouvir sobre o tema do racismo, não apenas sobre as mulheres negras, pois para ela o racismo não incide apenas sobre as pessoas negras, mas também sobre as indígenas e as LGBTQIAP+<sup>9</sup>.

Carnaúba (45 anos) enfatiza, de forma angustiada, que a pauta racial

Era um tema que a gente tava avançando e, se você for olhar, e eu não tô fazendo uma fala do tipo conservadora, né? Pra gente poder é... pensar que a gente não fez, mas aí é isso mesmo, a gente tá fazendo não, a gente não fez mesmo, e tudo bem, a gente não fez, a gente aceita, mas a gente fez muitas coisas enquanto GT, né?

E complementa que esse debate ainda não tinha chegado, pois não iriam se opor a olhar para essa questão, se fosse trazida, e afirma que “nunca foi uma coisa do tipo: nós não vamos! Nunca, nunca aconteceu no GT de você levar uma pauta e a gente vetar essa pauta. Nunca! Isso foi algo que a gente pensou depois, sabe? Nunca a pauta chegou, Carine, né?” (Carnaúba, 45 anos). Com relação ao debate sobre o racismo na Agroecologia, ela relata que essa pauta “não chegou tardiamente, ela chegou. Eu acho que hoje, por exemplo, a questão do racismo com o movimento de mulheres da Agroecologia é muito mais fácil hoje de ser incluído do que quando era só a questão de gênero”. A entrevistada diz que a luta do feminismo agroecológico, inicialmente para a superação das desigualdades de gênero, abriu espaços para outras lutas, como a racial.

---

<sup>9</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Pansexuais, Polisssexuais e não cis que não se considere trans ou ainda qualquer uma das definições atribuídas na sigla.

### 1.1.6 Caroá

Caroá, outra entrevistada, identificou-se como uma mulher negra em construção. Tem 55 anos e possui formação em Engenharia Agrônômica, cursou Mestrado em uma renomada instituição de ensino do Sudeste, em Estudos da América Latina, atua há mais de 20 anos em uma organização social com perspectiva feminista e contribuiu para que essa organização incluísse o espaço rural em sua atuação. Cresceu em uma cidade operária, e há muito tempo é militante de esquerda. Comenta que no contexto da Graduação, em determinado momento, a agricultura não tinha polarização, até que se formou um grupo de agricultura alternativa, como espaço de experimentações. Após esse período, trabalhou em assentamentos com movimentos sociais, hoje ligados à Via Campesina, e relata que naquela época se deparou com algumas contradições:

Ainda era muito aquela ideia de ter uma grande produtividade pra alimentar o povo, então, assim, o primeiro conflito que tive no assentamento que fui trabalhar, era uma monocultura de feijão, foi uma história dramática [risos], assim, foi um choque pra mim (Caroá, 55 anos).

Ela também teve a oportunidade de atuar como gestora municipal na área de aquisição de alimentos para merenda escolar. Por volta da década de 1990, ingressou em uma organização social feminista que trabalhava com formação em diálogo com o movimento sindical, a princípio mais focada na área da saúde feminina, onde, posteriormente, passou a refletir sobre a perspectiva de gênero e de classe. A entrevistada ressalta que:

Na formação se falava várias coisas, mas era pensando nessa coisa da origem da opressão das mulheres e tal, e a organização de processos de luta e no movimento sindical. Já tinha as trabalhadoras rurais também organizadas, mas não tinha muito essa discussão da forma de produção (Caroá, 55 anos).

Ela destaca que nesse contexto havia as mulheres que participavam do movimento sindical discutindo questões da agricultura familiar e outras mulheres trabalhadoras rurais que estavam discutindo gênero desconectado da agricultura familiar, e a partir daí começaram a perceber que poderiam abrir um debate articulando mulheres e agricultura familiar. Nas palavras da autora, “a gente percebeu isso e achou legal juntar as mulheres que estavam nesse processo da discussão de gênero e as que estavam na discussão de agricultura familiar pra pensar, então, o que é essa síntese de gênero e de agricultura familiar”. Caroá (55 anos) diz que nesse ínterim foi convidada para coordenar ações de inclusão do debate sobre gênero em

organizações da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (PTA) de Agricultura Familiar e Agroecologia e “daí gerou um processo mesmo político de afirmar e reconhecer as mulheres mesmo como agricultoras, né? E afirmar o feminismo dentro disso”, e complementa: “se fosse pra pôr um marco, eu colocaria um marco dessa oficina que a gente fez para desencadear esse processo de gênero e agricultura familiar, que foi em 96, em 1996”. A entrevistada destaca que discutir gênero e agricultura foi um passo importante para o feminismo e a Agroecologia:

Eu falo, assim, que a gente passou de uma organização que construíam meio que umas categorias de análise, né? Da análise do processo do gênero e agricultura familiar pra uma definição política de por onde ir mesmo, né? Falar de feminismo e Agroecologia, né? Porque é quase que um desdobramento, claro que a forma como a gente falava de gênero é, essa categoria, era a partir da nossa visão feminista, né? Mas aí ficou mais explícito, chegou um certo momento que a gente conseguiu ter uma força política de falar isso de forma mais explícita de feminismo e Agroecologia, como pra onde estamos indo, né? (Caroá, 55 anos).

Ela identifica que foi no IV Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em Belo Horizonte, em 2018 que a questão racial apareceu, o que antes era falado em termos de interseccionalidade, consubstancialidade, gênero, raça e classe, no campo das ideias, chega formalmente nesse espaço:

Foi realmente o ENA de Belo Horizonte, talvez tenha sido a mesma coisa, a mesma dimensão essa que tô falando, assim, de que tem muita coisa acontecendo, muita coisa fermentando, mas tem um dique, e aí chega um momento que esse dique tem algum furinho, e aí o negócio vem, né? Mas ainda tem muita coisa a ser tratada de fato, e daí, o que isso significa em termos de como a gente se organiza, mas na verdade eu tô super pensando, assim, desde o ENA de Belo Horizonte, mas, talvez é uma das reflexões da pandemia também, que isso significa em relação à construção do conhecimento agroecológico, mesmo assim, sabe? (Caroá, 55 anos).

A entrevistada destaca que a lente da divisão sexual do trabalho sempre norteou suas reflexões relacionadas à organização dos gêneros na sociedade, e que começou mais recentemente a pensar sobre as camadas de consciência e compreensão que precisa desvelar para chegar à questão da raça:

Então, é disso que estava falando, assim, de você ter uma grade mental de análise que você vai colocando, sobretudo, então, você só consegue enxergar o que entra dentro daquela grade de análise, sabe? E é nisso que eu tô te falando, que eu acho que a questão antirracista ou a questão racial, assim, pra mim, é um negócio que ainda tá me movimentando aqui, porque pra mim é uma coisa de conseguir abrir nossas estruturas mentais pra olhar para as

coisas, pra entender, sabe? Então, essa dinâmica do gênero com a divisão sexual do trabalho, com a sobrecarga das mulheres, tudo isso existe também, né? E se eu quiser, eu posso passar a minha vida vendo só isso. Agora, se eu quiser ver outras coisas que processo, é esse que eu tenho que fazer? É um processo meu também, né? É um lance interno também, assim, de transformação interna, né? De um resgate de um monte de coisa, sei lá (Caroá, 55 anos).

### *1.1.7 Malva*

A entrevistada Malva se identificou como mulher negra e quilombola, tem 34 anos, é engenheira agrônoma e possui Mestrado na área de Vigilância em Saúde. É educadora popular e atua como assessora de projetos socioprodutivos, com grupos e movimentos sociais do campo, em uma organização social. Ela relata que teve a oportunidade de conhecer a Agroecologia já no curso de Graduação, através do movimento estudantil vinculado à Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e também nas disciplinas ofertadas no curso, como “Agroecologia”, “Sociologia” e “Sistema Florestal”, que fez toda a diferença na sua carreira acadêmica e profissional, como ela sinaliza. Nesse mesmo período, teve contato com o MST, que atuava com a pauta da Agroecologia e da reforma agrária.

Sobre a inserção das questões de raça e gênero no movimento de Agroecologia, ela enfatiza que ainda é “incipiente e sem muitos aprofundamentos, sendo ainda pautas pontuais no debate da Agroecologia, que ainda está muito restrita a enfoques acadêmicos e técnicos”, e considera que o movimento agroecológico reflete o contexto da sociedade como um todo, por

Tratar tardiamente ou sem aprofundamentos o debate de raça e gênero. O movimento não está livre da reprodução do modelo racista e machista da sociedade. Acho que temos ainda um movimento com predominância de homens e pessoas brancas, que pensam e agem a partir dos seus lugares. O principal desafio é descolonizar este debate da Agroecologia, que nasce a partir de espaços acadêmicos de dominação de poder (Malva, 34 anos).

A entrevistada também destaca a questão da regionalidade como destoante no contexto agroecológico, sobretudo quanto aos acessos, pois

Geralmente há uma supremacia de pessoas do Sul e Sudeste à frente do movimento agroecológico e nesses espaços mais institucionais. É notável a falta de conhecimento, o preconceito com visões e pensamentos de outras regiões o mais do interior do Brasil, reforça-se, em muitos casos, uma superioridade intelectual. Complicado, porque na maioria das vezes o debate fica restrito a grupo bem homogêneo (Malva, 34 anos).



Ela frisa que o contexto brasileiro nos exige “trazer para a centralidade o racismo seguido de gênero e classe. É complicado pensar em níveis de violações, mas se tratando de um país erguido à base de um sistema escravocrata, as violações raciais deixaram muitas feridas abertas” (Malva, 34 anos).

#### *1.1.8 Malícia*

Malícia se apresentou como uma mulher branca, tem 39 anos, é engenheira agrônoma, com Mestrado na área de Extensão Rural e Doutorado em curso em Agronomia. Participa de grupos de pesquisa na Agroecologia e colabora com a ABA. Trabalhou na gestão pública municipal como técnica agrícola, onde conheceu a Agroecologia e participou de formações e cursos na área, pois a prefeitura tinha interesse que a merenda escolar fosse agroecológica. Ela conta: “pagavam os cursos, e aí eu fui fazer o curso de agricultura agroecológica, de cultura ecológica, e foi aí também que a formação política veio com isso, né? Eu não fui, eu sempre fui da esquerda, né?”. Tempos depois, ela passou a integrar o quadro de técnicas da EMATER, também atuando na área de Agroecologia.

O feminismo chegou a sua vida a partir da participação na ABA, e o que antes eram reações de incômodo, por não concordar com determinados posicionamentos machistas, após o acesso à literatura feminista no espaço do GT de Mulheres começou a sentir necessidade de reação. Trabalhou em um projeto feminista de uma rede, apoiando mulheres rurais para que pudessem se organizar no território, onde percebeu que essas mulheres não compreendiam nem o que são políticas territoriais, mesmo participando de movimentos sociais. Ela relata que:

Dentro de um movimento de esquerda, com companheiros de esquerda, as mulheres, liderança do rural, nem sabiam o que que eram política territorial, e foi impactante isso, né? Foi impactante, porque tinha um presidente dentro do sindicato, em que os homens eram convidados e elas não iam pras reuniões do desenvolvimento territorial. E, assim, tudo isso durante um governo de esquerda, sabe? Então, as comunidades quilombolas nem sabiam o que estava acontecendo. Então, né? Pra mim foi bem impactante, porque tira, desvela aquela coisa: “Oh! Que lindo! A política pública, o governo de esquerda, todos ocupam o espaço!”. Não, não é assim e não foi assim, sabe? E as pequenas revoltas vão surgindo aí, né? De tentar entender o processo, né? (Malícia, 39 anos).

A entrevistada considera que as pautas de raça e gênero são totalmente invisibilizadas na Agroecologia, e isso ficou mais exposto pra ela quando precisou da indicação de

representantes dos GTs da ABA para participar de um curso de Pós-Graduação e percebeu a existência de guetos, de pessoas que são excluídas ou têm menos oportunidades de tomada de decisão:

As mulheres têm voz no GT Mulheres; negras, negros e indígenas têm voz no novo GT Ancestralidade... os jovens; mas isso não reflete nos outros GTs da ABA, que é, só vê quem representa esses outros GTs: pessoas brancas, né? Até alguns são mulheres, mas são brancas mais velhas ou são brancos os homens que falam, né? E aí que a gente conseguiu minimamente manter e consegui essas vagas, então, tem que, a gente tem que ampliar esse debate. Como? (Malícia, 39 anos).

Ela acredita que garantir a participação de pessoas negras, sobretudo mulheres negras, é uma prática antirracista, e afirma que quando está nos espaços tem procurado perceber as “presenças” e “ausências” de representações: “Eu peguei essa mania, né? Minha mania, né? Eu conto quantas mulheres tem, quantas pessoas brancas tem e eu faço as contas e boto no papel, e quando eu posso falar, eu falo, né? Tá aqui ó? Tá? Não tem jovem, não tem negros, não tem mulheres”.

#### 1.1.9 Bromélia

Bromélia se identificou como mulher preta, pois considera que sua ascendência lhe permite, embora afirme nunca ter sofrido racismo. Tem 44 anos, formação em Nutrição e é doutora em Ciências Sociais. É docente de instituição federal de ensino, na área de nutrição, e atua também na ABA. Em sua trajetória, desde a Graduação, sempre esteve envolvida com iniciação científica, atividades de extensão e monitoria. Trabalhou em uma empresa pública na área rural, como *trainee*, onde participou e contribuiu com processos de formação, entre oficinas, cursos e seminários com ênfase no desenvolvimento do espaço rural.

Afirma que conheceu a Agroecologia através de um professor que é referência na área de Sociologia Rural, quando participou de um laboratório de pesquisa, durante o curso de Mestrado. Bromélia (44 anos) diz que nesse espaço

Foi onde eu ouvi falar em Agroecologia, e claro me despertou muito interesse, porque eu, como da área de Nutrição, tem tudo a ver pensar por essa perspectiva da sustentabilidade do consumo alimentar, né? Então, eu fiz a minha pesquisa de Mestrado na região da Paraíba, né? Porque era um projeto maior que o professor tinha aprovado e ali a gente fez uma pesquisa integrada, onde várias pessoas do Mestrado, Doutorado e da Graduação se envolveram nessa pesquisa maior, e aí a gente foi partilhando os saberes, os

conhecimentos, e eu trabalhei com o perfil alimentar das famílias rurais inseridas no Pronaf B<sup>10</sup>. Então, ali, eu comecei a ter outros olhares, fazer outras leituras sobre a questão do acesso à alimentação saudável no meio rural.

A entrevistada destaca que durante o Doutorado teve a oportunidade de adentrar ainda mais no universo da Agroecologia e também foi quando se tornou docente. A mudança para assumir o cargo de professora a conduziu a um campo de pesquisa que definiu a sua carreira enquanto profissional e foi onde conheceu a experiência do primeiro projeto agroecológico do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no país e, nesse sentido, relata:

Fui estudar a Agroecologia, aprender, conhecer os princípios da Agroecologia, e nesse ínterim eu fui convidada para ser educadora voluntária na Escola Latino-Americana de Agroecologia, que até hoje eu faço parte do grupo de educadores e educadoras voluntárias da ELA (Escola Latino-Americana de Agroecologia). Então, eu passei a não apenas a estudar, mas também experimentar, vivenciar muito as questões da Agroecologia, quando eu me envolvi com a Escola Latino-Americana, que fica no assentamento do Contestado, assentamento do MST, referência na formação de tecnólogos e tecnólogas em Agroecologia. E aí, bom, eu fui me envolvendo nesses espaços e fazendo cursos, debatendo, ministrando também palestras especialmente voltada à questão do consumo. Porque a Agroecologia, até então, para mim, ela se restringia muito a essa dimensão da produção, né? Da questão produtiva, do manejo, do sistema, né? Das técnicas agrícolas (Bromélia, 44 anos).

Sobre a questão da raça, Bromélia comenta que esse tema chegou à ABA a partir de 2015, no Congresso Brasileiro de Agroecologia, que aconteceu em Belém-PA, embora nesse evento tenha tido mais ascensão da população indígena da região, e ressalta:

A questão racial, eu acho que ainda a gente tem muita lacuna, sabe? Eu acho que a gente tem muito o que caminhar, inclusive essa foi uma demanda que a gente propôs e o GT Mulheres, o GT Ancestralidade, Campesinato, Soberania Alimentar toparam, né? O que seria na nossa reunião presencial desse ano a gente ter um momento de formação sobre a questão racial, né? Sobre o racismo institucional, estrutural e tal. E aí, infelizmente, foi deflagrada a pandemia e a gente não teve como conduzir essa oficina. Ao longo do ano, as mulheres, eu falo as mulheres, porque são as mulheres pretas que estão nos ensinando muito sobre isso, sabe? A própria Vivian, no GT Mulheres, a Domênica do GT Ancestralidade, elas têm batido muito nessa tecla de que a gente precisa desse momento de formação e reflexão,

<sup>10</sup> “Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF” (BNDES, 2023, n.p.). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 1 jan. 2021.

né? (Bromélia, 44 anos).

Ela diz que, embora nunca tenha sofrido racismo por causa da cor de sua pele, já sofreu por ser nordestina: “na verdade, eu nunca senti nada em relação à questão da minha cor, mas sim por ser nordestina. Então, isso sim pra mim é mais evidente nesse lugar que eu estou hoje, né?”, e coloca que, assim como as mulheres pretas engajadas na Agroecologia estão mais atentas à pauta de raça, ela percebe que está mais atenta às questões de gênero, sobretudo pelos lugares que ocupa: “as mulheres que já estão na Agroecologia, as mulheres pretas, elas estão muito mais atentas, assim como hoje eu também sou mais atenta para as questões de gênero, especialmente, né? Então, os espaços que eu ocupo, eu sempre estou batendo nessa tecla, né?” (Bromélia, 44 anos).

#### *1.1.10 Jurema*

Jurema, outra entrevistada, identificou-se como uma mulher negra, quilombola e agricultora agroecológica. Ela tem 61 anos e possui Ensino Médio incompleto, Ensino Técnico em Agroecologia e é educadora popular. Atualmente é presidenta da Associação de Educação, Cultura e Arte do sítio onde ela reside com outras famílias e contribui com a gestão e execução de projetos. Para ela, as ações de formação nos movimentos sociais foram fundamentais para adquirir conhecimentos e instrumentalizar o seu saber fazer, principalmente na Agroecologia.

Sobre sua trajetória na Agroecologia, ela relata que:

Quando ouviu falar de Agroecologia, permacultura, bioconstrução, eu fui me dando conta que esse foi um fazer constante. Eu nasci e cresci neste ambiente agroecológico, em um quilombo urbano, e aí o fazer das pessoas eram isso. Eu cresci em uma casa de taipa, coberta de sapê, do fogão de lenha, entendesse? Das mesas com os banquinhos artesanais, do banheiro seco, do composto orgânico do banheiro seco sendo a adubação dos canteiros de hortaliças. Eu cresci em um ambiente onde as colheitas eram fresquinhas ali, onde as pessoas dividiam entre si tudo que colhiam, das abóboras imensas que subiam, que invadia o quintal de um e saía no quintal de outro e assim era o próximo. E aí fui compreendendo que a Agroecologia, nesse formato, ela sempre foi presente na minha vida, e a gente começa, então, a se inserir mais, a partir de onde estamos hoje. (Jurema, 61 anos).

A entrevistada acrescenta que são essas questões todas que o povo preto sofre que parecem contraditórias, mas não são:

A gente tem que estar atenta às apropriações, inclusive à apropriação cultural, do ponto de vista, por exemplo, eu adoro coco de roda, e é uma expressão aqui do Nordeste. As danças circulares também são expressões das nossas resistências negras e indígenas, né? E aí eu observo, aqui pra nós, por exemplo, o coco, um povo muito branco começou a participar e a roda deixou de girar, então, as pessoas ficam ali em um canto paradas, dançando em um canto, e na verdade contemplando duas outras que entram na roda, às vezes que dançam uma hora, ali sensualizando o tempo inteiro. Não que isso seja ruim, pelo contrário, mas é uma apropriação de nossa cultura de resistência e um engessamento. E uma observação que eu fiz disso coincide justamente com esse momento que a gente está vivendo, político, sabe? Já começou nos meados do governo anterior esse movimento de engessar as nossas danças de resistência e roda que não gira, não transforma. Roda que não gira, não transforma. E aí, nossa juventude foi ficando parada, parada, e usando das palavras no *Facebook*, né? Sentada diante do computador, achando que estavam fazendo transformação, e sendo enganadas, né? Então, isso é uma apropriação cultural em diferentes âmbitos, né? Das expressões, de dança, sabe? De sons, de estética, de mídia, de tanta coisa, sabe? Foram se apropriando de nosso jeito de fazer e dando um outro formato e tirando a força da resistência. Então, essas histórias, elas são contraditórias? Não! Elas são da gente tá atenta, observante, sabe? De como é que a branquitude se utiliza dos nossos signos, do nosso jeito de ser e de fazer, dos nossos conhecimentos, como se apropriam e usam contra nós mesmas. Roda que gira, transforma. Quando ela gira, roda grande, ela passa por dentro da roda pequena e transforma (Jurema, 61 anos).

Ela chama a atenção para a retomada e o fortalecimento das culturas e tradições do povo preto, que têm sido exploradas pela branquitude como moda e *souvenir*, e também faz um alerta sobre a forma como são conduzidas essas manifestações, que não são espontâneas e têm um propósito. Sua reflexão contribui para pensarmos o esvaziamento de toda a riqueza e sabedoria, e também a aniquilação silenciosa da resistência da negritude.

A entrevistada afirma que existem diferenciações no acesso a espaços decisórios e das condições de trabalho na Agroecologia, e quando se tratam de mulheres brancas e negras, somam-se ainda as questões regionais, apesar de a questão de gênero ser uma pauta que mobiliza e a raça tenha começado a aparecer mais recentemente.

Ser mulher preta e pobre e nordestina dentro da Agroecologia é um peso diferente de uma mulher branca rica e sulista. É diferente, absolutamente diferente os comportamentos, as relações estabelecidas, sabe? E as supremacias estabelecidas. Percebo que entre as academicistas, mesmo as brancas, das várias regiões do país, existem divergências entre elas. Raça, gênero e classe não se separam, elas são fundamentais (Jurema, 61 anos).

De acordo com a caracterização e os pontos enfatizados nesta seção, não estamos considerando a raça apenas como uma variável/marcador, mas como estruturante, pois compreendemos que as experiências vivenciadas a partir das trajetórias dessas mulheres, que

incluem escolarização, espaço de atuação, acesso a informações, participação em processos formativos, questões de regionalidade, questões geracionais, entre outros aspectos, são fundamentais para demonstrar que os acessos e as oportunidades moldam, em grande medida, como cada uma das entrevistadas se coloca diante das questões apresentadas, além de reforçar que o racismo se utiliza de subterfúgios para mascarar comportamentos e contextos, naturalizando a “outridade” (KILOMBA, 2019). Também ficou evidente que a questão da raça chega mais forte na Agroecologia com o engajamento de mulheres negras e não brancas, que começam a compreender seu papel enquanto sujeitas de transformação nesse espaço, trazendo problematizações e reflexões para o coletivo, os GTs mencionados.

No próximo capítulo, refletiremos sobre a construção da Agroecologia no contexto da academia e a partir da percepção e vivência política das mulheres. Apresentaremos quem são os principais cânones considerados no contexto acadêmico, e também pelo movimento, e como essa validação invisibiliza a participação feminina, sobretudo as mulheres negras e não brancas. Mostraremos também como as mulheres estão reagindo a esse apagamento e silenciamento, como a questão racial tem sido demarcada por mulheres negras engajadas, como a colonialidade marca esse espaço e demarca posições de poder em hierarquias racializadas, autorizando e legitimando quem produz conhecimento e quem não produz.

## 2 AGROECOLOGIA: (RE)CONSTRUINDO UM CONCEITO

*No amor, no ódio, a insana vingança  
Nego drama  
Eu sei quem trama e quem tá comigo  
O trauma que eu carrego  
Pra não ser mais um preto fodido*

Racionais MCs

Neste capítulo abordaremos brevemente a construção do conceito de Agroecologia, mostrando como a colonialidade se manifesta nessa área do conhecimento, validando a figura do masculino, hetero e branco em um lugar de destaque, sobretudo no meio acadêmico. Destacaremos também a organização de movimentos de mulheres para demarcar a participação feminina, demonstrando que a questão racial na Agroecologia aparece recentemente a partir do engajamento de mulheres negras.

O conceito de Agroecologia foi cunhado pela academia. Em outras palavras, autores considerados cânones dessa área do conhecimento no campo acadêmico elaboraram conceitos que passaram a representar um consenso quase que coletivo, influenciando também movimentos sociais do campo e políticas públicas.

Na perspectiva acadêmica, a Agroecologia privilegia e evidencia inicialmente as dimensões agrônoma e ecológica (ALTIERI, 2000; GLIESSMAN, 2001) e, depois, as dimensões sociológica e política (GUZMÁN, 2002). Mas, de fato, o conceito de Agroecologia não é um consenso, constituindo-se como um campo em disputa, que pode ter diferentes objetivos e abordagens, desde uma simples transição no modo de produção a uma proposta de modificação profunda das estruturas e relações sociais.

Gliessman (2001) une os conceitos da agricultura com a perspectiva da ecologia para fundar o conceito de agroecossistemas e consegue perceber os ciclos da natureza que gerenciam os espaços que têm pouca intervenção do homem, como as florestas, as matas, e mesmo os espaços onde existe uma comunidade, os ciclos da natureza orientam a sucessão vegetal e a ciclagem de nutrientes que devem ser utilizadas nos cultivos. O autor considera que um sistema agrícola sustentável só será realmente sustentável a partir do momento que se conseguir fazer uma agricultura que tenha consonância com a natureza, porque os ciclos da natureza são os mesmos que vão gerenciar a sustentabilidade do sistema agrícola de alimentos.

Altieri (2000), a partir das noções de Gliessman (2001) sobre agroecossistemas, afirma que os agricultores já têm um conhecimento prévio de como usar esses ciclos da natureza, e

aponta esses saberes locais como fundamentais. Segundo essa compreensão, um agricultor agroecológico tem as condições necessárias para utilizar os ciclos da natureza ao seu favor, e com isso alcançar a sustentabilidade do sistema produtivo em questão. Para ele,

A Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2000, p. 21-22).

De acordo com essa compreensão, uma abordagem agroecológica pode oportunizar uma imersão dos pesquisadores no universo dos agricultores, bem como no desenvolvimento de agroecossistemas pouco ou nada dependentes de insumos agroquímicos e energéticos externos.

Enquanto Altieri (2000) e Gliessman (2001) trabalham a partir de uma perspectiva americana e possuem formação agronômica, Guzmán (2002) se localiza na Espanha e é sociólogo. Este último autor enfatiza que a Agroecologia só pode avançar na perspectiva da sustentabilidade para a produção de alimentos se for percebida para além da técnica, incluindo a lente social. O autor afirma que a crise alimentar tem uma origem social e que a Agroecologia precisa ter um caráter interdisciplinar para se posicionar nesse cenário. Acrescenta ainda que a ciência também é geradora da crise ambiental no planeta e, nesse sentido, a Agronomia, a Biologia e as Ciências Sociais constroem verdades que contribuem para a alavancagem dessa crise. Para o autor, a Agroecologia precisa se imbuir das questões sociais e fazer contraponto ao cenário orquestrado pelo sistema dominante, pois, fundamentalmente “a Agroecologia tem uma natureza social. Apoia-se na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil, vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também sociológica” (GUZMÁN, 2002, p. 19). Sobre isso, Motta (2020, p. 10) afirma que:

O fato da Agroecologia possuir dimensões ligadas aos movimentos sociais e as práticas concebidas pelos modos de vida das comunidades rurais, gera confusão e preconceito quanto a consolidação de sua dimensão ciência, mas é importante lembrar que o paradigma dominante das ciências agrárias é um dos fatores responsável pela crise que assola o mundo rural na América Latina. Como ciência, a Agroecologia pode se apresentar como um “espaço



de enunciação” dentro do campo acadêmico abraçando novas lógicas e racionalidades, outros conhecimentos sem distorcê-los para que atendam o paradigma dominante, potencializando o surgimento de novos debates, conflitos, acordos, negociações, entre acadêmicas e acadêmicos e os demais sujeitos que compõem um campo de estudo.

Os autores destacados cunharam a noção acadêmica de Agroecologia e contribuíram para complexificar o conceito. Entretanto, observa-se que nenhum dos três menciona a participação e a prática das mulheres em suas análises, menos ainda na produção desse conhecimento, além de seus olhares científicos refletirem o eurocentrismo.

Com relação a esse processo de apagamento e invisibilização, a entrevistada Aroeira (61 anos) compartilhou uma análise realizada a partir de um documento de seu trabalho sobre práticas agrícolas de uma determinada região, onde ela conhece o contexto e suas produções, majoritariamente desenvolvidas por mulheres, onde as mesmas não são nem mencionadas, apenas são destacados os cultivos do ramo masculino:

As práticas agroecológicas que são usadas naquela região... você lê o que está sendo publicizado e não consegue enxergar nenhuma daquelas práticas sendo realizadas por mulheres, porque não tem nada relacionado ao mundo das mulheres, que eu conheço essa região, conheço bem, eu fui lá muitas vezes e eu sei que as mulheres têm os pequenos animais, elas têm as hortas, têm as frutas, elas fazem muitos doces de frutas, elas fazem muitas coisas com doce de leite, porque tem vaca naquela região. Então, elas fazem muitos pães e doces, tanto com as frutas como com o doce de leite. Você vira, vira, vira e o que é divulgado não vai discutir a questão social, não vai discutir nada, é uma discussão das práticas agroecológicas, mas tu tem certeza que só homens foram entrevistados, porque só aparece práticas relacionadas com o trigo, a soja, o milho, as pastagens... só com as práticas produtivas, entre aspas, do que eles consideram que é produtivo, porque toda essa parte que a mulher faz, ele nem considera prática agrônômica, nem produtiva (Aroeira, 61 anos).

Por muito tempo as mesmas pessoas têm ocupado lugares de ascensão e legitimidade na construção do campo agroecológico, e essa perpetuação está diretamente relacionada à manutenção do poder e domínio da figura do masculino e branco, conforme expresso por Jitirana (45 anos):

A gente ainda tem muito homem branco velho nos espaços de poder nas três dimensões da Agroecologia, se a gente for pensar nesse conceito, que é o conceito de ciência, prática e movimento. Se a gente chegar lá na associação da roça, o presidente é um branco velho, pastor... a pessoa, mesmo que ele seja negro... mas ele vai se comportar como um, com a mentalidade de um ser branco e velho que tá no poder. A gente tem uma escala de homens que não saem, não saem, que não largam o osso, no sentido, não é que eles vão

ser apagados, mas eles não abrem os espaços, e aí, pra você chegar... É a manutenção de poder, como acontece nos outros sistemas. A Agroecologia está permeada de uma série de sistemas de manutenção de poder, igualzinho ao agronegócio faz, igualzinho o capitalismo faz, entendeu? Só que com outro discurso.

Compreendemos que a Agroecologia, como projeto político, não se restringe apenas à dimensão da produção ou modelo de transição da agricultura. Como observado por Paula Balduino de Melo e Viviane Abreu (2021), em muitos casos as mulheres são as principais responsáveis pela mudança de sistemas de produção convencionais para agroecológicos e mantenedoras da sociobiodiversidade:

Em muitos casos as mulheres são impulsionadoras de processos de transição agroecológica, ou seja, processos produtivos que paulatinamente deixam de usar agroquímicos para produzir alimentos em consonância com os movimentos da natureza, estabelecendo com eles parcerias que potencializam ambos os processos produtivos e os elementos ecossistêmicos. Nesses processos, há uma valorização de insumos locais, na medida em que as estratégias e soluções para a produção nascem do próprio território ou de seu entorno. Uma produção de alimentos aliada à conservação e ao incremento da biodiversidade bem como à promoção da soberania alimentar. Trata-se de uma perspectiva em que alimentação e saúde estão imbricadas e são refletidas nas pessoas e nos ecossistemas (MELO; ABREU, 2021, p. 233).

Parte-se da premissa que a Agroecologia remete à construção de uma sociedade adversa aos padrões coloniais que, histórica e socialmente, fazem parte a divisão e a classificação social a partir da raça, gênero, classe e outros tipos de marcadores de opressão. A proposta da Agroecologia tem a ver com a garantia da justiça social, assim como a interseccionalidade, e dialoga com a noção de bem-viver presente na Carta da Marcha das Mulheres Negras (2015, p. 17), que traz em seu texto o seguinte:

Buscamos fundamentos nas concepções milenares de Bem Viver que fundam e constituem as formas do social e do político a partir de princípios plurais que englobam novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura, enfim das formas que dão sentido e valor à nossa existência, calcada em uma visão utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades,

onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas).

Entretanto, nas palavras de nossa entrevistada Jitirana (45 anos):

O campo da Agroecologia tem pautas e as pautas não têm a mesma, eu vou falar a palavra certa, não tem a mesma importância. Ele tem um conjunto de pautas onde tem lá: “sem feminismo não tem Agroecologia”, “visibilidade das mulheres”, tem um conjunto de pautas... tem uma lista e tá lá embaixo... a questão racial tá abaixo da questão de gênero e aí se você vai fazendo um funil de quantas pessoas tão lutando por uma pauta... só que quem tá lutando aqui embaixo, tá lutando aqui em cima também, mas quem tá lutando aqui em cima por uma pauta única, não está lutando aqui embaixo. Então, a gente tem uma sobrecarga de quem compreende que as pautas estão articuladas. A pauta de luta pela terra, de acabar com o agronegócio, não vai sair se você não acabar com o racismo e se você não acabar com o machismo.

A entrevistada Carnaúba (45 anos) acredita que os avanços na Agroecologia são processuais e compara o tema do feminismo com a questão racial, que está posta, embora não esteja ainda incorporada nesse contexto, e reflete que “têm certas coisas que a gente tem que ir avançando, né? No entendimento, aos poucos, enfim. Acho que, nesse sentido, o tema do feminismo e da Agroecologia, assim como o tema do racismo, tá posto, mas não tá compreendido, não tá incorporado, né? Se não tiver vigilante o tempo todo, né? As coisas...”. Entretanto, ela considera que o espaço do GT de Mulheres da ABA não deve se concentrar apenas na pauta do racismo, porque compreende que o racismo não incide apenas sobre a existência de pessoas negras. Em suas palavras:

Eu acho que isso é uma questão, que se o GT de Mulheres da ABA, o GT de Mulheres da ABA não pode discutir só racismo, senão ele vai perder o seu papel, ele vai perder a sua força, entende? Então, eu acho que tem coisas, assim, que a gente não pode se perder, e o papel do GT, o GT, ele tem que ser um lugar de acolhimento, mas ele não pode ser um lugar de lamúria, ele não dá pra ser, o tema do GT hoje, ele tem que passar pelo o racismo também, mas tem outros temas, entende? Senão, a gente se perde e aí vira, vai pra outro lado, vai pra outro lugar, entendeu? Eu acho que é importante a questão do racismo, é importante a questão das mulheres negras dentro da Agroecologia, das mulheres indígenas dentro da Agroecologia, né? É importante a questão das mulheres quilombolas dentro da Agroecologia e do racismo, porque eu acho que são questões diferentes, eu posso tá até enganada, eu posso está enganada. Mas, por exemplo, pra nós no Brasil, é fácil entender racismo com a cor negra, num é? É muito fácil isso. Porque a gente só pensa o racismo para as pessoas negras no Brasil, né? Talvez eu não tenha me colocado bem, mas no Brasil, a gente, quando pensa racismo, a gente pensa o racismo para as pessoas negras, né? (Carnaúba, 45 anos).

Esse desconforto, expresso nas palavras de Carnaúba, mostra-nos a forma como a sociedade brasileira compreende o racismo, igualando-o a outros tipos de preconceito. Ela demonstra seu incômodo com o risco de a questão racial assumir a centralidade no espaço do GT de Mulheres, primeiro, porque entende que o racismo não incide apenas sobre os corpos negros e, segundo, manifesta que esse “assunto” não pode se sobrepor a outras questões que ela considera de maior importância, como a desigualdade de gênero, por exemplo. Afirmamos que o racismo no Brasil tem cor e essa discussão precisa ser aprofundada com urgência no GT de Mulheres, pois consideramos que não reconhecer que essa é uma questão fundamental para reafirmar o compromisso da Agroecologia é também uma forma de racismo.

Colocar a questão de gênero atrelada ao feminismo, como centralidade da defesa das mulheres, contribui substancialmente para a manutenção das desigualdades entre as próprias mulheres e demonstra que as posições de poder não podem ser cedidas para quem sempre lhes foi negado acesso e oportunidades. É como reconhecer que existe racismo no Brasil e ficar à espera de um processo pedagógico fornecido pelas próprias pessoas negras, como se isso fosse suficiente para dar continuidade aos trabalhos e seguir assumindo que na Agroecologia não tem racismo. É ignorar que no Brasil, diferentemente de outros países, mesmo na América Latina, o racismo tem cor.

Nesse sentido, os lugares de privilégio e vantagens ocupados pela branquitude são protegidos pelos membros/as de seus grupos e a questão do racismo é esvaziada a ponto de terem a capacidade de desassociar o racismo como base estruturante das relações sociais no Brasil, e na Agroecologia esse cenário se repete, demarcado por esse tipo de posicionamento, e por isso concordamos com Cida Bento (2002, p. 28), ao afirmar que:

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, é uma saída permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que, entre os explorados – os pobres – os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida: na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim, o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não esgota a explicação para o fenômeno. Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não reconhecer-se como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade.

No mesmo sentido de Cida Bento, Lia Vainer Schucman (2012, p. 14), complementa:

O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoadado como realidade.

Uma sociedade forjada por um processo de escravização, como o Brasil, não pode descolar de sua origem questões cruciais que atravessam a vida de mulheres e homens negras/os. Se o projeto político de transformação proposto pela Agroecologia implica em uma sociedade que valoriza as diferenças e singularidades, e ao mesmo tempo pretende a superação de desigualdades e injustiças, torna-se fundamental o reconhecimento do racismo e a valorização da diversidade de saberes e conhecimentos como parte importante de sua estruturação.

Caroá (55 anos) destaca a imensa contribuição do povo negro e indígena para a Agroecologia e defende que suas práticas precisam ser identificadas e valorizadas. Enfatiza que é preciso confrontar os rigores cientificistas da academia e incorporar as epistemologias dos povos que originalmente forjaram a agricultura tradicional, sem veneno, sem exploração, sem violência e em conexão com o universo e o sagrado:

Vai abrir muito o jeito da gente pensar Agroecologia, por exemplo, uma coisa assim, né? Que eu acho que tem sempre uma tensão, porque agora Agroecologia é uma palavra que envolve muita coisa, né? E eu acho que a gente, né? Você citou aonde a gente tá já é aqueles que se batem muito por pensar a agricultura se aproximando da natureza, sei lá, com uma complexidade da natureza toda, né? E eu acho que tem setores na Agroecologia que ainda mantêm aquela lógica da ciência baseada na causa e efeito e de como a gente estuda na Agronomia que você define algumas variáveis e limita essas variáveis, e aí com isso você transforma a natureza pra produzir o que você quer, né? Não usa veneno, mas utiliza essa mesma lógica de pensamento. Só que eu acho que se a gente consegue incorporar outras maneiras de olhar que tem a ver bastante com epistemologia do povo negro, né? Do povo indígena. Aí, quando você vai pensar o que que é esse aproximar da natureza, assim, é muito mais louco, né? Muito mais complicado, é muito mais, entra o maravilhoso, né? Então, você... a gente ficou muito impressionada com isso, assim, quando as mulheres vão descrevendo as plantas, uma planta tem muito sentidos, né? Muitos sentidos naquele agroecossistema ali, mas aquele agroecossistema tem camadas, aí,

do divino, né? E a gente... de repente você vai se tocando disso, como é que você fala assim, né? Você só fica lá, quem é ateu ver milagres, como eu, não tem mais nada o que fazer. Então, eu acho, assim, a gente tendo coragem vai ser um negócio bem forte, né? Agora, eu não sei também como é que o povo pensa isso, né? Como é que é que as agricultoras, as quilombolas, os indígenas... (Caroá, 55 anos).

Reconhecer e visibilizar os saberes e os conhecimentos locais e tradicionais, bem como a forma como as comunidades se organizam para o enfrentamento e busca de soluções para questões coletivas, contribui para a valorização das populações até então submissas e marginalizadas. Entretanto, o mérito do conceito agroecológico ainda continua vinculado ao cientificismo. O modelo ocidental se encarregou de desqualificar e deslegitimar a diversidade epistemológica por se constituir como uma ameaça à sua hegemonia.

Além disso, o “outro”, criado no imaginário da branquitude, não poderia ser somente a população proveniente de culturas “inferiores” e subalternas, conforme nos alerta Grada Kilomba (2019, p. 38):

O sujeito negro torna-se não apenas a/o “Outra/o” – o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido – mas também “Outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer [...], ou seja, a negritude serve como forma primária da Outridade, pela qual a branquitude é construída. A/O “Outra/o” não é outra/o por si; ela/ele se torna através de um processo de absoluta negação.

Com isso, as experiências dessas culturas e populações são objetificadas, em uma visão descontextualizada dos saberes localizados, reproduz uma tendência na investigação convencional de classificar quem é objeto de estudo e quem é sujeito de pesquisa. Quando escrevemos e contamos nossa história, estamos exercendo um lugar de sujeitas, pois “como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros e nossas identidades são criadas por outros” (KILOMBA, 2019, p. 28). A autora continua:

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/o “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar-se a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p. 28).

Pensar a participação das mulheres na Agroecologia em sua multiplicidade significa

perceber como suas experiências vão organizando seus repertórios de resistência e como esses repertórios vão influenciando a construção do conhecimento agroecológico, constituindo um movimento dialógico e de reciprocidade. Concordamos com o pensamento de Maria da Graça Costa, Magda Dimenstein e Jader Leite (2020), ao afirmarem que para experienciarmos a Agroecologia como projeto de transformação social e como uma ciência que busca produzir conhecimento, a partir de um paradigma holístico e integrativo, é imprescindível o rompimento com os alicerces estruturantes do pensamento colonial, racista, patriarcal e capitalista que dão sustentação ao modelo de exploração dos corpos das mulheres, sobretudo as negras, e seus territórios de vida e luta.

Nesse sentido, a Agroecologia se apresenta como um campo de conhecimento em construção e em disputa, expresso no trânsito da tradução dos saberes. Em termos práticos e teóricos, considera-se que a Agroecologia se aproxima da perspectiva decolonial, pois em sua concepção propõe reconhecer os saberes tradicionais e subalternizados como válidos, assim como aponta a necessidade de superação das desigualdades sociais para alcançar a justiça e a transformação social, embora a questão racial não seja vista ainda como estruturante.

Na próxima seção, contextualizaremos como as mulheres se colocam acerca da construção do conhecimento agroecológico, ao mesmo tempo em que localizam suas contribuições para a consolidação das práxis. Além disso, é possível observar como a questão da raça aparece em meio à luta das mulheres que têm o gênero como proposição e disputa central.

## **2.1 Agroecologia pelas mãos e lentes das mulheres**

Considerando que o debate sobre a Agroecologia é um campo em disputa, observa-se a existência de conflitos de diversas ordens, na formação do conceito, no caráter cientificista do conhecimento, nas/os agentes que a materializam, na conformação das práticas e finalidades, entre outros aspectos.

Como dito anteriormente, o conceito de Agroecologia foi se complexificando ao longo do tempo, as concepções de autores considerados como clássicos pela academia, expressos na figura do masculino, são utilizados como referencial predominante, mas é certo que esses autores estão sendo provocados a incluir as contribuições das mulheres em suas análises. Isso vem acontecendo ainda de forma incipiente e quase como obrigação, sem demonstrar a relevância da presença feminina na construção desse campo do conhecimento, mas é um ponto de partida.

As feministas agroecológicas estão mobilizadas para que a Agroecologia implique a questão do gênero como parte fundamental, e neste momento a questão da raça é mencionada como um lema, na lógica contra o racismo, mas não compõe a agenda feminista, como um quesito urgente de reparação, principalmente porque há controvérsias em torno do entendimento sobre o que é verdadeiramente o racismo e sobre em quem ele incide. Carnaúba (45 anos) considera que a pauta racial é importante, mas ressalta que trazer essa problematização à superfície pode segregar o movimento feminista agroecológico, como expressa em sua fala:

Então, eu acho que a gente tá o tempo todo nessas pegadas, nessas pegadinhas, né? Assim, então, pra mim hoje a questão do racismo em todos os espaços, ela é inevitável, não tem mais como voltar pra trás, né? Ninguém volta pra o armário, ninguém volta pra senzala, isso eu tenho muita clareza. Eu acho que, e aí eu digo pra você, como socióloga, assim, é conflito, é lógico que é um conflito, são novas questões, né? Então, é disputa de poder, é disputa de fala, é disputa de espaço, é disputa de recurso, né? Agora eu penso que a gente poderia ser mais estratégica, pra gente se fortalecer e não rachar.

A entrevistada Bromélia (44 anos) destaca que é uma pauta que considera importante, entretanto, ainda dedica mais ênfase à questão de gênero e está mais atenta à participação das mulheres em espaços de visibilidade. Ela enfatiza que as mulheres negras estão mais atentas à questão racial e concorda que a ABA e o movimento agroecológico precisam se comprometer mais com o tema:

Quando tem as *lives* da vida, as palestras e conferências, que só tem homem falando, né? Então, isso tem me chamado muito atenção e eu não deixo passar, sabe? Eu sempre estou cutucando, né? Que aí eu acho que é o mesmo para as mulheres pretas do movimento e também do campo da construção do conhecimento agroecológico, elas estão sempre muito atentas. Então, o que acho que falta, um desafio, é que essa vigilância, esse alerta constante, seja por todas as pessoas que compõe a ABA, né? Seja por todas as pessoas, não apenas pra quem é negra, não é apenas pra que é povo originário, né? Indígena, sabe? Não, o desafio é fazer sem querer, obviamente, né? Ocupar esse lugar de fala! Não estou dizendo aqui que eu vou estar ocupando o lugar de, por exemplo, uma mulher preta. É... mas, assim, é um desafio para mim atentar para essa questão racial, dos povos originários, das comunidades tradicionais, porque é uma realidade que para mim ela é distante, ela não está ali no meu dia a dia, né? Então, o desafio eu acho que é ligar esse botãozinho de alerta pra todo mundo que faz parte do conhecimento agroecológico (Bromélia, 44 anos).



Assim como a entrevistada anterior, Malícia (39 anos) também relata que tem percebido cada vez mais o racismo nos espaços sociais, o que antes soava como natural, seja de caráter linguístico ou na forma de exclusão, lhe traz indignação. Reconhece o conforto de ser uma mulher branca e diz que ainda está compreendendo qual é o lugar dela na luta antirracista:

É um absurdo porque eu sou branca, do alto do meu privilégio de mulher branca, heterossexual, com nível superior, e aí é sufocante eu me dar conta disso e ter que ouvir certas coisas em casa, dentro da minha casa, a questão do machismo, a questão do racismo e ter que ouvir, sabe, na família. Eu não suporto. São coisas assim que eu escutava, mas que eu não sabia e agora bate, e eu digo assim: “Caraca, tem jeito isso?”. “É negro, mas que é gente boa e honesta”, e eu fico, como? Quê? Como é que você tá dizendo um absurdo desses? São coisas que eu ouvi, que eu digo: “Gente, mas como é que eu ouvia isso e eu não me dava conta que eu ouvia isso?”. Porque isso não começou a ser falado agora que a Malícia ouviu, essas pessoas falavam antes, mas eu não ouvia. Eu disse assim: “Pois é, mas se essas pessoas não forem valorizadas e ocuparem esses espaços, elas não vão saber falar nunca e elas não vão ocupar esses espaços nunca. Então, a gente tem que garantir essas pessoas ocupando esses espaços e não são só as mulheres falando de feminismo, não é só as negras falando de negritude e racismo, né? É em todos os espaços. Claro que eu me pego e bem interessante teve uma formação, claro que eu não falei em raça eu falei só em gênero, porque também é uma construção, né?” (Malícia, 39 anos).

Por sua vez, Jurema (61 anos) concorda que está acontecendo uma maior abertura para discutir as questões relacionadas a gênero e raça nos espaços da ABA e da ANA, e enfatiza a influência da juventude nesse contexto. Ela faz uma crítica ao posicionamento do movimento feminista agroecológico, que tem demonstrado, através de sinais nem sempre verbais, certo desconforto sobre a organização das mulheres negras na Agroecologia. A entrevistada afirma que percebe uma grande necessidade das mulheres brancas em tutelar as ações e articulações promovidas pelas mulheres negras, tentando monitorar o que está sendo feito, com o discurso de que elas precisam fazer tudo juntas para não enfraquecer o movimento das mulheres, intervindo nas diferenças e nas especificidades, como uma forma de controle, inclusive negando que existe racismo na Agroecologia.

Essa questão da raça, de gênero no espaço da ABA e da ANA, por dentro e por fora, sim, ainda tem influência, mas há um processo crescente de discussões, de inserção. Há mudanças acontecendo e é importante. Tem uma juventude altamente fortalecida agindo e reagindo dentro desses espaços, então, muita coisa boa está acontecendo, sabe? A gente ainda sente, ali, acolá, a gente ainda sente, né? Que tem diferenças, sabe? Ainda sinto, realmente, que as mulheres brancas, em especial, tô falando de mulheres

porque é o meu universo, né? Eu transito mais no universo das mulheres, mas aí a gente sente, especialmente dentro do processo feminista, a gente sente que ainda há hoje um grande, assim, um cuidado, um medo e uma necessidade de juntar, de juntar, de juntar, sabe? Eu não sei se as mulheres estão percebendo isso, e estão, né? Eu acho que estou querendo ser boazinha aqui agora [risos], mas vou refazer essa fala aqui, que é o seguinte: Eu, Jurema, percebo e sinto também, que as mulheres brancas, que a branquitude, ela tem buscado se inserir de qualquer maneira nos espaços da negritude, ou impedir que as pretas permaneçam assim... que se organizem, enquanto pretas, aí a necessidade de juntar no todo [...]. Feministas da Agroecologia, eu: Beleza! Rede de feminismo, tava todo mundo, mas tinha Pretas da Agroecologia, então... são as mesmas mulheres. Aí, de repente tá todo mundo no mesmo grupo, tá entendendo? Aí as pretas já não são mais só as pretas, as pretas já tão aqui dentro do grupo, tá entendendo? Já fazia parte de alguma forma, tá entendendo? Tem, porque tem que juntar todo mundo dentro desse movimento de mulheres da Agroecologia. Tinha mulheres da Agroecologia, feministas da Agroecologia, rede de mulheres da Agroecologia, pretas da Agroecologia, indígenas da Agroecologia, aí você tem que... sabe? Cutucar, vai ali, dá um jeito, coloca todo mundo no mesmo saco. Aí, quer dizer, assim: “Não, a gente não tem racismo, a gente não desconsidera isso, a gente tá discutindo essa questão. Olha, a gente está aqui juntas” (Jurema, 61 anos).

A entrevistada coloca também que é preciso que o movimento feminista agroecológico perceba que é necessário considerar as singularidades das mulheres em geral, sem que isso se torne uma ameaça à participação de nenhum grupo, e aborda incisivamente que as pessoas negras têm um modo de existir, de fazer e de se expressar, diferentemente das pessoas brancas, e na Agroecologia também é assim, sobretudo porque as condições e oportunidades são excludentemente diferentes:

Na verdade, há um medo, uma necessidade muito grande de não se apagar, como que elas fossem se apagar, na medida em que nós, outras mulheres, pretas ou indígenas, estamos nos organizando, e não é assim. Eu vejo isso e quando há um espaço que eu possa trazer pra reflexão, fazer uma crítica que possa construir, eu faço. Quando acho que não estão preparadas pra me ouvir, eu me calo, observo. Porque é importante que a gente tenha cuidados, que a gente cuide umas das outras, então, eu nunca vou fragilizar o movimento, se eu não posso fortalecê-lo, eu não fragilizo, mas a mim é bem visível e incomoda, é bem visível isso, sabe? Eu acho que tem que ter calma, tem que ter calma, entendesse? E observar, e é preciso que as mulheres brancas se reúnam enquanto mulheres brancas para discutir feminismo, e é necessário e fundamental que as mulheres negras e indígenas, cada uma, se reúna também na sua especificidade pra discutir o feminismo, *porque é outra coisa*, é outra pegada, entende? E discutir a Agroecologia também é uma outra pegada, são outras oportunidades, é diferente. Você chegar na feira agroecológica e você ter a banca da mulher branca, da família branca e a banca da família preta ou da mulher preta, é diferente. Visualmente já é diferente as condições, socialmente, lógico, que esse grupo branco, ele será mais procurado, é evidente isso. As oportunidades são diferenciadas, a gente sabe disso, então, por que esse frenesi? Essa agonia? Porque as mulheres

pretas tão se reunindo, as mulheres indígenas estão se reunido. Por que tem que botar tudo no mesmo saco? Calma, gente! Então, isso às vezes me incomoda, mas eu fico observando e tentando aprender com esse lugar (Jurema, 61 anos, grifo nosso).

Sobre essas questões trazidas por Jurema, Malva (34 anos) corrobora que “as visões de mundo de uma pessoa branca e outra negra são distintas, até pelo papel e lugar que ocupam na sociedade, dessa forma a compreensão da Agroecologia se dá por caminhos diferentes”.

Grada Kilomba (2019) nos ajuda a compreender esse contexto, alertando-nos:

Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizadas para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa “diferença”, no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. Aqui, inevitavelmente tenho de perguntar, como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negras/os como menos válidos (KILOMBA, 2019, p. 54).

A Agroecologia não é uma abstração, mas é a materialização de ações e ideias das/os sujeitas/os. Até o momento temos a luta para superar as desigualdades de gênero, principalmente no que tange às publicações que expressam a relação entre o campo prático e o teórico. Sobre essa disputa, pode-se observar a sistematização das principais obras dos autores consagrados e quais são os principais temas tratados. Observando a evolução dos estudos que estão sendo desenvolvidos, a raça, o gênero e o feminismo começam a ser mencionados, como está expresso no quadro a seguir:

Quadro 7 – Noções e concepções da Agroecologia (evolução do conceito)

<b>Autores/as</b>	<b>Ideias</b>	<b>Ano</b>
Caporal e Costabeber	Formulação do conceito de agroecossistemas	2002
Altieri, Francis e Gliessman	Ecologia nos Sistemas Alimentares	2003
Guzmán	Estratégia metodológica de transformação social; A consciência agroecológica exige equidade; Múltiplas formas de conhecimento de grupos historicamente subordinados; Consciência de gênero	2006, 2011
	Integração das dimensões: ambientais, sociais, econômicas, éticas; Ligação	

Wezel	central entre uma visão política e uma visão de futuro (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para alcançar as metas e os meios para produzir conhecimento (a ciência)	2009
Altieri, Rosseti, Francis, Wezel e Gliessman	Ciência, movimento e prática	2009, 2014, 2017, 2018
Alier	Discussão sobre gênero e meio ambiente	2011
Altieri, Rosset, Guzmán	Ciência alternativa, distinta e crítica da ciência convencional	2011, 2018
Gliessman	Voz política em estreita conexão com os movimentos sociais	2014
Via Campesina	A Agroecologia é política, nos pede para questionar e transformar as estruturas de poder de nossas sociedades	2015
Altieri e Rosset	Reconhecimento do feminismo como uma corrente importante no pensamento agroecológico e pode tornar-se um elemento fundamental na Agroecologia, enquanto que estes processos podem contribuir para fortalecer o feminismo	2018

Fonte: Adaptado de Héloïse Prévost (2019).

Na sistematização realizada por Héloïse Prévost (2019), observa-se a narrativa de autores, considerados pensadores históricos do campo agroecológico, sobre alguns aspectos constitutivos de uma Agroecologia preocupada com as questões sociais, contrária à agricultura convencional, que defende as transformações e mudanças nas relações ambientais, econômicas, culturais, éticas, que respeita a natureza, que reconhece a coexistência e interligação das dimensões ciência, movimento e prática, que valoriza o saber local invisibilizado das comunidades, reconhece seu caráter político, que percebe a importância da participação dos movimentos sociais e acredita que, a partir da consciência agroecológica e de gênero, pode-se alcançar a equidade e, por fim, afirma que o feminismo pode ser uma estratégia que contribui para os processos agroecológicos de forma mútua.

Percebe-se que, a partir dessas publicações, teoricamente as mulheres começam a ser posicionadas na Agroecologia por esses autores. Sobre tal situação, entendemos que não lhes restou outra opção a não ser mostrar que o trabalho das mulheres existe na Agroecologia e que o feminismo é parte importante na luta para essa demarcação.

É preciso chamar a atenção para quais mulheres estão sendo consideradas, pois só

mais recentemente tem sido problematizada a invisibilização das mulheres discriminadas racialmente, a partir de suas vozes e engajamentos. “É lógico, se a gente até ontem nem discutia a participação das mulheres, né? Ainda se invisibilizava as mulheres, imagine falar de raça, né? E falar de gênero, falar dessas questões todas. Mas o que é importante é essa linha de tempo, processual, sabe? Processual” (Jurema, 61 anos).

## 2.2 As mulheres na produção do conhecimento agroecológico

Em sua obra *Agroecologia: Teoría y práctica para uma agricultura sustentável*, Altieri (2000), em coautoria com Clara Nicholls, reporta a figura da mulher em papéis secundários no processo produtivo, como ajudante do marido e preocupada com a manutenção da família. Esse é um exemplo emblemático do modo como historicamente vem sendo pensado o lugar da mulher na sociedade e na construção da Agroecologia. Esse cenário apresentado sobre o lugar da mulher no seio da família, ocupando-se de cuidados, e sua desqualificação no fazer da agricultura aproxima-se da constatação apresentada por Grada Kilomba (2019), quando a autora trata da deslegitimação do movimento feminista e como, entre as próprias mulheres, as mulheres sofrem subjugações veladas. Em suas palavras:

Curiosamente, nos discursos feministas, os homens tentam, de forma similar, irracionalizar o pensamento de mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que fabricação da realidade, de ilusão, talvez até uma alucinação feminina. Nessa constelação, é a mulher branca que irracionaliza meu pensamento e, ao fazê-lo, ela define para uma mulher negra o que é conhecimento “real” e como deveria ser expressado. Isso revela as complexas dinâmicas entre “raça”, gênero e poder, e como entre a suposição de um mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas não pode explicar o poder da mulher branca sobre mulheres e homens negros (KILOMBA, 2019, p. 56).

É fato que as mulheres vivenciam relações desiguais de poder na sociedade com relação aos homens. Mesmo quando desenvolvem trabalho laboral, majoritariamente são as únicas ou principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados no contexto familiar, onde esses tipos de trabalho são considerados, no máximo, uma ajuda. Se existem trabalhos determinados e naturalizados pelo sistema patriarcal para homens e mulheres, também há trabalhos determinados e naturalizados pelo sistema racista para homens negros e mulheres negras. Exemplo clássico é o trabalho doméstico remunerado exercido em grande maioria pelas mulheres negras no Brasil, uma herança do processo histórico escravagista.

Muitas barreiras, como o acesso à educação, o acesso à terra, entre outros fatores,

limitaram historicamente homens negros e mulheres negras na inserção do que se entende por trabalho formal, sobretudo quanto ao acesso a tipos de atividade com remuneração regular e segurança. Essa diferenciação se materializa quando as funções são ocupadas de acordo com o grupo social do qual se faz parte. Sobre isso, Beatriz Nascimento (2021, p. 58), escreveu:

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. [...] A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, esteja em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais.

Transitar na arena pública, para uma grande maioria das mulheres do meio rural, é uma realidade quase intransponível, principalmente considerando que seus companheiros são, na maioria das vezes, responsáveis por silenciá-las no contexto privado, mesmo quando o trabalho na agricultura é compartilhado, como nos mostra Miriam Nobre (2020, p. 3):

Ainda que as mulheres trabalhem lado a lado com seus companheiros na produção agropecuária, geralmente elas identificam como espaços sob sua responsabilidade aqueles que estão ao redor da casa (horta, pomar, galinheiro) e a cozinha. Na cozinha elas preparam as refeições, mas também realizam um preparo mínimo para a venda ou transformam produtos em doces, queijos, biscoitos. Elas se referem a estes espaços como lugares de produção, criação e reconhecimento. Portanto é difícil delimitar e identificar o que é o tempo dedicado à produção. Também é difícil separar os que são atividades de reprodução (a produção da vida) e medir seus tempos.

Essa realidade é repleta de mecanismos persuasivos que inibem a mulher a dar passos em direção à sua autonomia como sujeita e nem sempre são manifestações concretas e/ou verbalizadas. Muitas vezes operam no campo simbólico e das razões, diminuindo a possibilidade de contestação. As mulheres ocupam um lugar central nos processos de produção, transformação, circulação e distribuição de alimentos, tanto na cidade quanto no campo, muito embora permaneçam invisibilizadas, principalmente nos processos da produção de alimentos, como sinalizam os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Sobre tal questão, Melo e Abreu (2021, p. 233) afirmam:

Além de menor acesso à terra, o acesso das mulheres aos instrumentos de produção também é dificultado. Muitas vezes, as mulheres não recebem

rendimentos por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, cuja gestão é feita sem a participação delas. Ademais, são por vezes alijadas dos processos decisórios sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora sejam figuras centrais no trabalho das lavouras, dos quintais produtivos, das criações de animais, das ações de preservação e aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação nas propriedades), da salvaguarda e transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais. E somam a todas essas atividades aquelas ligadas à manutenção da família que, em muitos espaços, é exclusivamente exercida pelas mulheres.

De acordo com a pesquisa realizada por Helöisé Prévost (2019), embora as mulheres já estivessem praticando ou anunciando práticas, escrevendo e publicando sobre Agroecologia desde sempre, inclusive em espaços e de forma não acadêmica, seus esforços não são visibilizados por causa de comportamentos que reforçam suas ausências, por parte de autores renomados academicamente, já mencionados. “Nesse sentido a academia não é de forma alguma um espaço neutro, mas sim é também um espaço de violência” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Maria da Graça Costa, Magda Dimenstein e Jader Leite (2020), no artigo intitulado “Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil”, compartilharam a experiência vivenciada no X CBA e no VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia (SOCLA), que aconteceram paralelamente em Brasília, em 2017. Relatam que em determinado momento da atividade em que estava sendo apresentado um painel com o resgate da construção da Agroecologia na América Latina, as mulheres presentes no evento, organizadas sob o lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”, protestaram a composição do painel, formado em sua totalidade por pesquisadores homens e brancos, onde as mesmas repudiaram a ausência de mulheres, juventudes e comunidades tradicionais nesse espaço.

Ao ocuparem o auditório, elas denunciavam que narrar uma memória da Agroecologia sem as mulheres era como contar uma história pela metade. As mulheres colaram cartazes com dizeres feministas enquanto o painel seguia com as falas dos participantes, que não comentaram a intervenção. Depois das apresentações, surgiram vários questionamentos vindos da audiência. Ao final do painel, o coordenador afirmou que talvez a história da Agroecologia fosse, de fato, machista, pois em seus primórdios (ele se referia às experiências dos primeiros pesquisadores e técnicos nos anos 1970) esse campo era dominado por homens, assim como, segundo ele, todas as esferas sociais à época. Ele encerrou o painel afirmando que, apesar de existirem muitas formas de interpretar a história, ela “não pode ser reescrita” (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 5).

A entrevistada Jurema (61 anos), que estava presente nesse espaço, descreve como foi a reação das mulheres para fazer o enfrentamento ao que estava sendo posto pelos homens naquele momento do CBA:

A edição que aconteceu em Brasília, a gente teve uma sala pra contar a linha do tempo da Agroecologia feita por homens, homens brancos, só homens. E aí, o que é isso, cadê as mulheres? Então, a inserção das mulheres, mais uma vez, de se organizar, de fazer, entrar na sala, colocar sua história e deixar lá, né? E causar. Então, esses momentos a gente foi observando e isso tem uma riqueza imensa, né? Sentir como todo tempo, nós mulheres, estamos fazendo história, e nós mulheres negras e mulheres indígenas especialmente, somos povos originários que sempre executou a Agroecologia, povos que sempre cuidou da *pachamama* e precisamos ser respeitadas por isso, né? E dizer que nossa voz, a gente não tá cedendo ela para as outras pessoas, não estamos cedendo a voz para as pessoas brancas fazer uso e falar por nós, nós sabemos falar também, nós sabemos propor também, nós sabemos fazer e queremos ser respeitadas por isso (Jurema, 61 anos).

Sendo a Agroecologia “um campo em disputa que se refere a um amplo espectro de saberes, práticas, tecnologias produtivas, que ganham diferentes contornos de acordo com os agentes que a mobilizam” (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 7), as mulheres atuam nesse contexto como sujeitas fundamentais na construção do conhecimento agroecológico e, no entanto,

Técnicos e pesquisadores ligados à Agroecologia não atribuem valor aos conhecimentos produzidos por agricultores, seguindo apoiados essencialmente na ciência dura. Essa não legitimação parece ser ainda mais excludente quando pensamos sobre os saberes aportados pelas mulheres agricultoras. Nas cenas apresentadas, percebemos o estabelecimento de uma tensão a partir de um cenário em que certos saberes seriam validados como discursos técnico-científicos, ao passo que aquilo que diz respeito às experiências construídas pelas mulheres agricultoras não teriam tal validação (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 8).

Em determinado momento, quando ainda não tinha se constituído formalmente o GT de Mulheres da ANA e era premente a construção desse espaço, as mulheres usavam de estratégias nos GTs que já estavam consolidados, para que suas pautas pudessem incidir sobre todos os temas e conteúdos e, nesse sentido, Carnaúba (45 anos) compartilha que:

Eu acho que as coisas vão acontecendo mesmo assim, a partir do que você vai construindo. Então, a estratégia como que era, como que funcionava, por exemplo, né? Você tinha reunião da ANA e aí a gente tirava que a gente



tinha que ter mulheres em todos os lugares, em todos os GTs, né? E a gente precisava ter o GT de Mulheres, então, a gente se reunia antes no GT de Mulheres, construía nossa pauta, no outro dia a mulherada “vrum”, né? Tava em todos os GTs. Então, essa foi a nossa estratégia, essa era a nossa estratégia, e também passava pela construção da compreensão... as coisas, elas acontecem no processo, né? As demandas, as questões, os temas, né?

Com relação ao contexto acadêmico, o quesito publicação é uma tarefa que se coloca como desafiadora para as mulheres, ainda mais sob os parâmetros do modo produtivista de fazer ciência, onde as experiências contextualizadas não são valorizadas. A realidade das mulheres, que sempre estiveram no lugar do cuidado, é naturalizada e desconsiderada nesse ambiente, e as exigências sobre produtividade são as mesmas aplicadas para todas/os. Para uma parte das mulheres, o tempo reservado para esse exercício de reflexão e criatividade é imensamente limitado ou escasso, ou ainda, a própria conjuntura acadêmica exige respostas que são dadas com o sacrifício da saúde mental de muitas pesquisadoras e acadêmicas. Para outra parte das mulheres, sobretudo as negras, esse tempo para se dedicar ao mundo acadêmico é praticamente inexistente, muitas vezes porque estão ocupadas dando conta de outras necessidades que perpassam pelo campo da sua própria existência e da sua família.

Helöisé Prévost (2020) sinaliza que quanto ao número reduzido de mulheres apontadas como autoras e coautoras de trabalhos relacionados à Agroecologia, “Esta invisibilidade é causada pelas lógicas da auto-citação, de citações privilegiadas dos líderes e a designação das mulheres à co-autoria” (p. 34). Além disso, as próprias mulheres não utilizam deste dispositivo para se autopublicizar. A autora ainda aborda que “as mulheres são pouco citadas e atribuídas a papéis secundários. A hipervisibilidade destes poucos autores opera como navios comunicantes com a invisibilidade de outras autoras, gerando uma subestimação sistemática das contribuições das mulheres para a ciência” (PRÉVOST, 2020, p. 54).

Se as mulheres não são legitimadas como construtoras de um conhecimento, neste caso, o agroecológico, pelos homens e por elas mesmas, então, lhes é negada a existência e a valorização. Nesse sentido, a autora faz menção a uma conjuntura que aponta para uma história da Agroecologia sem mulheres, tendo em vista o índice de publicações e experiências representativas, onde a presença feminina é praticamente ocultada. E quando aparecem, são mulheres que escrevem sobre mulheres, do ponto de vista do feminismo dominante. Essa informação tem sido repetida ao longo do texto, pois é preciso demarcar, ainda, que quando estamos contextualizando as narrativas e os discursos sobre mulheres, apenas uma parcela está incluída.

Sobre a invisibilização feminina na Agroecologia, além das situações já mencionadas,

Helöisé Prévost (2020, p. 41) aponta a “generalização do masculino e uma particularização do feminismo”, e a naturalização da figura do masculino como agente neutro. Linguisticamente, nos textos produzidos, essa neutralidade do masculino conduz a uma ausência das mulheres no espaço agroecológico, seja no campo da prática ou da produção da ciência e, sobretudo, no campo das representações sociais. Quem representa a família rural ainda é o homem, no caso, o marido ou o filho. Mediante essa lógica, afirma Flávia Soares Ramos (2017, p. 49):

Embora se defenda que a Agroecologia seja construída pela articulação entre conhecimentos científicos (de homens e mulheres) e saberes populares (de homens e mulheres), na maior parte das vezes tais saberes são referenciados como sendo simplesmente do agricultor, entendendo-se esse como representante de um conjunto amplo do meio rural. Inocência ou não, a falta de crítica e de ampliação do olhar dos pesquisadores corrobora para a permanência de práticas e ideias nas quais as mulheres, bem como crianças e/ou idosos, aparecem como complemento desse sujeito, reunidos pelos laços da família nuclear.

As mulheres rurais, em geral, no que diz respeito ao reconhecimento sobre seu protagonismo no campo produtivo, prático e gerador de conhecimentos, quando são valorizadas e referenciadas, isso acontece por meio de outras mulheres em suas pesquisas, onde essas também têm sua existência deslegitimada ou considerada de menor importância, principalmente no meio acadêmico. E a raça permanece apagada, mesmo quando são as mulheres que estão se posicionando academicamente, até a chegada das mulheres negras nesse espaço, como bem coloca Jurema (61 anos):

Isso nos diz dessa necessidade de estar fortalecendo a questão de raça, o povo preto pra dentro da academia, né? Isso nos faz ver o quanto a política de cota é fundamental. De nós, enquanto povo preto, ter esse acesso, embora são corpos sofridos. É um território extremamente sofrido e massacrado. Eu tenho me debruçado bastante sobre isso, como convivo com muitas pessoas, juventude em especial, e que estão dentro dos espaços das formações. Eu tenho procurado ouvir, como que se sentem dentro do processo da academia, é muito sofrimento que os corpos pretos, tanto eles quanto elas, estão sofrendo. A gente desenvolveu aqui, em 2018 e 2019, o projeto Criolas Semeando Bem-Viver Agroecológico, e aí dentro desse processo, do Criolas, a gente ouviu a maioria das mulheres, uma maioria de jovens do urbano, e elas estavam assim: “Vou desistir da faculdade”, e a gente: “De jeito nenhum! Vocês não estão sós, não vão desistir! A gente vai tá aqui do lado de fora, com os ouvidos e com os braços abertos pra vocês, pra vocês se fortalecerem. Agora, desistir desse espaço, não! Tem que segurar a onda lá dentro e mostrar pra eles quem somos e porque somos e pra que que tamos aí dentro”. Então, é muito sofrimento dentro desses espaço da academia, sabe? Para os homens negros é difícil e para as mulheres negras é muito mais, são tratadas, né? Como objetos, né? São territórios objetificados, territórios utilitários e é uma luta constante todo dia, toda hora contra isso, contra a

invisibilidade, contra as violências dadas, é preciso tirar 10 o tempo inteiro em todas as matérias para ser visível, para ser ouvido pelo professor. Todos esses processo tá intrínseco, né? O quanto que é preciso avançar ainda, o quanto que o racismo está impregnado e o patriarcado.

Grada Kilomba (2019) nos ajuda a pensar sobre esse contexto:

Conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e a autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? Fazer essas perguntas é importante porque o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os tem desenvolvido seus discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos, [...] mas raras vezes fomos os sujeitos (KILOMBA, 2019, p. 50).

Os estudos decoloniais, onde este trabalho se apoia, apontam a experiência situada e contextualizada como elemento essencial para a superação dessa suposta neutralidade, que opera pela forma dominante de produzir ciência e a correspondente desvalorização de populações subalternizadas. A história nos mostra que as mulheres são causadoras de mudanças de diversas ordens na sociedade e na Agroecologia isso também tem acontecido. São “as mulheres as maiores responsáveis por trazer a reflexão sobre diversidade de gênero, sexualidade e raça ao movimento, como forma de ampliar o projeto de justiça social defendido pela Agroecologia” (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 8).

Helöisé Prévost (2019) argumenta que até quando os “autores” se esforçam para registrar a participação das mulheres como construtoras de processos agroecológicos, usam da generalização masculina. De forma parecida, ignoram o fazer político feminino como aspecto relevante. Esse posicionamento potencializa, segundo a autora, “a invisibilidade das mulheres como agentes agroecológicas, como agentes do conhecimento e o confinamento das mulheres em assignações de gênero” (p. 47-48). Nessa perspectiva, Flávia Soares Ramos enfatiza que:

As mulheres agricultoras, ainda constam muito pouco nas formulações teóricas da Agroecologia. Isso porque, apesar das diversas críticas à ciência

hegemônica, ainda é comum entre os teóricos a estratégia de trabalhar com o indivíduo universal ou com a unidade de análise em termo de família rural. Poderíamos pensar que isso se dá visando apenas uma simplificação, no entanto, recorremos conscientemente ao termo “estratégia” porque consideramos que há implicações ardilosas nesses modos de produzir ciência, que inevitavelmente impõem restrições para um grupo específico, o das mulheres, e resultam em benefícios a outro, formado pelos homens (RAMOS, 2017, p. 48).

Fica evidente que, ao naturalizar a figura masculina como representante social da família e/ou das mulheres, associando-a a tudo o que resulta das práticas femininas, está se fortalecendo o sistema patriarcal colonial e mantendo a mulher em um lugar de submissão no campo prático e teórico. Como se as mulheres precisassem de porta voz para falar por elas. As mulheres, sobretudo as negras, nesse contexto de disputa e conflitos, não se rendem e estão mais preocupadas do que nunca em transformar essa realidade, seguem realizando pesquisas, partilhando experiências e vivências, motivando outras mulheres negras para que se expressem e falem sobre suas histórias, porque as dores das mulheres negras são coletivas.

No quadro abaixo foram elencados alguns trabalhos, a partir de um mapeamento realizado por Helöisé Prévost (2019) acerca de temas relacionados ao trabalho das mulheres na Agroecologia:

Quadro 8 – Produções sobre mulheres por mulheres na Agroecologia

<b>Autoras</b>	<b>Assunto</b>	<b>Ano</b>
Carmen Deere	Envolvimento das mulheres rurais na luta pela reforma agrária e fundiária desde os anos 80	1980
Maria I. Paulilo	Situação e a participação das mulheres rurais no Brasil	1987
Maria Emília Pacheco	A partir da fundamentação dos referenciais da Economia Feminista, propôs reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade da mulher nos sistemas de produção convencionais, especialmente daqueles orientados pela lógica familiar. Mulheres como sujeitas dos espaços de produção	1990
Miriam Abramovay e Mary Castro	Igualdade na tomada de decisões entre homens e mulheres, em todos os níveis	1997

Ines Caludete Burg	Estratégia dos canais de comercialização	2005
Vilênia Aguiar, Neiva Furlin, Gema Esmeraldo Silveira Leite Galgani, Valdete Boni, Laeticia Medeiros Jalil, Mirla Cisne, Marilda Menezes, Sara Deolinda Cardoso Pimenta, Sirlei Gaspareto	Participação em movimentos sociais envolvidos na Agroecologia, como a Marcha das Margaridas, MMC, MST, Contag	2005, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2018
Andrea Butto, Isolda Dantas, Beatriz Maria Alásia Heredia, Rosangela Pezza Cintrão, Renata Leite	Mobilização para políticas públicas agroecológicas	2006, 2010, 2011
Emma Siliprandi	Participação das mulheres no movimento agroecológico brasileiro e a construção de propostas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar	2009, 2015
Gema Esmeraldo Silveira Leite Galgani, Laeticia Medeiros Jalil, Andrea Butto	Constituição das mulheres rurais como sujeitos políticos/feministas	2013, 2014, 2017

Fonte: Adaptado de Héloïse Prévost (2019).

Além desses trabalhos, poderiam ser apontados tantos outros, mas o que se propôs com essa breve explicitação foi demonstrar que essas publicações têm sido feitas majoritariamente por mulheres. Mulheres estão escrevendo e publicando sobre o trabalho desenvolvido por elas mesmas e por outras mulheres. Com base no quadro acima, pode-se perceber o esforço das autoras/pesquisadoras em demonstrar o potencial político das mulheres rurais na Agroecologia. Entretanto, como também é possível observar, esse esforço se limitou à questão de gênero, nenhum dos trabalhos elencados anuncia a questão racial e/ou das mulheres negras na Agroecologia ou na agricultura.

As mulheres estão na luta pela terra, na reivindicação por políticas públicas específicas, na participação ativa em movimentos sociais, na produção, comercialização, distribuição e, sobretudo, defendendo seus ideais enquanto sujeitas de si mesmas. Elisabeth Cardoso (2021) reforça a importância do trabalho realizado pelas mulheres, mesmo em contextos de dificuldades:

A ciência do solo pra mim é um modelo de como a gente consegue ver as diferenças do quanto as mulheres estão mais integradas à Agroecologia,

mesmo sendo as que menos recebem apoio e incentivos, como assistência técnica, financiamentos, créditos, apoio para comercialização, ou seja, com muito menos, elas estão fazendo muito mais para o sistema agroecológico, levando segurança e soberania alimentar para as famílias e principalmente saúde, pois, pensar o bem estar, orienta as mulheres nas escolhas de tecnologias da agricultura (CARDOSO, 2021, p. 3).

As mulheres estão produzindo ciência nos seus cotidianos, quando se preocupam com a segurança alimentar de suas famílias e cultivam alimentos de forma saudável, quando se preocupam em minimizar os impactos do solo para que mantenha seu nível de fertilidade e nutrientes e assim possa continuar produzindo vida, também quando plantam e criam animais de diversas espécies de forma harmoniosa e conectada, e quando escrevem sobre suas experiências e de outras mulheres. Nesse mesmo sentido, e em diálogo com o pensamento agroecológico, Elisabeth Cardoso (2021) afirma ser

Necessário questionar os métodos e metodologias científicas e construir novos indicadores de análise como participação, igualdade, violência/paz, alegria/felicidade, satisfação, autonomia, envolvendo diversos sujeitos num processo coletivo de fazer pesquisa e de construir o conhecimento agroecológico (CARDOSO, 2021, p. 2).

Observa-se, assim, a necessidade de envolver diferentes sujeitas/os na elaboração das pesquisas e estudos, com olhares sensíveis e capazes de ampliar e inserir elementos subjetivos que são essenciais para o bem-estar humano e que trazem ressignificações na produção do conhecimento no campo agroecológico. Mas, a quais sujeitas/os ela está se referindo? Na sistematização elaborada por Prévost (2019), já apresentada no Quadro 8, a lente analítica mostra o que se tem discutido ao longo deste texto, a ausência da raça nas bandeiras de visibilização das mulheres. Será que para fazer referência à questão da raça e levantar essa problematização é necessário que seja somente a partir de uma pessoa que sofra com a racialização? Só as mulheres negras têm a função de requerer o reconhecimento da racialização e da cor nos espaços?

Umas das entrevistadas deu ênfase à necessidade de que a luta antirracista precisa ser defendida por negra/os, o que em nosso entendimento se constitui enquanto um problema, já que estamos tratando de uma questão mais ampla e que estrutura toda a sociedade. O racismo pavimenta o lugar de conforto da branquitude, mas essa mesma branquitude responsabiliza as pessoas negras para que resolvam uma questão que foi criada por ela própria.

Do seu ponto de vista, a entrevistada Carnaúba (45 anos) não considera que o debate sobre raça na Agroecologia tenha chegado de forma tardia, ela incisivamente afirma:

Eu não acho que entrou tarde. Eu acho que ela entrou, eu acho que ela entrou na hora que ela foi elaborada, na hora que ela tá sendo elaborada. As questões, elas não surgem a partir dos sujeitos que as não a vivem. Então, eu acho que surgiu, ela tá aí, eu não acho que ela entrou tarde, não acho que ela entrou, entendeu? Ela entrou e ela tá, ela tá Agroecologia, ela tá no mundo, não é uma coisa fácil também, não é uma coisa do movimento agroecológico. É uma questão, as mulheres estão se organizando, as bichas estão se organizando, as sapsas estão se organizando, as mulheres negras estão se organizando, as mulheres trans estão se organizando e, a partir disso, as questões vão surgir, entende? Então, querem ler Marx acusando ele, é infrutífero. É daqui pra frente, entende? Então, assim, não há... Eu acho que hoje, por exemplo, a questão do racismo com o movimento de mulheres da Agroecologia é muito mais fácil hoje de ser incluído do que quando era só a questão de gênero, porque dentro do GT tem espaço, as mulheres, nós mulheres, né? A gente tem muito mais abertura pra essas questões identitárias do que os grupos hegemônicos. Então, eu acho que ela não entrou tarde, ela entrou a partir do momento histórico que as mulheres negras tiveram a capacidade de botar pra dentro (Carnaúba, 45 anos).

Com base nesse discurso, podemos entender que o movimento feminista considera a questão do racismo como um tema importante para a Agroecologia, assim como a questão LGBTQIAP+. A entrevistada informa que o espaço do GT de Mulheres está aberto para esse diálogo, já que a questão de gênero abriu caminho para outras questões. Entretanto, esse discurso marca que o debate sobre raça precisou ter permissão das mulheres brancas para entrar no contexto da Agroecologia. Desse ponto de vista, o racismo é minimizado em termos de desumanização e, além disso, esse posicionamento implica na responsabilização das pessoas negras para defenderem suas próprias reivindicações. Então, se não chegassem pessoas negras nesse espaço, essas questões nunca seriam problematizadas? O racismo é um problema da negritude? Por que é tão difícil para o movimento feminista tomar as questões raciais como questões que estruturam as relações sociais em geral?

Concordamos com Cida Bento (2002) quando a autora afirma que o comportamento das mulheres brancas implica em uma indignação narcísica, e sobre isso ela compartilha a experiência de diálogos obtidos com grupos de feministas:

Esse tipo de discriminação racial é bastante explicitado nos debates que tenho feito ao longo desses últimos doze anos com grupos de feministas e de lideranças do movimento sindical, indignadas com a opressão sobre as mulheres. É constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra apontada há mais de 20 anos como aquela que compõe o segmento mais discriminado do mercado de trabalho brasileiro. Tenho usado uma expressão específica para designar esse comportamento das feministas brancas: a indignação narcísica. Há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença (BENTO, 2002, p. 30).

Grada Kilomba (2019) aponta limitações relacionadas à teoria feminista, no que tange às questões raciais, sobretudo porque gênero ainda permanece em um lugar hegemônico nas análises. Ela considera que

Tem havido grande resistência no contexto dos discursos feministas ocidentais em aceitar e teorizar o racismo como uma dimensão central e crucial da experiência de mulheres. Ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens – brancos e negros – e formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos –, além de formas institucionalizadas de racismo. Feministas brancas estavam interessadas em refletir sobre opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como brancas em uma sociedade supremacista branca – isto é, um grupo no poder em uma estrutura racista. Esse modelo de homens contra mulheres obscurece a questão da raça e coloca a mulher branca fora das estruturas racistas, poupando-as de ter responsabilidade pelo racismo e/ou de verem-se praticando racismo contra outros grupos de mulheres (e homens) (KILOMBA, 2019, p. 103-104).

Jurema (61 anos), por sua vez, salienta que é preciso caminhar na contramão desse processo e que o povo negro precisa tomar posse do seu espaço na Agroecologia, não como coitado, mas como povo que tem resistido a todos os processos de desumanização colocados pela branquitude até o presente momento:

Nesse processo, o maior desafio ainda está no superego, sabe? Está nesse racismo incutido, né? Nas relações, numa sociedade brasileira fundada sobre esses pilares racistas, machistas, né? Escravocratas, nesse pilar do capitalismo, nesse pilar do tomar dos outros, tirar, se sentir onipresente, se sentir [...], somos uma raça única e negar o diferente. É uma sociedade doente, né? E esse é o maior desafio da gente, vencer essa coisa enraizada, essa ruindade que está enraizada na cultura, na formação do nosso povo, entendeu? E esse é um desafio, é retomar a autoestima do nosso povo preto, um povo que foi despatriado, um povo que foi jogado sem direitos, entendesse? Um povo cuja mesmo sendo maioria não tinha o poder de ter a terra, não podia ter as condições básicas de vida, um povo que mesmo sendo maioria, uma minoria branca ficou lhe dizendo que ele era desqualificado para as coisas, pra vivência, pra o social, que não sabia ler, que não sabia escrever, que era desletrado, para quem? Sob a ótica de quem, né? Que era analfabeto, mas que analfabetismo estamos falando, né isso? Então, esse povo que teve, que foi dito, que sua religião foi endemonizada, um povo que ficou sem, sem direitos... um povo que foi lhes negado a beleza, a força. Então, retomar a autoestima desse povo e sua força de resistência é fortalecer essa força. Esse é um grande desafio, sabe? Pra gente poder fortalecer raça e gênero dentro da Agroecologia, entendeu? Geração também! Trazendo todas as pautas, fortalecendo o todo, desconstruir o racismo e essa baixa autoestima sobre nosso povo (Jurema, 61 anos).



“É o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como uma/o nova/o sujeita/o” (KILOMBA, 2019, p. 69). Diante do exposto, consideramos que reconhecer resistências implica em recuperar e identificar traços das realidades históricas vividas pelas mulheres negras e suas lutas cotidianas, e somente com a chegada das pessoas negras nos espaços essas questões vão sendo anunciadas, convocando saberes marginalizados e invisibilizados, que só a elas pertencem. É falar sobre as dores, os silenciamentos, os apagamentos, as invisibilidades, as lutas, as superações e, acima de tudo, cada uma dessas mulheres poder contar sua própria história. E nessa construção das subjetividades,

É preciso compreender também essa relação dialética entre o nosso mundo subjetivo e as relações sociais, a fim de perceber as estratégias que nos tornam peças fundamentais desse processo, a partir do momento que internalizamos e reproduzimos as diferenças, validando esse discurso ideológico através de um processo inconsciente, pelos quais os próprios sujeitos e as subjetividades são constituídos (LESSA, 2020, p. 72).

É perceber esse não lugar que nos foi destinado e buscar estratégias para romper com essa herança colonial que se sustenta de forma obscura a modernidade/colonialidade em todas as dimensões da sociedade.

Nilma Lino Gomes (2017) reforça essa percepção, quando nos informa que:

O Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra, entendidos como integrantes do pensamento e das práticas decoloniais latino-americanas, explicitam nas suas análises e reflexões a crítica aos padrões coloniais de poder, de raça, de trabalho e de conhecimento. Além disso, indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico (GOMES, 2017, p. 15).

A autora retoma a ideia do *locus* de enunciação das mulheres e homens negros e faz a ressalva de que o conhecimento do povo negro não se originou do acesso à academia ou a espaços políticos, mas sim em grande medida nas suas realidades nuas e cruas, nas periferias, experimentando a pobreza, nas vivências e experiências do dia a dia, na sua autoelaboração, enquanto intelectual que pensa, age, inventa. E a autora enfatiza que, mesmo as/os negras/os que sentaram nos bancos escolares e alcançaram alguma ascensão, rompendo com as barreiras histórica e socialmente impostas, ainda não são reconhecidas/os publicamente.

Na mesma perspectiva abordada por Nilma Lino, sobre a importância do Movimento negro para o enfrentamento ao racismo e para a construção das subjetividades negras, Luciana

Falcão Lessa escreveu em sua tese que:

No processo de resistência à opressão racial e de construção da negritude, os Movimentos Negros não só desconstruíram o mito da democracia racial, revelando que os negros acumulavam os piores índices sociais, mas passaram a disputar o campo das representações sociais, provocando mudanças nas subjetividades de mulheres e homens negros, que passam a valorizar as experiências culturais de origem africana e a própria estética negra, o que impacta na autoestima, consequentemente. Dispusemo-nos a compreender essa dialética e trazer a subjetividade para o centro do debate, dando ênfase e discutindo a dimensão subjetiva do racismo. Isso significa uma revolução nas nossas consciências, o início do processo de descolonização que reflete no nosso corpo, na nossa estética, no nosso compromisso com as questões raciais, na produção do conhecimento, na escrita e nas mudanças sociais (LESSA, 2020, p. 202).

É possível perceber muitas contradições acerca das narrativas das entrevistadas apresentadas ao longo desta tese, quando, ao mesmo tempo em que demonstram um entendimento sobre a necessidade de incorporar a questão racial na Agroecologia, enfatizando a importância das mulheres negras, limitam o olhar e segregam as opressões, sem considerar que as questões de cor, raça e gênero jamais podem ser compreendidas separadamente, e muito menos em uma escala hierárquica, e essa dificuldade expressa um obstáculo na análise, que não alcança a compreensão de que as opressões afetam distintamente a vida de mulheres brancas e negras:

Sem querer cair na generalização que todo o mundo no Brasil é negro, né? Todo! Enfim, mas é. E aí, por exemplo, você vai fazer esse debate com as mulheres lá no Sul, as mulheres do MMC, você vai excluir elas desse debate, né? Não tem como! Você não pode tá o tempo todo falando, olhando pra ela e acusando, porque a história dela é de opressão pra caramba também, ela só não é negra, entendeu? Mas, assim, ela também tem uma história de opressão, de exclusão, uma história, né? De ausência de direitos. Então, como é que cê chega? Entende? (Carnaúba, 45 anos).

Essa afirmação demonstra que existe uma dificuldade de entendimento em diferenciar o que é racismo e o que é preconceito, considerando que determinados grupos, ainda que sofram algum tipo de discriminação, a cor da sua pele não demarca sua inferioridade ou implica em sofrer hierarquia racial, pois “é a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. [...] E nesse sentido o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (KILOMBA, 2019, p. 76).

Como mulher negra, Jurema (61 anos) se posicionou firmemente sobre as reais

diferenças existentes entre as mulheres brancas e mulheres negras e defende a interseccionalidade como fundamental para demarcar que a raça estrutura e se articula com todos os outros tipos de opressão:

É tão difícil separar gênero, raça e classe, não é? Elas são muito importantes, né? Quando a gente vai ver interseccionalmente, elas estão ali caminhando juntamente, né isso? Toda questão que a gente já permeou, que acabei de falar, inclusive disso, da classe, a gente vai encontrando classe à medida que você tá aí e o povo que veio da Europa pra ganhar a terra, melhores terras, com todas as condições para desenvolvê-las, é um classe diferente, é uma raça diferente, né? E mesmo que tenha as condições de gênero entre eles, é diferente de nós, de como nos tratam, né? Enquanto povo preto, enquanto nordestino, na regionalidade, entendesse? Então, mesmo assim, ser mulher, ser mulher preta e pobre e nordestina dentro da Agroecologia é um peso diferente de uma mulher branca, rica e sulista, é diferente, absolutamente diferente, os comportamentos, as relações estabelecidas, sabe? E as supremacias estabelecidas. Percebo que entre as academicistas, mesmo as brancas, das várias regiões do país, existem divergências entre elas. Raça, gênero e classe não se separam, elas são fundamentais.

Não conseguir discernir e dedicar um olhar sensível acerca do racismo e como essa opressão pode ser ainda mais perversa na vida das mulheres negras, ao comparar a realidade de grupos de mulheres onde um dos lados já de partida tem como desvantagem a sua cor, remete ao pensamento de Sueli Carneiro (2011, p. 1), quando ela afirma:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor ou a raça, instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Podemos mencionar publicações que citam a questão da raça, mesmo que de forma enunciativa, mas sem aprofundar o debate, como o livro *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*, de autoria de Emma Siliprandi (2015). Ela detalha a questão do gênero como definidora nas relações de poder internamente aos movimentos sociais do campo, onde:

O reconhecimento das diferentes formas de opressão que se entrecruzam formando as identidades das mulheres foi um dos grandes debates trazidos pelos feminismos “terceiro-mundistas”, pós-colonialistas, e multiculturalistas

dos anos 1990. Essas questões se juntaram às críticas que já vinham sendo feitas desde os anos 1970 pelas mulheres negras sobre a impossibilidade de, no limite, universalizar-se a condição feminina como a única forma de opressão vividas por todas as mulheres (SILIPRANDI, 2015, p. 43).

Mesmo fazendo menção a essa contraditória condição da mulher universal, no referido livro não se percebe uma articulação junto aos depoimentos das mulheres que participaram da pesquisa sobre como a raça e a cor incidem em suas vidas no meio rural. Essa conjuntura implica as velhas formas de fazer ciência, demonstrando que as mulheres estão na disputa pelo seu reconhecimento, entretanto, “a Agroecologia unida ao feminismo traz em si um discurso anti-sistêmico e anti-machista, mas nas ações, ainda eurocêntrico” (MOTTA, 2021, p. 2).

É inegável a relevância da atuação das mulheres na Agroecologia. Tal protagonismo aponta não só para o reconhecimento da importância dos saberes das mulheres na construção de sistemas de produção agroalimentares e de economia alternativos, como traz à tona o debate sobre as interseccionalidades entre gênero, raça, classe e sexualidade e a forma como as desigualdades se relacionam ao modelo de desenvolvimento capitalista e às formas de exploração do meio ambiente (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2019, p. 71).

É certo que a problematização sobre a ausência do debate de gênero começa com a participação das mulheres, muito impulsionada pelo engajamento junto aos movimentos feministas agroecológicos, e esse olhar mais atento sobre as questões de raça só se inicia com a presença das mulheres negras nos movimentos e ambientes acadêmicos, quase como uma denúncia no contexto da Agroecologia. Embora essa crítica seja extremamente necessária, percebe-se uma abertura por parte das mulheres que constroem o movimento feminista agroecológico para refletir sobre tais questões, ainda que na prática isso não aconteça, ou seja, é contraditório:

Acho que as mulheres negras têm pautado de forma, nos últimos anos, muito intensamente, no movimento feminista, a necessidade, né? De um olhar específico pra realidade das mulheres negras, pra entender o racismo como uma lógica tão estruturante quanto a lógica do patriarcado. E dentro do movimento agroecológico também vem um movimento muito forte de auto-organização das mulheres negras e de pressão, mas de uma pressão positiva, né? De pressão pra que esse debate entre na pauta com a prioridade que merece. Então, acho que isso também faz de mim uma... Traz pra mim hoje uma necessidade de compreender melhor, de ler mais o que as mulheres estão falando, de ouvir mais o que as mulheres negras estão falando, de entender melhor qual o meu lugar de mulher branca nessa luta contra o racismo, né? Nessa perspectiva da Angela Davis, né? De que não adianta ser

contra o racismo, você tem que ser antirracista. Então, de como eu posso ter realmente como parte do meu cotidiano, da minha luta, do meu trabalho, a luta antirracista como parte da minha ação, da minha reflexão. Então, eu acho que os debates formativos são necessários pra gente, de formar, né? Reaprender a olhar o mundo e a se relacionar com as pessoas, e isso é algo que a gente precisa pra vida toda, né? A gente aprende todo dia (Malícia, 39 anos).

Nesse sentido, aponta Maria da Graça Costa (2019, p. 27):

O fortalecimento das mulheres dentro do movimento não se dá sem embates no âmbito público e privado e a produção agroecológica, por si só, não garante a transformação das relações desiguais de gênero. Além disso, é essencial não homogeneizar as diferentes formas e experiências das mulheres, mas sim evidenciar a pluralidade e as diferentes posições de onde partem e vivenciam as relações de poder. Na esteira do debate sobre gênero e classe que, ainda que com alguma dificuldade, há décadas vem sendo travado em movimentos progressistas, o acento sobre a interseccionalidade das opressões, ou seja, a forma como as desigualdades operam a partir dos diferentes atravessamentos que constituem as sujeitas e os sujeitos, pela raça, pela sexualidade, pela classe, pela capacidade física, entre outros, vem se institucionalizando e ganhando força dentro do movimento agroecológico apenas na última década, evidenciando as desigualdades e os racismos dentro dos próprios movimentos.

Mesmo entre as mulheres negras existe uma gama de identidades possíveis a serem demarcadas e visibilizadas, sejam elas quilombolas, rurais, urbanas, periféricas, entre outras, e ainda temos a influência do colorismo no Brasil, que marca uma divisão e certa hierarquização baseada na cor e no fenótipo, que de certa forma implica em mais vantagens ou menos vantagens, dependendo do contexto ou espaço que essa mulher negra esteja localizada na sociedade, justamente porque:

Nos sistemas de poder, as posições estruturais dos sujeitos projetam-se nos corpos. Em países onde o gradiente de cor importa, como é o caso do Brasil, em torno da fisionomia cristaliza-se um vocabulário cromático. Entende-se que os signos da diferença estão para além da cor da pele, estendendo-se a outros traços anatômicos, cuja presença, em maior ou menor grau, também orienta a classificação social baseada em tais critérios (MELO; ABREU, 2021, p. 231).

Quando as mulheres se dão conta que o trabalho que elas realizam é parte importante da Agroecologia, elas passam a reivindicar esse reconhecimento e, nesse momento, o feminismo se apresenta como aliado nessa luta. Buscam através do diálogo entre o feminismo e a Agroecologia essa (re)significação, mostrando que é incompatível com o projeto político de uma sociedade do bem-viver a naturalização das relações desiguais de poder entre homens

e mulheres nesse campo, assim como o apagamento de suas contribuições para a construção desse conhecimento. Essa questão se transformou em uma bandeira, e na Agroecologia tem-se hoje uma disputa pautada na questão de gênero.

Insistimos que a inclusão do debate sobre raça é recente na Agroecologia. Fazendo uma retrospectiva sobre momentos importantes da história das mulheres na Agroecologia, tem-se o registro de encontros, congressos, atividades formativas, constituição de GTs de diversas frentes e a necessária introdução das mulheres nesses espaços, a formação dos GTs de Mulheres, tanto na ANA quanto na ABA, que inicialmente é de gênero, entre outros eventos importantes.

Em uma atividade intitulada Memórias das Mulheres na Agroecologia do Brasil, que aconteceu durante o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, organizado pela SOCLA, que foi sistematizada por Sarah Moreira, Ana Paula Ferreira e Emma Siliprandi (2018), podemos observar a evolução da participação das mulheres nesses espaços políticos da Agroecologia, onde o marco conceitual perpassa principalmente o gênero. As autoras começam afirmando a presença das mulheres nos diversos espaços de construção do conhecimento agroecológico, quer seja na pesquisa acadêmica, na assistência técnica, no campo das políticas públicas e em outras dimensões existentes. Também é reafirmada a visão androcêntrica, onde a Agroecologia é construída apenas pelas mãos dos homens e as mulheres e suas ações são colocadas no ostracismo. Nessa sistematização, os movimentos sociais são apontados como fundamentais para a formação e a politização das mulheres e o consequente engajamento nos movimentos agroecológicos, assim como a interlocução com o feminismo. São apontadas organizações sociais que sempre estiveram envolvidas nesse processo de formação política das mulheres rurais, como a SOS Corpo e a SOF Sempre Viva. Além disso, são apresentadas ações emblemáticas, bem como é feito o resgate de atividades e encontros importantes – ENAs e CBAs – que estão organizados no quadro a seguir:

Quadro 9 – Experiência das mulheres nos espaços políticos da Agroecologia

Ano	Evento	Acontecimentos	Contextualização
2002	I ENA	Criação da ANA e formação de alguns GTs	As mulheres se distribuem para participar dos GTs criados, nesse momento e já sinalizam a necessidade de criar um espaço específico para discutir as relações desiguais de gênero
2004	Reunião de ativistas dos movimentos sociais rurais, ONGs e pesquisadoras do tema	Seminário sobre Gênero e Agroecologia e Criação do GT de Gênero da ANA, que depois se tornou GT de Mulheres	Debate sobre a presença e importância das mulheres na Agroecologia brasileira

2006	II ENA	Primeiro encontro nacional relacionado com temas rurais que estabeleceu, por pressão do GT de Mulheres, uma cota de 50% por gênero nas delegações	Construção da Carta Política pelas Mulheres. Apontamentos sobre a inclusão de conceitos e temas, como a violência contra a mulher
2006 e 2007	Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia	Encontros realizados em todo o Nordeste, fomentados por organizações do NE (SOS Corpo, Casa da Mulher do Nordeste, Cento Sabiá, FASE)	Sob a lente feminista, pretendeu-se compreender o contexto das mulheres rurais e fortalecer a Agroecologia
2007 a 2010	Pesquisa realizada pelo GT de Mulheres da ANA e a ONG ActionAid	Sistematização de experiências agroecológicas das mulheres no Nordeste e em Minas Gerais	Teve como resultado a publicação do livro <i>Mulheres e Agroecologia: sistematização de experiências de mulheres agricultoras</i>
2009	VI CBA	Extensionistas rurais, pesquisadoras, professoras e técnicas vinculadas aos movimentos sociais, ligadas à ABA e à ANA, promoveram reflexões sobre a desvalorização das mulheres na Agroecologia	Elaboração da Carta Política de Curitiba, reafirmando a importância das mulheres para a construção da Agroecologia
2011	Encontro Nacional de Diálogos e Convergências Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo	Oficina sobre a participação e auto-organização das mulheres e ações conjuntas	Destaque sobre o protagonismo das mulheres na construção das experiências em Agroecologia nos territórios e suas lutas pela autonomia e emancipação econômica e política
2011	VII CBA	Criação do GT de Gênero da ABA	Neste momento o GT não é visto como algo concreto pelo conjunto da Agroecologia, isso só acontece no próximo CBA
2013	VIII CBA	GT de Gênero da ABA e GT de Mulheres da ANA realizam ações conjuntas: oficina e mesas sobre a produção do conhecimento das mulheres na Agroecologia	Referência ao feminismo no documento final do congresso. Instituição do lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”
2014	III ENA	Primeiro evento com participação paritária entre homens e mulheres	Para inserir o debate feminista neste encontro, o GT de Mulheres da ANA realizou um conjunto de ações estratégicas, entre elas a Plenária de Mulheres
2017	X CBA	Evento com intuito de resgatar a memória da Agroecologia e as mulheres não apareciam nessa história. As mulheres fazem um painel afirmando que “Sem Feminismo não há Agroecologia”	Realização de ato denunciando os mecanismos de invisibilização da presença das mulheres que constroem a Agroecologia
2018	IV ENA	A questão da raça é trazida por mulheres negras e quilombolas pela primeira vez a nível nacional	Realização de ato das mulheres negras e quilombolas durante a plenária

2019	XI CBA	GT de gênero passa a ser GT de Mulheres da ABA. Criação de um GT para tratar das questões relacionadas às populações negras e indígenas	Durante a eleição da nova diretoria da ABA, as mulheres mobilizam a conversão do GT de Mulheres e as mulheres negras, em maioria, lançam a proposta para criação do GT Ancestralidade
------	--------	---	---

Fonte: Adaptado de Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018).

O quadro acima explicita atividades e ações importantes que perpassaram a trajetória organizativa das mulheres na Agroecologia e demonstra, sobretudo, como essas intervenções e participações foram sendo orquestradas, quais os principais questionamentos, temas e objetivos que nortearam essas mobilizações e constata como a luta que entrelaçada os diferentes movimentos sociais educa.

Durante as entrevistas, ao serem perguntadas sobre a importância dos processos formativos para o engajamento político na Agroecologia, Malícia (39 anos) relatou:

No início, a participação, a formação era muito a partir do espaço do movimento feminista, né? Que foram espaços fundamentais pra eu ter a visão de mundo que eu tenho hoje, né? Com certeza eu seria outra se não fosse os processos formativos, de reflexão sobre o lugar da mulher na sociedade, sobre o patriarcado, sobre como essa lógica do capitalismo, do neoliberalismo e da lógica patriarcal interfere na nossa vida, nossa visão de mundo, nas nossas relações. Então, eu acho que o processo de formação, especificamente, especialmente aí no campo do feminismo, ele muda completamente a pessoa que você é, a forma como você vê o mundo, a forma como você se relaciona com as pessoas. E... a partir da minha entrada aí, no trabalho com mulheres rurais, que foi onde eu trabalhei quase 10 anos, foi quando eu me aproximei no campo da Agroecologia, no lugar de realizar formações e participar de formações, né? Entendendo que o processo formativo é contínuo, que a gente nunca sabe de tudo, que a gente sempre precisa compreender melhor os processos, né? Entendendo que... numa perspectiva muito de educação popular, de dialogar, de construir coletivamente os conhecimentos, né? De trocar conhecimentos. Eu acho que isso também é um processo importante, né? O como se fazer, como fazer essa lógica do conhecimento.

As entrevistadas também falaram do importante papel exercido pela PTA, em consonância com a Sempreviva Organização Feminista (SOF), que apresentou o feminismo às mulheres rurais, através de oficinas e encontros. Angico (53 anos) compartilha que:

Graças à SOF, eu tive essa formação, né? E tive essa oportunidade dentro da formação agroecológica. Eu até falo isso, eu acho que a M. foi a pessoa que é muito responsável por isso, né? Porque a M. também é agrônoma, como eu, e ela trabalhou numa organização feminista já desde a década de 80, de 90 e aí, assim, é... ela que foi a primeira a perceber que haviam semelhanças entre a pauta feminista e a pauta da Agroecologia, e começou a aproximar isso. Então, não é à toa que a Marcha já entra no Brasil junto com a Marcha



das Margaridas, já fazendo essa conexão aí do feminismo, do rural e é isso, tanto é que a soberania alimentar é uma das pautas principais da Marcha, desde que ela começou aqui no Brasil, né? Que aí, era isso, a soberania alimentar falando da Agroecologia. Hoje a pauta é Agroecologia mesmo, né? Então, é só mais soberania alimentar, mas esse processo todo, ele foi construído muito a partir dessa relação da SOF com o GT gênero e Agroecologia, que era o GT gênero da rede PTA e, posteriormente, o GT de Mulheres da ANA. Então, acho que esses processos formativos foram fundamentais na minha vida, na minha trajetória, pra tudo.

É notável como o estreitamento dos movimentos agroecológicos e o feminismo hegemônico contribuíram substancialmente para que as mulheres comessem a perceber que não estavam sendo valorizadas como anunciava essencialmente o projeto agroecológico, trazendo à tona conflitos e contradições, desde a sua concepção, enquanto campo teórico epistemológico e prático que preconiza a diversidade, culminando na constituição dos GTs de Mulheres da ABA e da ANA. Uma das entrevistadas, inclusive, menciona a Marcha Mundial de Mulheres como um movimento feminista importante para as mulheres rurais e que, para ela, representa todas as mulheres:

Eu acho que o movimento negro e o movimento feminista, não gosto de separar, porque eu venho de um lugar do movimento feminista que pra mim nunca foi branco, porque a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento muito constituído pelas mulheres rurais, pelas mulheres negras da periferia, né? Acho que tem uma ideia errônea de que, porque as principais lideranças ou referências do movimento são brancas, de taxar o movimento como o movimento feminista igual ao movimento de mulheres brancas, e não é assim (Malícia, 39 anos).

A formação dos GTs de Mulheres da ANA e da ABA está intimamente ligada à necessidade das mulheres transitarem na arena pública, mas, sobretudo, de ter um espaço onde possam falar de suas demandas específicas, se formar politicamente, ter acesso a informações que dizem respeito à melhoria de suas vidas, se mobilizarem acerca de pautas e bandeiras coletivas femininas e, acima de tudo, exigir o tratamento como sujeitas na construção do conhecimento agroecológico. Além disso, com suas singularidades, o GT de Mulheres da ANA

Nasceu como um espaço de auto-organização exclusivamente das mulheres para qualificar sua participação em espaços na ANA (GTs, núcleo executivo, coordenação dos ENAs) e além da ANA (Consea, Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, Anater, Conferências Nacionais de Ater e Desenvolvimento Rural Sustentável etc.) (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 40).

Enquanto o GT de Mulheres da ABA:

Nasce com o objetivo de ser um lugar de fortalecimento das mulheres que pesquisam e atuam na Agroecologia no Brasil, como também um grupo para problematizar os discursos, visibilizar as práticas e evidenciar o protagonismo feminino na construção de conhecimentos, além de desnudar e denunciar violências e disputas antes consideradas inexistentes no campo da Agroecologia (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 45).

A questão racial é um assunto que vem à superfície no movimento agroecológico a partir da organização de mulheres negras, ainda tímida, no contexto do GT de Mulheres da ANA e da ABA, mesmo que muitas mulheres rurais sejam negras. Então, no IV ENA, em 2018, que aconteceu em Belo Horizonte, essa questão foi trazida pela primeira vez com mais força por mulheres negras e mulheres quilombolas, como uma reação de indignação, como compartilhado por Jurema (61 anos):

Então, do IV ENA em diante ficou muito mais forte. E justo no IV ENA, lá em Belo Horizonte, que nós, mulheres negras e indígenas, toma a atitude de causar mesmo, sabe? Nos reunimos a nível nacional, fomos nos convocando por *WhatsApp*, pelo grupo Pretas da Agroecologia, e juntamos mulheres das cinco regiões, de todos os estados, de diferentes lugares, e negras e indígenas, fomos para o IV ENA organizadas, fizemos uma entrada bem bacana, assim, né? Causante, pra falar a verdade, foi muito polêmica, ainda hoje é polêmico, né? Lembrar desse lugar, desse momento, mas rendeu toda uma discussão, uma resignificação desse lugar da mulher preta, da mulher indígena, dentro do processo da Agroecologia.

Maria da Graça Costa, Magda Dimenstein e Jader Leite (2020), que também participaram enquanto pesquisadoras desse momento, descrevem:

Um grupo de mulheres quilombolas e agricultoras negras chamou atenção para o fato de que, apesar do gradativo protagonismo das mulheres na esfera do movimento, esse era o primeiro ENA em que a maioria das participantes vinha das experiências, ou seja, eram agricultoras, cozinheiras, etc., e não vinham do lugar de técnicas e pesquisadoras. Elas ressaltaram que o grupo de trabalho de mulheres da ANA era majoritariamente composto de um perfil acadêmico e técnico. Ainda segundo elas, era comum que mulheres agricultoras negras, indígenas e quilombolas fossem convidadas a fortalecer os movimentos, ao passo que eram constantemente preteridas em espaços identificados a lugares instituídos de poder e conhecimento – como em eventos científicos –, ou eram vistas como “objetos de pesquisa”, de maneira que seus discursos, práticas e saberes, muitas vezes, só passavam a ser validados quando “traduzidos” em forma de discurso acadêmico (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 7).

Contrariamente ao que é colocado pelas mulheres brancas que integram o movimento feminista agroecológico, sobre o levante das mulheres negras causarem um enfraquecimento ou segregação na luta comum, as mulheres negras verbalizam que são diversas, assim como suas demandas, e que também são sujeitas que produzem conhecimento na Agroecologia. Na realidade,

A reivindicação das feministas negras não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres negras tenham que escolher entre a solidariedade com homens negros ou com mulheres brancas, entre raça ou gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiências visíveis tanto na teoria quanto na história. O movimento e a teoria de mulheres negras têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo (KILOMBA, 2019, p. 104).

Consideramos que a ocupação desse lugar de enunciação tem uma relação direta com o “despertar” para questões que até determinado momento não eram percebidas e seguiam naturalizadas. Muitas mulheres negras passam boa parte de suas vidas sem se dar conta que a questão racial é um limiar político de resistência, até compreenderem o seu lugar de sujeitas, porque a negritude sempre esteve acompanhada de desqualificações e marginalizações. A cor da pele sempre foi critério de eliminação e de não aceitação, antes mesmo de conseguirem compreender que existir racialmente pode ser positivado. Porque, como alvo de negação e associado ao que é ruim, historicamente, sentiam-se contempladas por se identificarem como “morenas”, ou “menos negras”, da forma como a branquitude tivesse mais tolerância. Nesse sentido, enfatiza-se a urgência do diálogo entre o feminismo interseccional e a Teoria Decolonial como instrumentalização pedagógica para as mulheres negras, brancas e não brancas.

No próximo capítulo trabalharemos a noção de interseccionalidade, apresentando como o conceito vem se estruturando enquanto práxis, as principais expoentes dessa abordagem e caracterizaremos sua instrumentalização política, analítica e crítica para o conjunto da sociedade, pois, neste trabalho, consideramos que refletir a partir dessa premissa é fundamental para mudanças necessárias e urgentes no contexto agroecológico.

### 3 INTERSECCIONALIDADE: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISADORAS NEGRAS

*Atravessei o mar, um sol  
Da América do Sul me guia  
Trago uma mala de mão  
Dentro uma oração, um adeus  
Eu sou um corpo, um ser, um corpo só  
Tem cor, tem corte  
E a história do meu lugar, ô  
Eu sou a minha própria embarcação  
Sou minha própria sorte*

Luedji Luna

Intelectuais negras brasileiras vêm utilizando a noção de interseccionalidade, mesmo antes de esse termo ter sido cunhado academicamente por Kimberlé Crenshaw (2002), jurista estadunidense, que o caracterizou como um sistema múltiplo de subordinação. Neuza Santos Souza, Beatriz Nascimento, Márcia Lima, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Angela Figueiredo, entre outras importantes pensadoras negras, a partir de suas experiências e trajetórias, têm contribuído para a qualificação dessa abordagem, essencial para a compreensão da realidade que permeia a vida de todas as pessoas, sobretudo as mulheres negras, como reveladora de opressões e discriminações e também como potencialização de agências e (re)existências.

Lélia Gonzalez (1982) já denunciava o efeito da interação entre racismo e sexismo na vida das mulheres negras e informava a interseccionalidade para o entendimento da conjunção das opressões. Luiza Bairros (1995) se apoiou na ideia de matriz de opressão para expressar como raça, gênero e classe formam um combinado multidimensional e defendeu que gênero e raça nunca poderão ser considerados separadamente, “pois do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra” (p. 461).

Na mesma linha teórica, Angela Davis (2016), mesmo sem nomear, anunciava em sua obra *Mulheres, raça e classe*, publicada originalmente em 1944, o sentido da interseccionalidade, ao tratar das situações de desigualdades e opressões que as mulheres negras vivenciam historicamente. Carla Akotirene (2018) compara a interseccionalidade a uma encruzilhada de avenidas identitárias. Núbia Moreira (2007) articula a perspectiva da interseccionalidade com a pedagogia feminista para compreender o protagonismo das mulheres negras e o entrelaçamento de tipos de diferenciação e desigualdade que o conceito de interseccionalidade afirma sobre a inexistência da hierarquia de opressões. Intelectual importante para o debate, Jurema Werneck (2010) assertivamente afirma que gênero, raça e classe impactam de forma simultânea e sincrônica, tornando impossível classificar em uma

escala de opressões e separar essas identidades ao longo da experiência concreta de cada indivíduo ou povo.

Outra pensadora relevante para pensar a perspectiva interseccional é Sueli Carneiro (2003), que menciona a integração de um olhar feminista e antirracista com o propósito de incorporar a luta do movimento negro e do movimento de mulheres, representando a identidade específica de ser mulher negra.

Patricia Hill Collins (2020) faz um traçado histórico da noção de interseccionalidade nos Estados Unidos, mas olhando para o passado, para as formulações que serviram de base para o surgimento dessa noção. A autora acredita que nos EUA a produção intelectual das mulheres afro-americanas e latinas estabeleceu o trabalho de base para vários aspectos da produção acadêmica interseccional. Segundo ela, a ênfase no entrelaçamento de opressões constituiu a reivindicação de conhecimentos mais visíveis das mulheres de cor. Essa constatação implicava uma análise explícita da interconexão entre a raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder.

Além dessas autoras, podemos trazer muitas outras contribuições também importantes de mulheres negras que se dedicam a elaborar reações de enfrentamento às diversas faces do racismo e da colonialidade, que pesam sobre suas vidas e de outras mulheres negras, cotidianamente, demonstrando que é preciso reconhecer que as mulheres que sofrem com o processo de racialização não podem ter suas demandas e especificidades colocadas no mesmo bojo que as mulheres brancas, pois pesam sobre elas a pele, o fenótipo e a invisibilidade, sobretudo referente ao Brasil, remetendo-as a um lugar inferior na sociedade, abaixo de homens e mulheres brancas, e também de homens negros. Em síntese: “As singularidades vividas pelas mulheres negras não são parecidas com as mulheres brancas quando são atingidas pelo sexismo e não é parecido com o homem negro quando eles são atingidos pelo racismo” (GOES, 2015, n.p.). Mais ainda, concordamos com Luiza Bairos (1995, p. 462x), quando diz que “se você especifica o racismo, tem uma possibilidade maior de dar conta das questões das mulheres negras mais do que quando você especifica o sexismo”.

A filósofa Helena Hirata (2018), no texto intitulado “Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais”, tece uma crítica a Kimberlé Crenshaw, ao afirmar que a jurista americana, que cunhou o termo interseccionalidade, concentrou-se basicamente nas intersecções entre raça e gênero e relegou, a segundo plano, ou de menos importância, a classe. Ao contrário dessa análise, a interseccionalidade de maneira alguma pretende hierarquizar marcadores de desigualdades sociais. O que prevalece nas análises interseccionais é a relacionalidade e não a “geométrica variável”, como menciona a

autora.

Considerando que a interseccionalidade informa/relaciona as diversas facetas de opressões de maneira simultânea, e também considerando que o racismo estrutura as relações sociais e capitalistas, e no caso brasileiro a cor é uma dimensão de destaque, apontamos que a raça tem sua centralidade reduzida quando colocada como um marcador, quando comparada a gênero, classe, sexualidade, entre outros, e por isso nos associamos ao pensamento defendido por Achile Mbembe (2017, p. 187):

Sem dúvida, o Holocausto judeu, a escravidão e o *apartheid* representam formas de sofrimento genuínas. Todos são caracterizados por uma expropriação do eu por forças inomináveis. Em cada um dos três casos, estas forças assumem várias formas. Mas em todos eles a sequência central é a mesma: à intoxicação orgiástica, representada pela administração da morte em massa, corresponde, como um eco, a colocação da vida entre dois quiasmas, de forma tal que o sujeito não sabe mais se está morto ou vivo. Um impulso destrutivo e uma desarticulação do eu e de toda a individualidade constituem o pano de fundo dionisíaco destes eventos separados no tempo, mas conectados pela mesma teia: a extrema desvalorização da vida. No fundo, estes três eventos testemunham contra a vida.

A escravidão que afetou a população africana deveria ser, para o mundo, como o nazismo é para a população alemã, que abomina tal tragédia civilizatória marcada na sua história. A escravidão foi menos violenta com a humanidade de pessoas negras do que o holocausto?

As feministas negras introduziram novos desafios teóricos, metodológicos e políticos, explicitando diferenciações na identidade das mulheres e nos fatores de subordinação aos quais estamos submetidas, demonstrando como mecanismos políticos e ideológicos produzem experiências distintas de opressão. Racismo e sexismo se articulam e são vivenciados de forma desigual entre as mulheres, não só porque são mulheres, mas em virtude de sua raça e de outros marcadores sociais.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica que estilhaça o espelho da mulher universal, transformando em prismas de mulheres no universo, que como um abebé de Oxum permite que todas as mulheres, qualquer mulher, sejam vistas diante do reflexo. Pela lente da interseccionalidade, termo cunhado por feministas negras, ninguém fica de fora (GOES, 2015, n.p).

Por isso, acreditamos que a interseccionalidade é um potente instrumento político e analítico que pode contribuir com uma lente apurada para ampliar e visibilizar as mulheres

negras na sociedade e na Agroecologia, em particular.

A próxima seção abrange como as questões de raça, cor e gênero são indissociáveis e fundamentais para analisar categorias importantes na Agroecologia. Nesse contexto, os feminismos interseccional e decolonial ampliam a lente fundamental para essa compreensão em uma sociedade como a brasileira, estruturada por hierarquizações sociais constituídas a partir de processos de violência e escravização da população negra.

### **3.1 Interseccionalidade: teoria racial crítica**

A interseccionalidade, como conhecimento de resistência, está à disposição da justiça social e, portanto, não limita seu alcance. Patricia Hill Collins (2020) ampliou a noção do conceito de interseccionalidade, articulando raça, classe, gênero, etnicidade, nação, geração e capacidades, que ela aponta que estão reciprocamente conectados, dando forma ou modelando desigualdades sociais complexas mediante a relação dialógica da teoria com a prática política.

É necessário observar como a realidade brasileira é impactada pela ideologia do colorismo, que “surge como um quadro identitário racial e político que plasma os/as sujeitos/as em um arquétipo predefinido” (DEVULSKY, 2021, p. 17), onde essa classificação serve essencialmente às investidas da branquitude, “permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças” (p. 19). Perceber que esse aspecto influencia o contexto do movimento feminista agroecológico foi decisivo para que o presente estudo focasse as análises principalmente nas questões de raça, cor e gênero na Agroecologia.

Soma-se a isso, ainda, a formulação da noção de interseccionalidade por feministas transnacionais, algumas consideradas decoloniais, e que situaram o posicionamento desigual em escala global, proporcionado pela nacionalidade (LUGONES, 2014). Elas chamaram a atenção para a necessidade de articular gênero, não apenas à sexualidade, raça e classe, mas também à religião e à nacionalidade. Assim, a interseccionalidade

Revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a inclui. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde,

ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial. Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (LUGONES, 2014, p. 66).

Essa realidade demonstra emblematicamente que as intersecções das categorias que acionam a existência da mulher negra estão intimamente imbricadas. Entretanto, essa percepção deve ter uma finalidade que não somente se dá conta de como a colonialidade incide na vida das mulheres negras, mas sim como forma de impulsionar politicamente seu agenciamento, frente a essa condição que lhe foi/é imposta.

É importante demarcar que a interseccionalidade tem sido utilizada cada vez mais de forma descontextualizada ou colocando uma hierarquia entre gênero e raça, sem explorar devidamente suas contribuições e descaracterizando sua relevância política. É fundamental posicionar uma crítica ao feminismo hegemônico com relação à apropriação desse importante conceito, ou teoria social crítica, como apresentado por Patricia Hill Collins (2019).

Concordamos com Bilge (2018, p. 69), quando afirma que

No cenário político atual, a necessidade de uma práxis interseccional radical pode ser mais urgente do que nunca. A consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas não opressivas entre vários movimentos orientados para a justiça social que agora competem uns com os outros, em vez de colaborar, sob o regime de equidade/diversidade neoliberal.

A noção de justiça social passou a ser utilizada sem um aprofundamento concreto, esvaziando o seu sentido e contribuindo para a despolitização da interseccionalidade. Diversidade se tornou parte dos discursos acadêmicos, dos movimentos sociais progressistas e até da gestão neoliberal. “A interseccionalidade, originalmente focada na produção de conhecimento transformador e contra hegemônico e na política radical de justiça social, tem sido mercantilizada e colonizada para regimes neoliberais” (BILGE, 2018, p. 70). Assim funciona o mercado, capitalizando e lucrando com tudo, independentemente das contradições. Em síntese, a noção de interseccionalidade tem sido fragilizada a tal ponto que passou a servir tanto a posicionamentos contra hegemônicos quanto hegemônicos. Esse uso utilitarista da interseccionalidade, Sirma Bilge (2018) batizou de “interseccionalidade ornamental”, e acrescenta que:



Seria enganador considerar a interseccionalidade ornamental como benigna, pois é parte integrante da neutralização, e mesmo da desarticulação ativa, de políticas radicais de justiça social. O seu emprego superficial da interseccionalidade mina a credibilidade do conceito e seus potenciais para abordar estruturas de poder interligadas e desenvolver uma ética da construção não opressiva de coalizões e da realização de reivindicações (BILGE, 2018, p. 70).

Nessa direção, pode-se afirmar que o esvaziamento do conceito de interseccionalidade, principalmente nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e organizações não governamentais, em alguns casos está associado à utilização dessa ferramenta essencialmente para a manutenção de canais intelectuais de negociação, na sua superficialidade, sem o devido aprofundamento. “Reconstruindo-se em termos despolitizados, a interseccionalidade se torna uma ferramenta que certas estudiosas feministas podem invocar para demonstrar ‘conhecimentos comercializáveis’ na gestão de tipos de diversidade potencialmente problemáticos” (BILGE, 2018, p. 71).

A neutralização e a descaracterização da interseccionalidade no seu uso, por alguns grupos que se colocam como progressistas, pode ser explicada como um movimento/ação que pretende se encaixar dentro de um determinado jogo, mas não tem pretensões de questionar as regras desse jogo. Sirma Bilge (2018) explica essa análise usando como exemplo o feminismo acadêmico, sem generalizar, e um subtipo que ela denominou de “feminismo disciplinar”, que a autora caracteriza como hegemônico com relação ao acesso à produção de conhecimento, que resulta em “uma maneira de fazer ‘ciência’ que se preocupa mais com a adequação aos parâmetros do que se constitui como conhecimento científico legítimo, do que em desafiar esses parâmetros” (BILGE, 2018, p. 71), e aborda que

O feminismo disciplinar parece estar mais preocupado com o sucesso institucional do conhecimento que produz do que com a mudança institucional e social através da produção de conhecimento contra hegemônico. Assim, o feminismo disciplinar de hoje usa as próprias ferramentas que os projetos de conhecimento feminista indisciplinado da década de 1970 e início dos anos 80 tentaram criticar. Tratavam-se de projetos de conhecimento interseccional radicalmente políticos que resistiram às visões padronizadas e às técnicas de normalização promovidas em nome da disciplinaridade ou da interdisciplinaridade. Os estudiosos contemporâneos não podem evitar completamente as lógicas e práticas de mercado da universidade neoliberal; todos/as devemos, até certo ponto, lidar com as demandas neoliberais de criação de marcas, diferenciação de produtos e enfatizar a novidade. No entanto, isso não significa que somos obrigadas a abraçar o tipo de trabalho do que eu chamo de feminismo disciplinar, que combina conflitos e identidades políticos com nichos de mercado e contribui para a despolitização da interseccionalidade (BILGE, 2018, p. 71).

Quando recuperamos o fio condutor histórico de construção dessa abordagem/ferramenta/conceito, deparamo-nos com um rol de contradições que envolvem hierarquias intelectuais, quando rememoramos que o conceito surge como uma forma de identificar as múltiplas opressões, sobretudo as que as mulheres negras são submetidas, então, busca-se nesse momento seus cânones, e isso implica identificar não somente quem idealizou o termo, mas quem já se referia a essa forma de agência para o enfrentamento às problemáticas que impactam a vida de pessoas negras e, nesse sentido, “os debates sobre a interseccionalidade também refletem lutas de poder, estruturas de oportunidade e disputas territoriais internas em disciplinas e campos específicos” (BILGE, 2018, p. 72).

Mais recentemente, Patricia Hill Collins (2022), em sua obra *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como Teoria Social Crítica*, dedicou-se a reunir elementos e contribuições que conduzem à interpretação da interseccionalidade como uma teoria social crítica em construção, que ganhou maior repercussão e espaço no século XX. Um movimento orquestrado por intelectuais, em sua maioria mulheres negras, estadunidenses e latino-americanas, que tem acontecido para que seja realmente utilizada como práxis e como a teoria que consegue traduzir simultaneamente o rol de desigualdades sociais ocasionadas historicamente pelo colonialismo e mostrar que é possível mudar essa realidade.

Patricia Hill Collins (2022) afirma que não foi um processo meramente simples de inserção dessas ideias e ainda não o é, na verdade, mas o poder de conexão que a lente interseccional demonstrou ter para revelar contextos de opressão que se mantinham intocados em suas camadas trouxe uma nova perspectiva, com ênfase em possibilidades de reações e agenciamentos: “O que outrora eram noções difusas sobre a interconexão entre as pessoas, problemas sociais e ideias agora são ideias centrais para a interseccionalidade como uma forma reconhecida de investigação e práxis” (p. 13).

O foco principal deve ser compreender se a interseccionalidade, como está sendo proposta, consegue alcançar os objetivos de alinhar teoria e práxis com fins de instrumentalizar grupos subordinados e minoritários na produção de conhecimento e agenciamento, como defende Collins (2022), pois

Dada a origem da interseccionalidade, é importante perguntar o que a introdução desta ferramenta particular faz para grupos semelhantemente subordinados no contexto local de sua introdução. Esses grupos e indivíduos são empoderados de alguma forma pela disponibilidade desta ferramenta? Ou eles são desempoderados porque a nova ferramenta é introduzida de forma a apagar seus próprios pensamentos e ativismo e seu próprio ponto de vista político moldado por múltiplos diferenciais de poder? Esses indivíduos

e grupos estão envolvidos na introdução da interseccionalidade no contexto local? Eles estão entre os principais atores? Essas são questões significativas. A minha inquirição não é sobre as circulações mundiais de uma interseccionalidade limpa, excessivamente acadêmica e despolitizada per se, mas sobre que diferença a propagação de uma interseccionalidade despolitizada faz para grupos subordinados nas relações de poder incorporadas na produção do conhecimento (BILGE, 2018, p. 73).

De certa forma, essa despolitização tem grande contribuição do feminismo disciplinar, que segundo Bilge (2018, p. 73) deveria “parar de fazer interseccionalidade de maneiras a desfazê-la. [...] transformá-la em um exercício excessivamente acadêmico de reflexões especulativas ou normativas”. É preciso teorizar menos a interseccionalidade, colocá-la em prática, e avançar quanto à sua aplicação, sobretudo no contexto acadêmico, até porque “a incidência generalizada de reflexões metateóricas serve para desfazer a interseccionalidade ao distrair de seu potencial como ferramenta para a justiça social” (BILGE, 2018, p. 74).

Outro aspecto levantado é sobre o branqueamento da interseccionalidade, considerando a branquitude como um *locus* de vantagem exercido de forma simbólica, onde as imbricações colocadas pelas pessoas de cor e seus pontos de vista precisam ser validados por outros, que muitas vezes são pessoas brancas. Nas palavras de Bilge (2018, p. 75):

Embora as posições hegemônicas nunca sejam inteiramente estáveis, os modos hegemônicos “brancos” de saber e os privilégios “brancos” estão totalmente implicados nas lutas feministas quanto ao significado em relação à interseccionalidade e à tomada forçada da interseccionalidade realizada contra feministas de cor. Tal compreensão crítica da branquitude também explicita que branquitude e branqueamento são campos simbólicos. Para ser explícita: não é preciso ser branco para “branquear a interseccionalidade”.

É preciso destacar que a interseccionalidade é um conceito dinâmico, onde seu principal objetivo é a justiça social e a sua constituição não está acabada. Entretanto, não se pode perder de vista que raça estrutura esse conceito em qualquer espaço ou contexto aplicado. Nesse sentido, concordamos com Sirma Bilge (2018, p. 75):

A apropriação de uma interseccionalidade branqueada precisa ser combatida insistentemente enfatizando os laços constitutivos da interseccionalidade com o pensamento racial crítico e (re)clamando um *status* não negociável para raça e os processos de racialização na análise e na práxis interseccional. Recentrar a raça na interseccionalidade é vital, diante de práticas difundidas que descentram a raça em sintonia com o pensamento pós-racial hegemônico. [...] O feminismo disciplinar europeu “branqueia a interseccionalidade”, não só fazendo afirmações de direitos de propriedade sobre o conceito de interseccionalidade, mas também minimizando a importância da raça no pensamento interseccional – por exemplo, declarando

a raça como uma categoria irrelevante para a Europa. Isso reflete uma tendência dominante entre os/as estudiosos/as europeus/eias: descartar a raça como uma categoria analítica, e em vez disso, enquadrar os problemas através de categorias como etnia, cultura e religião.

Observar de que forma acontece tanto a apropriação quanto o esvaziamento da abordagem interseccional é uma tarefa importante para as intelectuais negras, principalmente porque os feminismos brancos têm se aproveitado dessa possibilidade de apreensão para minimizar a importância da raça e, mais ainda, diminuir a capacidade interpretativa da realidade social do pensamento feminista de mulheres negras.

Para evitar um uso normativo e disciplinar da interseccionalidade, é necessário prestar atenção adequada às contingências históricas, contextos específicos e os propósitos de argumentos específicos. Pensar interseccionalmente sobre como a interseccionalidade é e deveria ser empregada requer considerar posições estruturais e diferenciais de poder. Aqueles que usam a interseccionalidade como um dispositivo universal a ser aplicado como uma regra invariável podem prejudicar o planejamento estratégico daquelas/es que usam interseccionalidade para contestar opressões concretas específicas [...]. Nesta interseccionalidade desarticulada e rearticulada, a raça também se torna opcional, abrindo caminho a opressões e marginalizações semelhantes, tomando lugar desta vez não dentro do feminismo, mas dentro dos estudos feministas sobre interseccionalidade (BILGE, 2018, p. 81).

Concordamos com Adriana Piscitelli (2008), quando diz que é relevante prestar atenção à distribuição desigual de poder nas formulações que exploram as articulações entre as diferenciações, mas também as possibilidades de agência, assim como abordado por María Lugones (2014, p. 940):

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão  $\leftarrow \rightarrow$  resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno.

No Brasil, a conformação do conceito e possíveis aplicações que não incorporam um viés político, ao analisar o entrelaçamento de diversos marcadores coloniais de opressão, tendem se limitar à observação apenas dos processos de subordinação e opressão, reafirmando que as mulheres negras estão subjugadas, sem explorar seus espaços e formas de agência.

Avtar Brah (2006) fala alternadamente de interseccionalidade e de categorias de articulação e Anne McClintock (2010) se concentra em categorias de articulação. Nas abordagens interseccionais dessas duas autoras é marcante uma visão de poder em termos de

lutas contínuas, em torno da hegemonia e do trabalho, com a noção de articulação entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado dessa prática articulatória.

Nessas abordagens são traçadas distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade. Os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém está sujeito a um poder soberano, mas há algo mais que oferece possibilidades para a/o sujeita/o. E os marcadores de identidade, como gênero, classe, etnicidade, não aparecem apenas como forma de categorização que limitam, eles oferecem simultaneamente recursos que possibilitam a ação.

Segundo Anne McClintock (2010), raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes da experiência em que existem isoladamente e que não podem ser encaixados em conjunto, como se fosse um quebra-cabeças, porque essas categorias existem em e através das relações entre elas, e por isso são categorias articuladas. Essas categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem relações que são íntimas, recíprocas e contraditórias. E na encruzilhada dessas contradições é possível encontrar estratégias para as mudanças.

A noção de articulação, em uma leitura ampla das políticas de agência, está presente também no trabalho de Avtar Brah (2006), denominada de “cartografias da diáspora”, ela explica que:

Pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agência”. O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 2006, p. 361).

A autora invoca uma série de formulações que foram realmente inovadoras nos movimentos feministas. Por exemplo, algumas linhas interseccionais, como a que é defendida por Kimberlé, reforçam os sistemas de dominação e opressão com muita força “desempoderante”, sem propor margem para uma ação. Contrária a isso, Avtar Brah (2006) coloca que para entender as interconexões entre racismo, gênero e classe, de uma maneira produtiva, temos que pensar elas como relações que são contextuais e que são contingentes em termos históricos, e para entender essas interconexões é necessário levar em conta as posições dos diversos racismos, uns em relação aos outros.

É importante se atentar que o uso da interseccionalidade, embora tenha surgido no meio das intelectuais negras, que não estão apenas na academia, serve e é crítico quando se

pretende a justiça social. Sobre isso, Patricia Hill Collins (2021) e Ochy Curiel (2019) chamam a atenção que setores da direita se apropriam agora dessa noção em prol de ativar ou confirmar a supremacia branca. Uma noção que nasce no seio negro também pode ser tomada pelo lado opositor ou pelo lado que já oprime essas populações mais vulneráveis, em função de ativar cada vez mais o seu poder sobre as outras populações.

Núbia Moreira (2007) adverte que a formação política da sociedade brasileira, que tem presente o capacitismo, o sexismo, o racismo, a orientação sexual, remete a estruturas que vão informar o fenômeno que se pretende estudar, seja ele a experiência de mulheres negras, seja um currículo antirracista ou um fenômeno educacional. Então, nesse sentido, só é possível ler um fenômeno que nasce na sociedade brasileira se na pesquisa for incluído o movimento desses marcadores, que inclusive podem não estar presentes ao mesmo tempo, pois o fenômeno também está inserindo em uma relacionalidade.

Quando se está trabalhando com a interseccionalidade na militância política, tomando a ideia de uma epistemologia negra que se conecta ao pensamento da pedagogia feminista negra, pode-se perceber que experiência e teorização não se separam, pois a experiência informa a teorização. Só é possível enxergar a sociedade brasileira e os fenômenos que ocorrem nela a partir da lente da interseccionalidade e, dessa forma, considera-se urgente que a Agroecologia lance mão desse potente instrumento político para superar os marcadores coloniais de opressão que existem em sua constituição.

### **3.2 Agroecologia e mulheres: encontro com feminismos**

As mulheres estão unidas na luta por reconhecimento de seu protagonismo e de suas contribuições, fundamentais para o campo do conhecimento agroecológico. Entretanto, como já pontuado, é possível perceber a existência de conflitos quando se trata do debate sobre raça e, nesse sentido,

A relação entre mulheres/mulheres pode ser tão opressora quanto a relação homem/mulher, na Agroecologia a opressão pode nascer a partir de uma irmandade que muitas vezes é justificada pela máxima “somos mulheres, precisamos estar unidas”, com um contraditório essencialismo negado pelo mesmo discurso feminista adotado. A unicidade existente para o posicionamento nas grandes arenas de disputa resulta em ações poderosas como a Marcha das Margaridas. Mas quando mulheres indígenas, brancas e negras, vinculadas a diferentes territórios e instituições se encontram para traçar estratégias de ação as diferenças se transformam em conflitos. Esses aspectos geram a pergunta: a unicidade das ações está apoiada na invisibilização da diferença e de uma homogeneização seletiva? (MOTTA,

2020, p. 25).

Não basta introduzir a questão de gênero como forma de incluir as mulheres, sem pensar um processo mais profundo e visceral que possa identificar como se organizam as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres e no interior das famílias, com vistas a provocar uma transformação social real e consciente, incorporando outros valores e práticas, “praticáveis”, para superar os tipos de relação de hierarquização e dominação que estão arraigados. A inserção do feminismo no debate se constitui como estratégia para apontar a existência da desigualdade de gênero no universo agroecológico. As críticas atribuídas acerca do feminismo dominante têm como função provocar a ampliação da lente acerca de questões que esse feminismo nunca deu conta:

Ainda que consideremos as desigualdades e atravessamentos nesse contexto, vemos que as pautas e as práticas construídas, principalmente pelas mulheres negras, quilombolas e indígenas no contexto da Agroecologia, interpelam o campo agroecológico e os feminismos a partir de suas experiências de subalternidade, pobreza e vulnerabilidade ecológica (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 11).

Compreendemos que a história do feminismo não começa a partir do momento em que este termo é cunhado, e sim com a organização das mulheres que começaram a resistir às opressões e injustiças. Voltando um pouco no tempo histórico para caracterizar as posições ocupadas por mulheres brancas e negras, que refletem comportamentos e posicionamentos na atualidade, precisamos lembrar como a sociedade estava organizada ainda naquela época da escravização, dividida em castas, separadas em polos bem definidos, tendo de um lado o senhor das terras, dono do poder econômico e político e, do outro, escravizados, a força efetiva de mão de obra, e entre esses dois polos existia um grupo composto por mulheres e homens livres, sem ocupação, fundamentado na égide patriarcal, incidindo drasticamente sobre a vida das mulheres. Com ênfase no patriarcalismo e no paternalismo, atribuíam-se à mulher branca o lugar de esposa, mãe, submissa ao homem, e à mulher negra era reservado, enquanto escrava e trabalhadora, a função de produtora de alimentos, presente nas atividades de corte e de engenho e, além disso, ela era determinada a ser reprodutora de mão de obra para o mercado (NASCIMENTO, 2021). É sabido o impacto que esse histórico implica sobre a população negra nos dias atuais, particularmente sobre as mulheres, retirando e dificultando as oportunidades de acesso e as posições de poder.

A perspectiva feminista, inicialmente liberal e depois articulada aos ideais socialistas,

preocupou-se com bandeiras associadas a direitos políticos e civis e com a questão econômica. Essas mobilizações e reivindicações foram encabeçadas por uma totalidade de mulheres brancas que lutavam por igualdade de direitos entre homens e mulheres e contra o patriarcado, entretanto, ignoraram que as mulheres negras tinham realidades e demandas específicas. Dentro desse contexto, as categorias raça/cor/etnia foram tratadas como marcadores complementares, impedindo que fossem percebidos os impactos da racialização sobre as mulheres, contribuindo, de certa forma, para a manutenção de um sistema racista composto por diversas e cruéis estratégias de morte/exclusão e de privilégios materializados a partir da branquitude.

Tratar do contexto agroecológico sem racializar as relações sociais demonstra uma parcialidade nas análises e nos avanços propostos. Essa fragilidade resulta em pontos de vista únicos, semelhantemente à narrativa discutida por Chimamanda Adichie (2019), ao tratar do perigo da história única, onde um povo é visto apenas como um objeto do discurso de outros, desconsiderando as diferentes condições e especificidades das mulheres. A partir dessa lógica, percebe-se que mesmo entre as mulheres existe uma disputa desigual e contraditória com relação aos acessos e distribuição de poder.

Considerando a perspectiva das chamadas ondas feministas, sistematizamos alguns pontos importantes no quadro a seguir:



Quadro 10 – Sistematização das ondas do feminismo

Ondas do Feminismo	Região	Período	Pautas	Ideal	Crítica
1ª onda: Liberal/ Narrativas de Mulheres Negras Americanas (Soujourner Truth)	Europa e EUA	Final do século XIX e início do século XX	Luta pelo direito ao trabalho e direitos políticos/presença no espaço público	Indivíduos dotados de direito	Perspectiva refletida na experiência de mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. Contradições: mulheres brancas reivindicavam sua presença no espaço público, enquanto as mulheres negras lutavam pela abolição da escravatura. Associação entre o feminismo tradicional, o liberalismo e a modernidade. A desigualdade entre homens e mulheres é considerada apenas sob o ponto de vista da desigualdade de direitos
2ª onda: Socialista/Radical	Europa e EUA	1960 a 1980	Luta para a superação da pobreza e contra a exploração capitalista que incide sobre a vida de homens e mulheres	Apesar das diferenças entre as mulheres, todas sofrem pela questão do gênero. Luta contra a dominação do patriarcado	Enfoque essencialmente na variável econômica
3ª onda: Feminismo Negro/ Feminismo Decolonial	EUA	1960 e a partir do século XX	Problematização sobre a noção da mulher universal	As variáveis de raça, classe, etnia, sexualidade, entre outras, marcam as diferenças entre as mulheres e formam suas identidades, trajetórias e contextos de opressão	Compreensão sobre as diferentes identidades e experiências existentes entre as mulheres. O feminismo decolonial afirma que múltiplos sistemas de opressão incidem de forma simultânea, fortalecendo a desigualdade de gênero, e aponta como a interseccionalidade é fundamental para ampliar o entendimento sobre as diversas variáveis de diferenciação existentes em uma sociedade marcada pela colonialidade

Fonte: Machado, Costa e Dutra (2018).

A divisão realizada em ondas feministas desassocia a existência de iniciativas do feminismo negro desde o início da formação do movimento, na primeira onda, assim como só teremos publicizações mais consistentes do feminismo interseccional e decolonial na terceira onda, e isso não quer dizer que já não se tinha iniciativas e articulações em curso. É importante compreendermos que existem práticas que são anteriores à formação de uma terminologia e, nesse sentido, é preciso que seja visibilizada a existência de ações e discursos, como podemos observar na denúncia feita por Sojourner Truth<sup>11</sup>, já em 1852, ao perguntar se também ela não era uma mulher.

O breve resumo do retrospecto das ondas feministas nos mostra a distância das realidades de mulheres brancas e negras de forma muito emblemática. Enquanto as mulheres brancas estavam lutando por direitos políticos e para poder fazer parte da esfera pública e econômica, as mulheres negras estavam lutando por sobrevivência e pelo fim do processo de escravização. Sobre a ausência da atuação das mulheres negras nas supostas ondas, Angela Figueiredo (2020, p. 4) destaca:

Testemunhamos o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Esse movimento tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como maré feminista negra, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra.

A centralidade da análise do feminismo interseccional e decolonial gira em torno da práxis das mulheres, ao defender a vida e o território, da materialidade do dia a dia e das opressões que são marcadas ancestralmente em seus corpos-memória, em seu sentir-pensar, que se inicia muito antes da movimentação pelo sufrágio ou pelo direito de adentrar o mercado de trabalho. Mesmo que as sujeitas não utilizem o termo feminismo para se localizar no espaço, suas ações estão em consonância direta com os princípios feministas e de (re)existências.

Nesse sentido, reafirmamos a capacidade da interseccionalidade ser um instrumento político analítico capaz de evidenciar o conjunto de opressões e desigualdades que incide no cotidiano das mulheres negras, assim como de potencializar suas cosmovisões e propomos o

---

<sup>11</sup> “E eu não sou uma mulher?”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

uso desta lente para compreender de forma mais abrangente as relações estabelecidas entre mulheres-homens e mulheres-mulheres no contexto da Agroecologia.

### 3.3 (Re)conhecendo (re)existências

Espinosa-Miñoso e Nadia Ziroldo (2022) fazem uma crítica à insistência da razão feminista em manter gênero como eixo fundante em suas análises e teorias. Esse posicionamento dificulta a superação da noção universalizante da categoria mulher, pois mesmo após a elaboração de críticas fundamentadas sobre essa lente única, a realidade pouco mudou. Reafirmam a interseccionalidade como a abordagem capaz de promover efetivamente a superação das diversas opressões, chamam a atenção, principalmente, para a dificuldade de aprofundamento e o uso superficial desta essencial perspectiva, e dizem:

Estou convencida de que a impossibilidade de superar esses problemas se deve também aos próprios limites de onde surgem estas revisões críticas. Em minha experiência, esses limites têm a ver, em alguns casos, com as condições materiais a partir das quais essas críticas são feitas: os interesses que são defendidos de acordo com as posições que ocupam aqueles que elaboram essas teorias na matriz de poder. Em outros casos, todavia, acredito que se deva a problemas conceituais, falta de maturidade e necessidade de continuar se aprofundando no caminho percorrido (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 427).

Espinosa-Miñoso e Nadia Ziroldo (2022) utilizam a terminologia co-constitutiva para nomear a interseccionalidade, assim como María Lugones, e ressalta a co-constitutividade existente entre raça, gênero e sexualidade. Destacam a importância das influências das teorias feministas antirracistas norte-americanas para países da América Latina e associam seu advento anterior à própria composição do racismo estatal em cada país, como expressam:

A existência de um modelo de segregação racial como o americano permitiu o surgimento precoce – dentro da temporalidade marcada pela configuração dos Estados-nação pela colonialidade – de uma consciência de “opressão racial” nos Estados Unidos. Ao contrário, nos países da América Latina, uma espécie de racismo “assimilacionista”, derivado da estratégia e ideologia da miscigenação, impediria ou retardaria o surgimento de uma identidade racial e de uma política dela derivada (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 428).

Nos Estados Unidos essa reação vem desde a década de 70, com a articulação entre o movimento feminista e o movimento negro, que contribuiu fundamentalmente para originar

de forma organizada um feminismo antirracista contemporâneo: “É a partir da experiência de ativismo nesses dois movimentos e da militância marxista que emergiram as vozes das feministas negras e de cor nos Estados Unidos” (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 428).

Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar. De um modo geral, tomando-se a literatura referente à “situação racial” brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou a subestimar o preconceito aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como se apresenta este em seu país, não o conseguem “ver”, na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos. A tendência do intelectual brasileiro – geralmente branco – a negar ou subestimar o preconceito, tal como ocorre no Brasil, e a incapacidade do observador norte-americano em percebê-lo estão em contradição com a impressão generalizada da própria população de cor do país [...]. Na falta de expressões mais adequadas, o preconceito, tal como se apresenta no Brasil, foi designado por preconceito de marca, reservando-se para a modalidade em que aparece nos Estados Unidos a designação de preconceito de origem (NOGUEIRA, 2007, p. 291).

Diferentemente, em outros países da América Latina a forma como o racismo foi sendo manipulado e assimilado influenciou drasticamente a ocorrência de estratégias de ação, impactando o nível de compreensão e conscientização para reação a essa conjuntura de opressão racista e sexista. Espinoza-Miñoso e Nadia Zirollo (2022) explicitam porque a luta antirracista não avançou da mesma forma em todos os países que experienciaram a escravização e porque o posicionamento dos movimentos feministas hegemônicos se mantém sem ampliação das lentes. Para as autoras, a explicação está no que elas denominaram de racismo de gênero, ou seja, na

[...] impossibilidade da grande teoria feminista de abandonar seu olhar universalista e avançar em uma explicação complexa da trama da opressão, a meu ver, está relacionada com, por um lado, a relutância em abandonar os velhos marcos interpretativos hegemônicos sobre os quais se sustentam a teorização e a prática feministas. Essa relutância se sustenta no que chamarei de “racismo de gênero”. Em outras palavras, uma impossibilidade da teoria feminista de reconhecer seu lugar privilegiado de enunciação dentro da matriz moderno-colonial de gênero, impossibilidade que decorre de sua negação em questionar e abandonar esse lugar à custa de “sacrificar”, tornando invisível diligentemente, o ponto de vista das “mulheres” situadas

em uma escala menos privilegiada, ou seja, as racializadas empobrecidas, dentro de uma ordem heterossexual (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 430).

Além dessa dificuldade das feministas clássicas, de olhar a partir de um lugar de perspectiva para as vivências das mulheres impactadas pela racialização, as autoras também associam a forma como esses processos são assimilados a partir das influências introjetadas pelo Ocidente, como foi aprendido, de separação, hierarquização, valorização e fragmentação dos fenômenos e teorias sociais, sem necessariamente pensar a partir de uma interconexão simultânea dos eventos. Esses dois fatores acabam comprometendo o avanço sobre o caráter universalista que permanece sobre as análises, impedindo que o conjunto de opressões não seja compreendido em suas múltiplas incidências simultâneas, sobre quem incide e como isso acontece, sem que haja necessariamente uma hierarquização, “Esse limite opera em níveis tão profundos que continua atuando mesmo dentro de estruturas analíticas que buscam superá-lo” (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 430).

As autoras destacam que a preocupação principal é corporificar a práxis, para que se torne uma ação efetiva e de transformação. Afirmam que as mulheres negras da América Latina beberam da fonte das mulheres negras estadunidenses, sobretudo por elas terem conseguido mobilizar o debate sobre raça, em um tempo anterior ao nosso, para explicar as bases estruturantes do capitalismo e apontar como os efeitos desse sistema afetam de forma mais profunda um conjunto de mulheres que a teoria feminista eurocêntrica até hoje não conseguiu alcançar. Elas insistem ainda que, embora a teoria racial crítica tenha aberto caminhos sobre esses questionamentos, os movimentos feministas hegemônicos não se comprometeram em superar e ultrapassar as bases do pensamento ocidental, assim como também “camuflam” o enfrentamento e a denúncia, tanto do universalismo e do essencialismo quanto da produção de classe e raça. Isso é um problema que permanece até os dias atuais e que requer uma ampliação radical sobre argumentos teóricos e metodológicos que nos ajudaram até aqui, pois como argumentam as autoras:

Se trata de uma tarefa de reconstrução epistemológica de tudo o que argumentamos até agora para explicar o porquê e o como da opressão. Este trabalho, estou mais do que convencida, torna-se, em si mesmo, um programa libertador, se assim o podemos chamar, na medida em que exige um comprometimento amplo que invoca e nos envolve a todas que estamos dispostas, questionando assim a clássica divisão entre o mundo do pensamento e o da experiência. Esse processo desnaturaliza, em um gesto profundamente descolonizador, a apropriação por parte de uma pequena elite adestrada nos padrões modernos ocidentais de construção do conhecimento a

capacidade de produzir saberes sobre nós mesmos e o mundo em que habitamos (ESPINOSA-MIÑOSO; ZIROLDO, 2022, p. 431).

Este pensamento sobre não existir uma separação entre teoria e prática e que essa sincronicidade nos ajuda a construir conhecimentos e formas de (re)existir no mundo, a partir de quem somos, de onde estamos e dos lugares que ocupamos no mundo enquanto sujeitas, diz muito do pensamento intelectual das feministas negras e de cor que romperam com a suposta singularidade da experiência das mulheres. Esse universalismo impediu por muito tempo que as diferenciações e as opressões enfrentadas pelas mulheres negras, a partir da imposição de uma matriz de dominação, fossem tratadas como existentes e reais.

A perspectiva feminista interseccional e a Agroecologia têm em comum a busca pelo bem-viver e pela justiça social, além de se constituírem como posicionamentos políticos contra hegemônicos. Pensamos, ainda, ser necessária a incorporação da Teoria Decolonial, pois cada um desses campos articula teorias, ações, sujeitas/os e movimentos com o propósito de operar na viabilização de um novo projeto de sociedade, onde as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas, não para separar ou hierarquizar, mas para que se possa caminhar na direção de uma sociedade com igualdades de direitos e oportunidades para todas/os.

No próximo capítulo, apresentaremos conceitos importantes, como a noção de raça articulada à abordagem decolonial. Para melhor entendimento sobre a inserção de olhares sobre o debate racial, serão apontadas diferenciações entre os estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais. Contextualizaremos como a modernidade/colonialidade impactou a agricultura no Brasil, como a questão racial direcionou esse contexto e como a Agroecologia foi se configurando com uma possibilidade de enfrentamento a essa realidade.

## 4 DECOLONIALIDADE E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS NA BUSCA PELO BEM-VIVER

*[...] Você pode atirar em mim com suas palavras,  
 Você pode me cortar com seus olhos,  
 Você pode me matar com seu ódio,  
 Mas ainda assim, como o ar, eu me ergo.  
 Minha sensualidade incomoda você?  
 É uma surpresa  
 Que eu dance como se tivesse diamantes  
 Por entre minhas coxas?  
 Fora das cabanas da vergonha da história  
 Eu me ergo  
 Acima de um passado enraizado na dor  
 Eu me ergo  
 Eu sou um oceano negro, vasto e revolto,  
 Brotando e expandindo eu alimento a maré.*

Maya Angelou

Retomamos brevemente a formação histórica brasileira do período de escravização de negras/os sequestradas/os dos países africanos e trazidas/os para cá, onde o conceito de raça tem uma grande importância para as análises realizadas. Discutir a raça como parte relevante da constituição da Agroecologia significa reconhecer as bases onde o Brasil foi forjado em todas as suas dimensões, principalmente na agricultura. A Teoria Decolonial toma essa categoria como eixo central em qualquer análise social, sobretudo nos países latino-americanos, particularmente no Brasil. Neste capítulo essas noções serão tratadas de forma mais detalhada para promover uma melhor compreensão sobre elas.

### 4.1 Situando o debate sobre raça no Brasil

O acesso e as condições de participações em feiras, quanto mais no sul e sudoeste, estão as pessoas que ganharam o privilégio de ser transportado da Europa pra cá com todas as condições pra trabalhar aqui, de ter terras boas e com todas as condições para se desenvolver, porque a falsa abolição da escravidão disse isso, né? A gente dá para os iguais, mas não dá para os diferentes, que eram os povos indígenas e negros, né? Mas foram buscar os povos iguais na Europa para que pudessem ocupar esses espaços, né isso? Portugueses, franceses, alemães, italianos, suecos e outros... Nós, aqui no Brasil, temos as grandes colônias quando vai se adentrando no sul do país. E é uma outra condição, um outro povo, e é um outro Brasil, uma outra região, um outro jeito de cultivar, com máquinas, com condições maravilhosas que nós aqui nordestinos, especialmente, gostaríamos ter, e lógico que merecemos. Entendesse? Mas é diferente, porque as condições dadas são outras. Eu sou assentada da reforma agrária, lutei 9 anos, eu e mais 300 famílias sofremos aquilo, o pão que o diabo amassou e não quis comer, a gente foi obrigada a comer pra hoje ter terra pra trabalhar e pra viver,

entendeu? O diferente, então, isso, essas questões influenciam, sim, nas relações de acessibilidade, de tudo, das condições, da sociabilidade, do processo agroecológico, lógico! Com outro jeito de formar conhecimento, lógico! Hoje é importante nós do Norte e do Nordeste darmos respostas a esses lugares, e estamos dando. Isso é importante (Jurema, 61 anos).

Com base nesse depoimento de Jurema, percebemos que o passado está mais do que presente na vida da população negra, com novas roupagens e multifacetado e, mais do que isso, legitimado pelo capitalismo, ancorado na branquitude.

A configuração econômica do Brasil foi predominantemente rural e teve como bases a cultura indígena e de populações dos países africanos. Esses dois povos foram vítimas de um processo de desvinculação de identidades e pertencimentos, associado ao silenciamento e ao apagamento de suas culturas. Destarte,

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua reumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo (MOURA, 1983, p. 124).

Clóvis Moura (1983, p. 124) defende o branco senhor de escravos era “o homem sem devir porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado”, tendo em vista que não conseguia reconhecer o outro como um ser dotado de humanidade.

Diferentemente de outros países da América do Sul e até dos Estados Unidos, o Brasil superou, em quantidade e continuidade, a importação e exploração dos escravizados. O escravismo no Brasil se prolongou por quase 400 anos, sendo um dos últimos países a abolir esse modo de produção, da forma como era praticado. A sociedade escravista aqui alcançou um nível de estruturação e desenvolvimento graças aos altos contingentes populacionais que vinham dos países Africanos de forma contínua, durante todo esse período. Dada essa manutenção, garantia-se a substituição dos escravizados mortos ou inutilizados por outro, sem que isso impactasse o custo das mercadorias por eles produzidas. “Negros e negras escravizados no Brasil viviam em média sete anos e, ao falecerem, eram automaticamente substituídos, sem prejuízos a produção econômica” (MELO, 2010, p. 34).

A atividade açucareira foi a principal atividade produtiva na sociedade colonial brasileira, que se espelhava nos moldes da sociedade portuguesa, caracterizada pelo patriarcalismo e aristocracismo, e tendo a mão de obra escrava como eixo central desse processo. A grande propriedade açucareira conformou e direcionou a vida de uma população



inteira, constituindo-se em uma sociedade de senhores, ligados à metrópole, e escravizados, maioria da população da colônia. O escravismo originou as duas classes fundamentais ligadas diretamente a esse modo de produção, de um lado os senhores de escravos e de outro lado a classe dos escravizados, produzindo a contradição essencial que determinava o nível dos conflitos (MOURA, 1993).

O colonizador patriarcal não tinha nenhum interesse em modificar essa estrutura, inviabilizando qualquer tentativa de modernização do setor produtivo, como também da própria sociedade, estabelecida em função dessa economia baseada em latifúndios e relações sociais exploratórias e de dominação: “O escravismo criava os seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social” (MOURA, 2019, p. 264). Sobre essa conjuntura, Moura (1983, p. 132) reafirma:

Quando insistimos no escravismo como fase decisória na formação do ethos do brasileiro, não subestimamos outros elementos que entraram na sua composição e participaram do seu dinamismo cultural, social, econômico e político. Desejamos, no entanto, insistir no fato de que o escravismo atuou como elemento de entrave no desenvolvimento interno do Brasil, foi a instituição que permitiu que a economia de tipo colonial pudesse chegar aos níveis de exploração a que chegou, descapitalizando permanentemente aqueles setores que poderiam compor uma economia de consumo interno, em favor de uma economia de exportação.

As formas possíveis para um desenvolvimento salutar foram lançadas à sorte, ou melhor dizendo, nas mãos dos colonizadores, que sequer pensavam em ter que abandonar os caprichos e a exploração desumana sobre aquela população, a qual foi sugada até o último nível de exploração. E quando essa situação se tornou insuportável, foram obrigados a forjar relações que se adequassem e servissem aos padrões da modernidade/colonialidade.

Zelma Madeira e Daiane Gomes (2018, p. 465) acrescentam ainda que:

Destarte, as relações étnico-raciais no Brasil foram historicamente silenciadas, ou instalara-se um verdadeiro mal-estar, posto que o grupo dominante não desejava abrir mão de seus históricos privilégios e lugares sociais. A saída foi ou o silenciamento ou o discurso que retira do campo do conflito e das contradições, em nome de uma harmonia legitimada pelo processo de miscigenação e da democracia racial, a qual afirma que negros e negras usufruíram de oportunidades e integraram-se à cultura e à comunidade nacional. Abordagens como essas camuflam uma realidade marcada por tensionamentos e racismo. A ideia da democracia racial, propagada como poderoso mito, funcionava como instrumento ideológico de controle social, acabando por legitimar a estrutura, que vigora até os dias atuais, de desigualdade, discriminação e opressões raciais, que tendem a serem explicadas dentro do âmbito pessoal.

No Brasil, a miscigenação é um assunto polêmico desde o início. Uma nação resultante de raças mistas e heterogêneas não condizia com os ideais de progresso e desenvolvimento, vistos de certa forma como um sinal de decadência e enfraquecimento por muitos intelectuais brasileiros. Essa tendência é influenciada principalmente pelas críticas externas de intelectuais estrangeiros, que apontam o Brasil como um país de aberrações. Raça, em determinado momento, passou a ser um conceito passível de negociação e o Brasil chegou a ser comparado a um grande laboratório racial. Cientistas buscaram explicações na teoria evolucionista para justificar as diferenças entre os seres humanos, analisando as discrepâncias provenientes da miscigenação, comparada a uma fraqueza biológica e como fator de degeneração.

A definição de “raça” como um conceito biológico — ou pelo menos como uma noção sobre diferenças biológicas, objetivas (fenótipos), entre seres humanos — escondia tanto o caráter racista das distinções de cor, quanto o seu caráter construído, social e cultural. Se a noção de “raça” referia-se a diferenças biológicas hereditárias precisas, então, segundo esse modo de pensar, a “cor” não podia ser considerada uma noção racista, dado que não teria uma remissão hereditária única e inconfundível, seria apenas um fato concreto e objetivo. Poder-se-ia rejeitar a noção biológica de “raça” e ainda assim reconhecer diferenças objetivas de “cor”. Em terceiro lugar, o realismo ontológico das ciências sociais buscava o conhecimento de essências e a formulação de explicações causais, negligenciando a tessitura discursiva e metafórica que escondia o racismo sob uma linguagem de status e de classe. Desse modo, a simetria entre o discurso classista e racial no Brasil, quando percebida, foi falsamente tomada como prova da insignificância das “raças” (GUIMARÃES, 1995, p. 28).

Juristas defendiam a elaboração de um código unificado que justificasse a hierarquia social. De acordo com as condições reais da composição da sociedade brasileira, os estudiosos passaram a buscar uma saída para a situação enfrentada pelo Brasil, precisavam evitar que “seres inferiores e selvagens” perpetuassem suas espécies na nação que se formava.

“Embranquecimento” passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer implicitamente a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. “Embranquecimento” e “democracia racial” são, pois, conceitos de um novo discurso racista. O núcleo racista desses conceitos reside na ideia, às vezes totalmente implícita, de que foram três as “raças” fundadoras da nacionalidade, as quais aportaram diferentes contribuições, segundo os seus potenciais culturais qualitativamente diferentes. A cor das pessoas assim como seus costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas “raças” (GUIMARÃES, 1995, p. 39).

A perfeição e a superioridade eram características do “sangue branco”. “No Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca” (SCHWARCZ, 2011, p. 88) e, nesse sentido:

Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica refletir sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. Ou melhor dizendo, procurou nessas teorias justificativas para expulsar a parte gangrenada da população, sem deixar de garantir que o futuro seria branco e ocidental [...]. Se a questão racial foi operante na medida que apontava para determinadas compreensões da sociedade, impediu ou relativizou a realização de outros debates. Ao mesmo tempo que uma visão determinista gerou o fortalecimento de uma interpretação racial para a formação da nação, em contraposição levou a um esvaziamento do debate sobre a cidadania e sobre a participação do indivíduo (SCHWARCZ, 1994, p. 147).

Autores importantes da literatura brasileira ensejaram uma perspectiva sobre a miscigenação, atribuindo um grande caráter negativo a essa noção, associada ao exotismo, à animalização, à sexualização e à adaptabilização. São exemplos carregados de estereótipos, justificados biológica e culturalmente, que contribuíram para que a questão racial fosse colocada embaixo do tapete e reforçando a condição de subjugação e inferioridade dos povos indígenas e africanos.

A abertura para a chegada de imigrantes brancos ao Brasil substituiu a ideia da falência do cruzamento entre raças pela possibilidade de uma sociedade novinha em folha, embranquecida.

É assim que o processo de abolição brasileiro carregava consigo algumas singularidades. Em primeiro lugar, uma crença enraizada de que o futuro levaria à uma nação branca. Em segundo, o alívio frente à uma libertação que se fez sem conflitos e sobretudo que evitou distinções legais baseadas na raça. Diferente do que ocorrera em outros países, em que o final da escravidão desencadeara um processo acirrado de lutas internas, no Brasil a abolição, representada como uma dádiva, gerou uma certa resignação. Além disso, ao invés do estabelecimento de ideologias raciais oficiais, da criação de categorias de segregação, como o apartheid na África do Sul ou a Jim Crow nos Estados Unidos, nesse contexto projetou-se no Brasil a imagem de certa harmonia racial, corolário lógico da representação de uma escravidão benigna (SCHWARCZ, 2011, p. 89-90).

Apenas com o final da escravidão formal as teorias raciais começam a ganhar espaço no Brasil e nesse processo as desigualdades sociais passam a ser vistas de forma naturalizada e justificadas através das diferenças biológicas. Os indivíduos passam a ser classificados e

hierarquizados enquanto grupos, onde o fenótipo e o estereotipo é o que define. Nogueira (2006) nos ajuda a compreender esse fenômeno, situando e diferenciando preconceito de marca e preconceito de origem:

Entre o preconceito racial de marca e o preconceito racial de origem, podem ser apontadas as seguintes diferenças: o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador onde o preconceito é de marca, serve de critério o fenótipo ou aparência racial; onde é de origem, presume-se que o mestiço, seja qual for sua aparência e qualquer que seja a proporção de ascendência do grupo discriminador ou do grupo discriminado, que se possa invocar, tenha as “potencialidades hereditárias” deste último grupo e, portanto, a ele se filie, “racialmente”. Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem (NOGUEIRA, 2006, p. 293).

O objetivismo deslocou as análises em torno dos indivíduos, para dar espaço às teorias de grupos, anulando, sobretudo, o exercício de cidadania dessas/es sujeitas/os:

Dessa maneira, frente a promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a comprovação científica da desigualdade biológica entre os homens [...]. No Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca [...]. Introduziu-se no Brasil um modelo original que ao invés de apostar na falência do cruzamento, descobriu nele as possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção, também evidente, de “tornar o país mais claro” (SCHWARCZ, 2011, p. 87-89).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão formal em todo o mundo, e ao realizá-la, as/os ex-escravizadas/os foram lançadas/os à própria sorte. Ficaram desamparadas/os jurídica, econômica e socialmente, em uma arquitetura onde o colonizador (re)surge como um grande e gentil salvador. Essa população se viu sem nenhuma expectativa básica de sobrevivência, o que conduziu a instituição de novas relações junto aos “antigos” escravizadores, que fizeram o “grande favor” de aceitar essa grande massa como mão de obra

trabalhadora e devedora de gratidão.

Essa situação instalada no país conduziu a um contexto pós-abolição que forjou um cenário positivo sobre a escravidão, com ausência de conflitos ou ações que resultassem em diferenciação ou separação racial. Dessa forma:

No processo de construção do estado nacional, o Brasil representava, desde então, um caso interessante na medida em que praticamente nenhum conflito étnico ou regional manifestara-se ou ganhara visibilidade e qualquer dominação racial oficial fora erigida depois da abolição. Além disso, após 1888, a inexistência de categorias explícitas de dominação racial incentivavam ainda mais o investimento na imagem de um “paraíso racial” e a recriação de uma história onde a miscigenação aparecia associada a uma herança portuguesa particular e à sua suposta tolerância racial, manifesta em um modelo escravocrata mais brando, ao mesmo tempo que mais promíscuo. Interessante é pensar, portanto, como essas concepções mais alentadoras começavam a circular já em finais do século XIX. Por sinal, é só tomando-se consciência delas que se compreende a ampla aceitação e penetração de tal modelo, anos depois. Da escravidão adocicada à uma representação da democracia racial havia um caminho perceptível (SCHWARCZ, 2011, p. 91).

A ideia de democracia racial criada causou vários entraves sobre a questão racial no Brasil. Quando em um período anterior o branqueamento parecia ser a única solução para salvar o Brasil das mazelas da mistura de raças, o mestiço se tornou uma figura apreciada:

Ao lado de uma visão mais detratora da mestiçagem, uma narrativa romântica, que falava de senhores severos, mas paternais, e escravos submissos e serviçais, encontrou terreno fértil ao lado de um novo argumento que afirmava ser a miscigenação alargada existente no território brasileiro um impeditivo para as classificações muito rígidas a apenas bipolares: negros de um lado; brancos de outro [...] pareciam simbolizar uma espécie de “boa escravidão”, que mais servia para se contrapor à realidade norte-americana [...]. O conflito passa para o terreno do “não-dito” e fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário ele se modifica, nos anos trinta, em matéria para exaltação (SCHWARCZ, 2011, p. 91).

A mestiçagem ganhou ares de valorização cultural e deixou de ser vista como uma ameaça de caráter biológico, pois o futuro seria branco, mas era necessário recontar a história do Brasil de forma que, no fim das contas, as diferenças ficassem no passado, onde poderíamos nos honrar de tudo que tinha sido criado até ali. A mistura de raças ganha um tom poético e de representação de uma identidade nacional, que vai pouco a pouco abasileirando os costumes e tradições, embora com o olhar sempre no particularismo europeu.

De acordo com Lilia Schwarcz (2011), em *Casa Grande e Senzala*, Freyre vai afirmar

que a mestiçagem é uma herança generalizada de toda a sociedade brasileira, sobretudo configurando-se como um traço cultural digno e cheio de originalidade. E assim, em suas outras obras o escritor foi acrescentando mais elementos que ele atribuiu a um novo mundo que surgia nos trópicos, marcados pela “peculiaridade da mestiçagem, a tropicalização, a adaptabilidade do brasileiro, e a influência da esfera privada” (SCHWARCZ, 2011, p. 98). A autora ressalta que Freyre, em suas análises, concluiu que o povo brasileiro é o resultado intermediário entre povos portugueses e povos africanos e que a interação sexual entre eles foi decisiva para a formação do Brasil. Todas essas análises são feitas como se um processo natural relacional e consensual tivesse existido entre os povos, sem que necessariamente tivessem havido dominados e dominadores, positivando e substituindo as truculências características da escravidão, através das noções de mestiçagem, assimilação e adaptação, relativizando toda a nefasta experiência da escravidão.

A questão não é a existência do mestiço, mas o lugar que em um determinado momento ele passa a ocupar na sociedade colonial. Ao contrário do Brasil, onde o mestiço era reconhecido e podia ocupar lugar na hierarquia social do sistema, em outros lugares desenvolveram-se sistemas de rejeição e de negação da filiação. No Brasil, os mulatos do sexo masculino passaram a ter um lugar de certo privilégio e as mulheres classificadas como mulatas foram objetificadas.

A partir das experiências da América Latina, sobretudo a brasileira, o grupo modernidade/colonialidade propõe outras performances para as análises, buscando sistematizar conceitos e categorias interpretativas, tomando o pensamento negro como fundador desse processo de reação ao imperialismo. A colonialidade do poder deflagra raça e racismo como os princípios organizadores da acumulação de capital e das relações de poder do sistema-mundo (BERNADINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

A Teoria Decolonial pode contribuir para repensar os processos políticos constitutivos da Agroecologia, principalmente para que se efetive realmente como projeto social de promoção do bem-viver e de justiça social na práxis. Para que se possa compreender quais são os principais eixos que estruturam a Teoria Decolonial, é importante se que faça uma diferenciação em linhas gerais entre teorias que têm características em comum, a partir da exposição do que vem a ser pós-colonial, descolonial e decolonial. Além disso, também é preciso apresentar as/os principais autoras/es que elaboram esse pensamento.

## 4.2 O pós-des-de da colonialidade

Inicialmente, é importante afirmar as contribuições do movimento pós-colonial, orquestrado pelos estudos literários e culturais nos EUA e na Inglaterra e pelo grupo Sul Asiático Estudos Subalternos, tendo como pensadora emblemática Gayatri Chakrabarty Spivak, autora do trabalho que se tornou referência do pós-colonialismo: *Pode o Subalterno falar?* Este grupo Sul Asiático inspirou a constituição de outro grupo, o Latino-Americano dos estudos subalternos. Entretanto, essa formação sofreu duras críticas por parte de autoras/es que o integravam, mas que não concordavam com a simples tradução da experiência indiana para analisar a situação da América Latina. Mignolo, um desses autores, reivindicava uma categorização crítica do ocidentalismo que tivesse *locus* na América Latina. Ele considerou a existência do imperialismo nos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, que não romperam com autores eurocêntricos (BALLESTRIN, 2013).

Luciana Ballestrin (2013, p. 96) enfatiza que, para Mignolo:

O grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas.

Por conta das divergências de concepções, o grupo *latino-americano* de estudos subalternos teve sua separação em 1998, coincidindo com o período de iniciação do grupo modernidade/colonialidade. Sobre esse rompimento, Luciana Ballestrin (2013) informa que um dos teóricos que integravam o grupo, Grosfoguel, atribuiu essa ruptura à manutenção da episteme – dos estudos regionais estadunidenses e dos estudos subalternos indianos – centrada no Norte.

Os estudos decoloniais surgem dessa urgência em descolonizar as epistemologias e os cânones ocidentais. É importante destacar as diferenças entre os estudos que demarcam objetivos e propósitos diferentes, como o decolonial e o descolonial, que na escrita apresenta a variação do “s” (des- e de-). O grupo da colonialidade do poder faz uma ruptura com a pesquisa descolonial, que toma emblematicamente a independência da Índia como importante para sua reflexão e se associa aos estudos pós-coloniais, enquanto a decolonialidade considera a América Latina (GROSFOGUEL, 2019).

Os estudos decoloniais pretendem a instauração de um paradigma interpretativo oriundo da América Latina, onde a raça tem um papel central no processo de colonização e de desenvolvimento do capitalismo. Para essa perspectiva, o racismo é fundante da própria descoberta da América Latina e da própria colonização. Entre o descolonial e o decolonial não há só a disputa de narrativas em torno do “s”, mas sim dizer qual o papel que a raça ocupa nessas teorias. Para a decolonialidade, a raça e o racismo ocupam um papel não periférico. Nesse sentido, independência sem descolonização é o mesmo que dizer que as estruturas permaneceram as mesmas, inclusive as raciais. A raça é fundante. Raça e racismo são a espinha dorsal da Teoria Decolonial pra pensar o desenvolvimento do capitalismo, a estrutura do mercado de trabalho, ou seja, o papel que a raça desempenha na compreensão do capitalismo e de suas diferentes formas de exploração (FIGUEIREDO, 2020).

A Teoria Decolonial, sobretudo a corrente de autores preocupados com as especificidades presentes na conformação da América Latina e associados às ideias de Franz Fanon, considera o giro decolonial para pensar a raça e o racismo como parte importante na análise sobre os impactos do capitalismo e da modernidade e para refletir como se estruturam as desigualdades raciais no Brasil desde o período colonial (BALLESTRIN, 2013; FIGUEIREDO, 2020).

#### **4.3 Teoria Decolonial e possíveis contribuições para a (re)configuração do conhecimento agroecológico**

O marxismo e o feminismo hegemônicos têm como base principal a classe, onde o movimento feminista inclui o gênero. Para essas correntes de pensamento, um projeto de sociedade se baseia, sobretudo, na superação das desigualdades de classe e de gênero, respectivamente. Do ponto de vista eurocêntrico, a raça, a sexualidade, as nacionalidades e outros marcadores sociais de diferença não são considerados necessariamente como demarcadores de desigualdades que influenciam diretamente a vida das pessoas que sofrem com o processo de racialização e acabam assumindo um pano de fundo, de menor importância (MOREIRA, 2007; BUENO; ANJOS, 2021). Essa desqualificação também se reflete na produção do conhecimento, quando os saberes das populações dos países considerados de terceiro mundo são acionados.

O conhecimento é um dos elementos centrais nos estudos decoloniais. O saber colonizado tem raízes históricas no período colonial, alicerçando a colonialidade do poder, do saber e do ser até os dias atuais. De acordo com Aníbal Quijano (2005), o conceito de raça



surge para classificar e hierarquizar a população do mundo. Esta se constitui como a marca preponderante da colonialidade do poder, que afetou significativamente as subjetividades e consequentemente as existências, situando, a partir dos traços biológicos, uns em posição de inferioridade em relação a outros, de forma “natural”. Quijano (2005, p. 117) ressalta:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial.

Seguindo essa classificação sustentada pelo processo de dominação, surgiram novas identidades como negras/os, indígenas, mestiças/os, onde os colonizadores passam a se autoidentificar como brancas/os, categoria considerada superior e revestida de qualidades, positivamente e poder. Dessa forma:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005, p. 118).

Como povo explorado e condenado à inferioridade, aos negros era destinado o trabalho não pago ou não remunerado, enquanto que para os brancos estava reservado, como privilégio exclusivo, o trabalho assalariado. As/os negras/os não eram dignas/os de receberem salários, pois eram destituídas/os de história e existências, e sem humanidade (QUIJANO, 2005). E não à toa:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos

e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2018, p. 121).

Como parte deste propósito de universalização global europeia, sucederam vários tipos de violação contra as populações colonizadas, desde o encobrimento de suas culturas, o silenciamento de suas epistemes e também a tentativa de apagamento de suas existências no mundo, impondo a substituição da cultura do colonizado pela eurocêntrica, com efeito sobre os aspectos necessários à manutenção do processo de dominação. A colonização serviu como meio e fim para afirmar a hegemonia eurocêntrica, a ser seguida como modelo para todo o resto mundo, como modo de produção de subjetividades, culturas e conhecimentos, possibilitando que este padrão de poder servisse à consolidação do capitalismo como sistema global. Sobre essa imposição e a padronização mundial ocidental, Quijano (2018) afirma que como resultado tem-se:

As relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a modernidade (QUIJANO, 2018, p. 85).

Neste contexto da modernidade foram instituídas, além da colonialidade do poder, outras colonialidades, do saber e do ser, todas servindo ao mesmo propósito de dominação e exploração. Enquanto que a colonialidade do poder se estrutura a partir das formas modernas coloniais de exploração e dominação, a colonialidade do saber incide na formulação das epistemologias com base na produção do conhecimento instituída pelo Ocidente, ou seja, na hegemonização das formas de saber europeias e a colonialidade do ser impacta diretamente na cultura e na existência dos povos colonizados, considerados como inferiores (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2018).

Tomando como base Descartes – “Penso, logo existo” –, Nelson Maldonado-Torres (2007) contextualiza que a chave do “(eu) penso” justifica que “outros não pensam” ou o que pensam não tem valor científico. O autor aponta que a partir do pensamento de Descartes é estabelecida uma divisão entre quem tem legitimidade para produzir conhecimentos e quem não tem. Se, por um lado, um pensa e o outro não, logo podemos considerar que, se não

pensa, também não existe. Desse modo, podemos observar uma relação direta entre conhecimento e existência. Essas constatações contribuíram para estruturar as bases fundamentais para a elaboração do enfrentamento a este modelo hegemônico, a partir de uma Teoria Decolonial:

A colonialidade do poder estruturou uma divisão em que os sujeitos coloniais, salvo raras exceções, têm posições específicas no mercado de trabalho, nas estruturas de poder e, praticamente não participam da produção do conhecimento; o projeto decolonial, por outro lado, busca superar esta estrutura de poder por meio da decolonialidade do poder, do ser e do saber (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 505).

O modo de fazer ciência imposto pelo Ocidente deu origem ao universalismo abstrato. Esse particularismo disfarçado de universal induziu as pessoas a não reconhecerem sua cultura e nem a si próprias. Em contrapartida, o projeto decolonial se coloca como portador de vozes e lugares e questiona a ideia do conhecimento supostamente neutro e deslocado, afirmando a existência como um ato de qualificação epistêmica.

O chamado universalismo abstrato é um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica. Ao contrário desse conhecimento desincorporado e sem localização geopolítica, o projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia para desarmar essa “bomba cultural” da qual nos fala Wa Thiong’o. Trata-se aqui de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 13).

Enquanto que o universalismo abstrato se apoia na ideia de um particularismo hegemônico, o universalismo concreto pressupõe a existência de partes que se relacionam formando o todo, compreendendo que cada parte se posiciona na produção do conhecimento a partir de um lugar particular nas relações de poder.

O universalismo concreto dialoga com as propostas da transmodernidade, reafirmando a necessidade de visibilizar e referenciar os conhecimentos silenciados e apagados pela colonialidade, incorporando a raça e o racismo, como já foi abordado, como parte importante para compreender a constituição das desigualdades sociais de raça na América Latina, sobretudo no Brasil. De acordo com o pensamento de Enrique Dussel (2016, p. 63):

“Transmodernidade” indica todos os aspectos que se situam “além” (e também, cronologicamente, “anteriores”) das estruturas valorizadas pela

cultura euro-americana moderna, e que atualmente estão em vigor nas grandes culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal. O diálogo intercultural deve ser transversal - “Transversal” indica aqui que o movimento se dá a partir da periferia para a periferia. Do movimento feminista às lutas antirraciais e anticoloniais, as “diferenças” dialogam a partir de suas várias negatividades, distintas, sem necessidade de atravessar o “centro” da hegemonia. Frequentemente, as grandes cidades têm grandes serviços subterrâneos que vão dos bairros dos subúrbios para o centro; mas faltam conexões entre os subcentros suburbanos. Por analogia, acontece exatamente o mesmo com o diálogo intercultural.

Esse diálogo intercultural se configura como uma maior articulação entre as culturas tidas como periféricas, deslocadas do centro (Europa). A transmodernidade associada à pluriversalidade propõe uma reação decolonial a partir da diversidade epistêmica. Cada sujeito(a) pode falar a partir do seu lugar, em sincronia com outros saberes, também singulares, de forma situada e, nesse sentido,

A transmodernidade, a pluriversalidade, o universalismo concreto e o quilombismo podem ser encarados como projetos que dialogam entre si, que têm em comum, como condição basilar, a afirmação da existência e o conhecimento das tradições culturais e filosóficas que foram desprezadas pela modernidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 16).

A transmodernidade, vista como aversão a um pensamento único colonialista ou mentecídio (NASCIMENTO, 1980), voltada para anunciar as vozes de grupos e populações subalternizadas e silenciadas; o pluriversalismo como a reunião de culturas em busca de soluções coletivas e; o quilombismo, no sentido instituído por Abdias Nascimento (1980, p. 255), “como uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história”.

A transmodernidade, o pluriversalismo e o quilombismo apontam estratégias de enfrentamento à monocultura do pensamento, que impera um tipo único de saber, sentir, fazer, de caráter universal, disseminada pelo colonialismo. Esta perspectiva aponta a insurgência por parte dos grupos historicamente marginalizados, a partir da manifestação de seus conhecimentos e saberes, descartando a verdade ocidental, considerada única e universal.

O grupo colonialidade do poder vem desenvolvendo estudos e pesquisas a fim de transcender o paradigma das Ciências Sociais forjado pelo Ocidente, sistematizando bases epistemológicas a partir da diversidade de influências teóricas outras, até então não consideradas.

Parte significativa do arsenal teórico considerado canônico no desenvolvimento das Ciências Sociais tem ignorando reiteradamente que categorizações de nós e eles foram e são feitas por meio de dispositivos de poder que produzem diferenças e assimetrias entre sujeitos localizados nas relações como “nós” e “aqueles” (muitas vezes indesejados) “outros” (PADOVANI, 2017, p. 7).

Luciana Ballestrin (2013 *apud* GROSGOUEL, 2008) nos mostra que a colonialidade no campo político e econômico não se encerrou com o fim do colonialismo, ganhando novos contornos de dominação. A partir da colonialidade do poder, as populações periféricas continuam recebendo um tratamento colonial, mesmo que essa condição não seja oficializada. Há uma divisão internacional do trabalho articulada a uma hierarquia étnico-racial que sustenta o sistema-mundo moderno/colonial.

Quanto à descolonização e decolonialidade, é importante salientar que enquanto a descolonização teve efeitos pontuais promovidos por levantes, a decolonialidade “refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 36).

Nesse contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes-chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 28).

A decolonialidade evidencia um processo de disputa no tempo presente, que implica na reelaboração das formas comuns de pensar a subjetividade e a sociabilidade humana. A Teoria Decolonial tem como ponto de análise o senso comum ou as experiências vividas, em contrapartida às deduções científicas, perpassando pelos limites de tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, onde nos fornece elementos para compreender as implicações de ser colonizado e, acima de tudo, desenvolver estratégias conceituais para o enfrentamento a esse processo presente. Com o auxílio das teorias e práticas decoloniais é possível ter condições de reagir criticamente às teorias da modernidade, alicerçadas como pilares da ciência moderna, como evidenciam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17):

Podemos afirmar que o decolonial como rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas tem uma existência bastante recente. Todavia, isso responde de maneira muito parcial à nossa pergunta, uma vez que reduziria a decolonialidade a um projeto acadêmico. Para além disso, a decolonialidade consiste também numa prática de

oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492.

Comumente a decolonialidade é associada pela ótica moderna a uma abordagem que se preocupa em regressar ao passado e retroalimentar raízes culturais e sociais, pré-modernas, pois se refere diretamente à raça e ao racismo e, por consequência, tem origem na escravização do período colonial. Logo, tratar da decolonialidade significa visibilizar uma população que foi considerada como inferior, selvagem e destituída de alma e, portanto, não tinha nada a oferecer para a evolução da sociedade. Já a modernidade é associada ao progresso e às sociedades consideradas mais avançadas e desenvolvidas e, sobretudo, universais.

A decolonialidade, portanto, propõe um enfrentamento permanente às formas coloniais e o agenciamento do povo colonizado, com o intuito de superar os processos de racialização. Assim, concordamos com Maldonado-Torres (2007, p. 29):

A Teoria Decolonial, criticamente reflete sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização.

Nesse sentido, a Teoria Decolonial aponta a necessidade de se desenvolver um engajamento crítico com relação às teorias da modernidade, que por sua vez se estruturam nas formas lineares eurocêntricas de produção científica.

Contar a história evocando conquistas, descobertas e salvação foi o método utilizado pelos impérios ocidentais e os Estados-Nações para garantir e estabelecer relações de confiança e, por outro lado, validar sua institucionalidade e representatividade frente às suas populações. “O herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador – o índio colonizado, o escravizado africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.” (DUSSEL, 2000, p. 29).

A verdade de uma nação se tornou a verdade de um mundo. Por isso, “levantar a questão do colonialismo perturba a tranquilidade e a segurança do sujeito-cidadão moderno e das instituições modernas” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 33). Espera-se que o colonizado seja eternamente grato ao mundo ocidental por ter salvado ele da vida selvagem em que vivia, como narram os descobridores. Pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”,

interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil (DUSSEL, 2000, p. 29).

Mignolo (2017) amplia o conceito de Quijano (2018) e acrescenta um emaranhado de dimensões à colonialidade do poder, relacionadas ao controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018) colocam que uma das principais funções da abordagem decolonial deve ser evidenciar e visibilizar o pensamento negro. O projeto decolonial reúne em sua essência as lutas de resistência e enfrentamento das populações negras, principalmente e, por esse motivo, não deve servir à invisibilização do *locus* de enunciação negro. É imprescindível que as obras de autoras/es negras/os sejam referências dentro e fora da academia, senão “a decolonialidade se torna mais uma moeda acadêmica e menos um projeto de intervenção sobre a realidade” (p. 10).

A partir do resumo abaixo, pode-se observar as contribuições emergentes da Teoria Decolonial:

Quadro 11 – Sistematização da Teoria Decolonial

<b>Teoria Decolonial</b>	Sistematização de ideias do pensamento negro que estavam dispersas
	Evidenciação da raça enquanto dimensão estruturante da colonialidade e sua articulação com o capitalismo histórico
	Noção de geopolítica e corpo política do conhecimento como crítica ao eurocentrismo e ao cientificismo

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, a Teoria Decolonial vem sendo reelaborada a partir das diferentes compreensões e realidades. Nessa perspectiva, o pensamento negro produzido tem sido visibilizado, reafirmando a essencialidade dos conhecimentos localizados e diversos, de uma cultura que foi totalmente destituída de humanidade.

Entendemos que é fundamental salientar a questão da raça e também da cor, quando tratamos do debate sobre como se estrutura o racismo no Brasil. Para esta pesquisa, pensar processos que implicam na identificação das invisibilizações na construção do conhecimento agroecológico, a partir de uma abordagem decolonial, nos impulsiona a superar a perspectiva hegemônica e perceber as “margens ativas”. Parte-se da realidade apresentada na

Agroecologia, onde as mulheres negras ocupam um não lugar, configurando as margens dos pensamentos e ações que não são considerados legítimos ou são desqualificados, ou até inexistentes.

O racismo é a veia basilar e organizadora de todas as relações de dominação da modernidade e, enquanto princípio constitutivo, estrutura todo o sistema-mundo moderno/colonial. Desse lugar, o racismo estabelece quem deve viver e quem deve morrer, quem tem autoridade para produzir conhecimento e quem não tem. Em outras palavras: “O privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 12).

As/os sujeitas/os coloniais, ao rejeitarem como única opção a história local ocidental, assumem um lugar ativo, materializando os pensamentos de fronteira do projeto decolonial, tendo em vista que,

O pensamento de fronteira não é um pensamento fundamentalista ou essencialista daqueles que estão à margem ou na fronteira da modernidade. Justamente por estar na fronteira, esse pensamento está em diálogo com a modernidade, porém a partir das perspectivas subalternas (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 18- 19).

Nesse sentido, o pensamento de fronteira se manifesta como uma reação ou uma resposta ao que podemos denominar de epistemicídio, que Sueli Carneiro (2005) compreende como:

Um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (CARNEIRO, 2005, p. 97).



O epistemicídio se manifesta na inferiorização, na deslegitimação, no esquecimento, na neutralização e na indiferença dos conhecimentos, na desumanidade do outro. O outro, que por muito tempo não teve espaço ou foi indesejado na escola e no mundo do trabalho.

Pensar um projeto político decolonial implica necessariamente na desmistificação dos considerados cânones do conhecimento ocidental, na superação do critério dicotômico de raça, na visibilização das diversas formas de produção do conhecimento, considerando o *locus* de enunciação de quem está produzindo, assim como suas vivências e experiências, mas, sobretudo, na devolução do poder, do ser e do saber roubados, negados e silenciados da população negra, pois:

Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também loci enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19).

Com relação ao estudo realizado e à problematização colocada acerca da atuação das mulheres negras na Agroecologia, é importante considerar o *locus* de enunciação das/os sujeitas/os que constroem a Agroecologia nos diversos espaços. O lugar de enunciação das mulheres negras não é algo que nasce com elas, necessariamente, é mais comum do que se imagina que essa percepção aconteça de forma tarde, por conta dos processos históricos de branqueamento que incidem não só sobre a cor e o fenótipo, mas também nas mentes e ideias. E essa realidade também é parte da Agroecologia.

Afirmar o *lôcus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *lôcus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19).

A Agroecologia também integra essa sociedade colonizada, ainda que o seu surgimento tenha relação com o enfrentamento aos processos impostos na agricultura pela modernidade/colonialidade. Não é por acaso que os principais expoentes, considerados pelo meio acadêmico e pelos movimentos, são homens e brancos, e mesmo os não europeus tomaram a Europa como centro e berço de tudo o que é científico.

Na próxima seção será contextualizado como a modernidade/colonialidade impactou a

agricultura no Brasil, como a questão racial direcionou esse contexto e também como a Agroecologia foi se configurando com uma possibilidade de enfrentamento a essa realidade.

#### **4.4 A modernização do rural: um Brasil sem negras/os**

A Agroecologia tem seu surgimento na década de 1980 (FERREIRA; MATOS, 2017), como forma de enfrentamento às ações potencializadas pela revolução verde, como o uso de insumos químicos e tóxicos, a tecnificação da agricultura e o favorecimento da monocultura, a exportação de produtos da cesta básica, o aumento da fome, das doenças, da pobreza e a desmedida degradação ambiental, problemas que se mantêm ainda atualmente.

A Agroecologia foi ganhando formas conceituais, primeiramente no campo científico e ambiental, e posteriormente agregou o viés social e político (SILIPRANDI, 2015; MOTTA, 2020). Em suas bases, a Agroecologia propõe o fortalecimento das relações de proximidade, valorização dos conhecimentos e experiências tradicionais, superação das desigualdades e justiça social. A interação entre as pessoas, a natureza e o meio ambiente é tida como essencial para uma sociedade mais justa e sustentável. Pesquisas e estudos demonstram o advento da revolução verde como mecanismo colonial para a modernização da agricultura e trazem reflexões sobre a dicotomia rural e urbana, baseada na superação do atraso e do arcaico, a partir do moderno e do novo, ou seja, a modernidade como proposta de desenvolvimento para o meio rural (WANDERLEY, 2000; SILIPRANDI, 2015).

O projeto da modernização atendeu, essencialmente, aos interesses políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais dos países do Norte Global. Dessa forma, compreende-se que a subalternização das culturas e a exploração das riquezas dos países considerados periféricos é um processo atualizado pela colonialidade. Assim, concorda-se que “a colonialidade da natureza se apresenta como uma das dimensões constitutivas da colonialidade do poder” (WALSH, 2006, p. 21).

A industrialização da agricultura teve como objetivo enquadrar o Brasil sob a égide do paradigma do progresso, que por sua vez correspondia/de ao ideal eurocêntrico, hegemônico e universal. Sob essas diretrizes, a agricultura deveria ser produzida de uma única forma, padronizada, tecnificada. Diante desse cenário, as agriculturas produzidas de formas tradicionais e diversificadas e, portanto, ultrapassadas e ilegítimas, precisavam dar espaço para a tecnologização da produção agrícola, incorporando padrões industriais à sua concepção. Sobre essa ideologização do sentido de modernidade, Cimone Rozendo (2006) ressalta que:

O conceito de “modernidade”, assim como o de desenvolvimento, transmite a ideia de transição, de passagem, de ruptura, enfim, de uma revolução no tempo. Sempre que se faz referência a ela, se faz contrastando o passado arcaico, tradicional e um presente (futuro) “moderno”. Evidencia-se, frequentemente, a oposição entre o “antigo” e o “moderno”, uma ruptura, uma revolução cujo combate leva a vencedores e vencidos (ROZENDO, 2006, p. 59).

Para a transmodernidade, esse é o espaço onde se situam os saberes subalternos na intersecção do tradicional e do moderno, e onde se ancora o pensamento de fronteira.

Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2008, p. 138).

O pensamento dicotômico se utilizou das categorias novo e velho, moderno e atrasado, urbano e rural para colocar em prática o projeto de ocidentalização da agricultura no Brasil. O falacioso desenvolvimento sempre esteve atrelado à manutenção das facetas da colonização e, desse modo, um país desenvolvido não poderia em hipótese alguma continuar produzindo com base em conhecimentos ancestrais de uma cultura ilegítimada.

Foram tais mudanças e incrementos que, mais tarde, tornariam viável o rápido e acelerado processo de degradação e expropriação territorial seguida da conformação de grandes latifúndios voltados à monocultura de exportação, à urbanização e à industrialização desenfreados, característicos do desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Processo esse iniciado no Estado Novo, intensificado na República Nova (1945-64), período em que os historiadores localizam o surgimento da ideologia desenvolvimentista, e elevado a patamares de destruição e violência inimagináveis na Ditadura Militar (1964-1985), e no que hoje os colonizadores chamam de Estado Democrático de Direito (BISPO, 2015, p. 51).

A monocultura surge em substituição à agricultura tradicional, caracterizada pela diversidade produtiva e epistêmica, como um marco de promessa para o desenvolvimento do país, contando com o apoio total dos governos da ditadura. A respeito desse contexto, pode-se

afirmar que:

As monoculturas não são só de produção de grãos ou espécies vegetais/animais, são também monoculturas que refletem a contemporaneidade da colonialidade no Brasil, como a monocultura do saber, que despreza a diversidade de saberes locais em detrimento da ciência produzida pelo norte social, a qual é a única capaz de dar critérios estéticos, válidos e verdadeiros; a monocultura do pensamento de que a modernização é a única forma para um único desenvolvimento econômico sem pensar a forma sistêmica das diversidades, uniformizando sem ver a realidade local; a monocultura de consumo que busca nas prateleiras insumos químicos que antes eram substituídos por diversas tradições milenares de fertilização do solo, dentre tantas outras monoculturas (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 8-9).

Como resposta ao modelo monocultural, e em diálogo com o conhecimento agroecológico forjado nas margens, a transmodernidade propõe a elaboração de um projeto coletivo que abarque todas as diferentes formas de fazer agricultura, como parte de um projeto contra a colonialidade. Nesse sentido, informa Grosfoguel (2008, p. 139):

A transmodernidade de Dussel visa concretizar o inacabado e incompleto projeto novecentista da descolonização. Em vez de uma única modernidade, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas descoloniais que partam das culturas e lugares epistêmicos subalternos de povos colonizados de todo o mundo.

A implantação da monocultura no Brasil significou, principalmente, a padronização do saber e a imposição de uma cultura universal abstrata e ocidental, que expressa a experiência da Europa sobre as demais culturas dos países considerados subdesenvolvidos. A agricultura desenvolvida no período colonial é herança das/os negras/os que chegaram ao Brasil, trazidas/os da África na condição de escravizadas/os, e também das/os indígenas, embora neste trabalho estamos dedicando um olhar mais apurado à cultura negra. A cultura africana trouxe para o Brasil o que tinha de mais sofisticado em conhecimentos e técnicas da agricultura tradicional (CARNEY, 2004), saberes passados de geração em geração, como sinônimo de vida e existência de um povo, que foram usurpados e desconsiderados como saberes válidos e legítimos pelos colonizadores.

É da sintonia direta do ser humano e da biodiversidade que nasce o conhecimento tradicional. É característico que seja um conhecimento baseado na exploração sustentável da natureza, do conhecimento do éden, do saber passado de geração em geração de forma coletiva sobre as formas de manejo do solo, a forragem, a colheita, o uso medicinal de plantas, dentre tantos outros conhecimentos que possam vir a ser adquiridos através do

contato direto e horizontal do homem com a natureza. Os povos e comunidades tradicionais caracterizam-se por atuar em grupo e aplicar o espírito coletivo aos saberes adquiridos, utilizando-se de meios naturais e sustentáveis de produção, baseados na subsistência, como o caso dos quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, tribos africanas, dentre outros. Assim, suas práticas comuns caracterizam o conhecimento tradicional que, ao ser reiterado, forma uma tradição de cultivo da terra com respeito aos ciclos de vida que reveste aquele povo ou comunidade como único e detentor de um saber tipicamente autêntico, que os identifica (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 9-10).

Nesse sentido, observou-se outro tipo de monocultura, implementada pelos colonizadores, a monocultura da identidade, onde pessoas negras agricultoras ou quilombolas foram conferidas como camponesas. A população rural passou a ser classificada de forma padrão, como trabalhadora/trabalhador rural e camponesa/camponês, sem diferenciação das identidades, *locus* de enunciação e experiências vividas. Entretanto, esse “camponês não tem só uma ‘cara’, uma cor e um vocabulário, ele se mostra bem mais diverso e complexo. Esta constatação vem fazendo com que velhas formas de se analisar os camponeses e seus múltiplos arranjos no campo sejam revistos” (FIDELIS, 2011, p. 58).

Sobre esse aspecto, concordamos com Grosfoguel (2008), quando o autor defende que as identidades foram criadas para menosprezar e reduzir, mas elas podem servir para transcender esses lugares subalternos:

A perspectiva aqui enunciada não é uma defesa da “política de identidade”. As identidades subalternas poderiam servir de ponto de partida epistêmico para uma crítica radical dos paradigmas e modos de pensar eurocêntricos. Porém, uma “política de identidade” não é o mesmo que a alteridade epistemológica. O âmbito da “política de identidade” é limitado, não podendo alcançar uma transformação radical do sistema e da respectiva matriz de poder colonial. Uma vez que todas as identidades modernas são uma construção da colonialidade do poder no mundo colonial/moderno, a sua defesa não é tão subversiva como pode parecer à primeira vista. A identidade “negra”, “indiana”, “africana” ou identidades nacionais como a “colombiana”, “queniana” ou “francesa” são construções coloniais. A defesa destas identidades poderá eventualmente servir propósitos progressistas, dependendo do que está em causa num determinado contexto [...]. A transmodernidade prevê como reação, a “diversalidade” de respostas para os problemas da modernidade, conduzindo à “transmodernidade” (GROSFOGUEL, 2008, p. 141).

As categorias raça e negro são exemplos emblemáticos de conceitos que foram criados para reduzir, silenciar, inferiorizar e extinguir identidades e culturas, entretanto, essas mesmas categorias nos servem como catalizadoras de reações e de enfrentamento no cenário atual. Esses conceitos nos ajudam a visibilizar questões que foram negadas e colocadas embaixo do

tapete e, em grande medida, relativizadas pela colonialidade/modernidade, e que também se replicam no contexto da Agroecologia.

Na próxima seção apresentaremos trabalhos que não estão cadastrados nas plataformas hegemônicas de pesquisas, extraídos de plataformas “marginais”, do ponto de vista do que é considerado como banco de dados relevante, e para nós isso só reafirma que os saberes de culturas que ainda não são consideradas como pioneiras de arcabouços teóricos assumidos por cânones reconhecidos pela academia criam seus próprios espaços de interlocução e de (re)existência.

#### **4.5 Quilombos, comunidades rurais e conhecimentos tradicionais**

Ao buscar de forma assistemática, em sites de pesquisa na internet, por textos e trabalhos que se aproximassem da presente investigação, independentemente do formato, algumas publicações chamaram a nossa atenção, ao abordarem as organizações dos quilombos, a conformação das comunidades rurais e os conhecimentos e saberes tradicionais, todos ligados à questão da agricultura tradicional.

Um dos trabalhos trata da importância da constituição de quilombos como estratégia de sobrevivência e resistência das/os negras/os cativas/os e livres. Paula Balduino de Melo (2010), em sua dissertação de Mestrado tratou das Práticas Produtivas e Políticas Públicas com base na experiência Quilombola no Vale do Ribeira-SP. Ela descreveu que nesses espaços as pessoas negras desenvolviam agricultura tradicional, onde transmitiam o conhecimento sobre práticas e técnicas de geração em geração. A autora comenta que os quilombos se organizavam a partir de uma dinâmica própria, produzindo para o consumo e comercializando o excedente, como é possível observar no trecho abaixo:

As práticas produtivas que os quilombos desenvolveram, sendo algumas mantidas até os dias de hoje, eram de certa forma alternativas ao sistema econômico oficial da escravidão e do pós-escravidão. Isso não quer dizer que fossem, ou que sejam, isoladas do sistema. Sempre estiveram contextualizadas na produção agrícola regional (MELO, 2010, p. 15).

De acordo com a autora, observa-se que mesmo no sistema escravista existia uma articulação que envolvia os quilombos de determinadas regiões para o fornecimento de produtos agrícolas, demonstrando que os quilombos não existiam a partir de um total isolamento da sociedade circundante.

Em seus variados modos de formação, o que se destaca é a existência de grupos dotados de uma lógica social, produtiva e cultural diversa da hegemônica – a maioria das vezes antagônica – vivendo no seio da sociedade escravocrata, bem como a continuidade desses grupos. Assim, a resistência negra não está no dado do isolamento, tampouco da auto-suficiência, mas exatamente no da constituição de comunidades negras que não viviam sob a égide de um senhor branco, no contexto da sociedade escravocrata (MELO, 2010, p. 34).

Ainda sobre a formação de quilombos, Lourival Fidelis e Sonia M. Bergamasco (2013) abordam no artigo “Quilombos e a Agroecologia: a agricultura tradicional como estratégia de resistência da Comunidade Quilombola João Surá” as aproximações entre a agricultura tradicional produzida na Comunidade Quilombola João Surá, localizada em Adrianópolis-PR, e a Agroecologia, e consideram que a agricultura tradicional tem contribuído para o desenvolvimento de uma nova forma de fazer agricultura de base agroecológica. Em suas palavras: “O camponês não tem só uma ‘cara’, uma cor e um vocabulário, mostra-se bem mais diverso e complexo. Esta constatação vem fazendo com que velhas formas de se analisar os camponeses e seus múltiplos arranjos no campo sejam revistos” (p. 114).

Os autores ressaltam a existência de uma multiplicidade de etnias constituintes das populações tradicionais e que se associam à prática camponesa, reunindo diversas culturas, identidades, experiências e contribuições. Citam a existência de faxinalenses, quilombolas, ciganos, pescadores tradicionais e artesanais, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco, cipozeiros, seringueiros e geraizeiros. Abordam ainda que a agricultura para as comunidades quilombolas se configura como estratégia para garantir a segurança alimentar de seus núcleos familiares, e afirmam:

Contemporaneamente a Agroecologia vem pesquisando estas formas de se praticar a agricultura que se baseia na filosofia da existência, traçando modelos de produção conceitualmente nominados de agroecossistemas, notadamente aqueles que se valem dos recursos, conhecimentos e insumos locais para a sua reprodução e evolução (FIDELIS; BERGAMASCO, 2013, p. 115).

Nesse sentido, os autores enfatizam a forma como a agricultura tradicional estabelece conexão com o agroecossistema e as possibilidades de contribuições oriundas desse fazer ancestral para a Agroecologia.

No decorrer do trabalho, os quilombos são tomados como campo de análise, a partir do seu conceito, significado e caracterização, bem como da sua conformação e da relação das/dos suas/seus membras/os com os recursos naturais, as formas de manejo e as técnicas utilizadas,

as relações sociais, as relações com o território e a organização coletiva para a superação de problemas comuns, a partir do caso ilustrativo do Quilombo de João Surá. E, nesse sentido, foi estabelecida uma ligação direta entre a agricultura tradicional e a Agroecologia, onde os fazeres e as práticas se confundem e se somam.

Além dos estudos sobre a questão auto-organizativa e de ocupação dos territórios a partir da formação dos quilombos, também encontramos trabalhos que apresentam as experiências de comunidade negras rurais e o uso da etnoecologia para compreender os processos que lhe cercam.

Na dissertação de Mestrado de Raquel Grando (2007), intitulada “O momento de plantar e o momento de colher: estudo etnoecológico na Vila do Forte, Vão do Paranã, Goiás”, a autora associa a presença de negros no meio rural, as fugas no período da escravidão, a ocupação de terras livres e isoladas e outras formas de ocupação da terra. Nesse sentido, conclui-se que as comunidades negras rurais são essencialmente compostas por escravizadas/os ou ex-escravizadas/os, que produzem para sua subsistência de acordo com suas culturas. Sua estrutura agrária é organizada de forma coletiva, assim como o uso dos recursos hídricos, a caça, a pesca e o extrativismo. Observamos no trabalho a intensa conexão da comunidade com o meio ambiente, assim como a valorização e o cuidado com os ciclos naturais e o desenvolvimento de práticas sustentáveis. O fato de ser uma comunidade tradicional implica na noção das formas de sobrevivência e na relacionalidade com o território.

Através da etnoecologia, tratou-se de como a comunidade negra rural conserva o seu ecossistema e o meio ambiente, partindo da premissa que esse tipo de abordagem permite a percepção sobre como as/os produtoras/es rurais conhecem de forma bem estreita o seu ecossistema e preocupam-se com a permanência do ciclo natural da natureza e do meio ambiente, em sua dinamicidade.

O estudo de Grando (2007) considerou a etnoecologia como um campo em construção e se utilizou desse conceito para analisar como se dá o manejo das comunidades tradicionais, observando o *corpus*, a práxis e o cosmos, vertentes da etnoecologia propostas por Toledo (2009), acerca dos conhecimentos da comunidade negra Rural do Forte-GO.

Os trabalhos apresentados mostram como a presença da população negra sustentou as origens da agricultura no Brasil, bem como moldou sua economia, embora essa grande contribuição tenha sido negada, ao ter que responder sobre o atraso com relação às suas práticas escravistas e também ao se dar conta que muito da sociedade brasileira naquele momento histórico estava associada a essa população considerada atrasada, violenta, sem



alma e sem valores e princípios humanos (BISPO, 2015). Os quilombos e as comunidades rurais são símbolos de muita resistência e da força de um povo que em sua essência é herdeiro de uma grande riqueza ancestral. Mas é fato que a agricultura tradicional praticada por negros e negras no período colonial originou o que é denominado hoje de Agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender como a questão racial é tratada no contexto da agroecologia, situando os discursos produzidos pelas mulheres que compõem os GTs de mulheres da ANA e da ABA, sobretudo no que diz respeito às questões que (in)visibilizam as mulheres negras nesta área do conhecimento. Nesse sentido, buscou-se compreender se e de que maneira raça e gênero são articulados no âmbito da Agroecologia nesses dois espaços, que possuem uma grande relevância e que reúnem representações da academia e dos movimentos sociais.

Considerando as análises realizadas nas entrevistas, relatórios, trabalhos e pesquisas acadêmicas, o estudo demonstrou a importância atribuída pelas integrantes dos GTs mencionados ao movimento feminista agroecológico na organização das mulheres em torno de lutas para a valorização, a sistematização das experiências e metodologias e a visibilização da participação e do trabalho desenvolvido, bem como a urgência da necessidade de validação das inúmeras contribuições femininas na construção do conhecimento agroecológico.

Observando a influência do feminismo hegemônico para o movimento feminista agroecológico, foi possível perceber que as principais lutas têm seus alicerces fincados na superação das desigualdades de gênero, principalmente, ou seja, é uma demanda que concentra as especificidades das mulheres brancas. Se pudéssemos desenhar uma pirâmide e distribuir por gênero e raça, localizaremos as mulheres negras sustentando a base, logo acima os homens negros, em seguida as mulheres brancas e no topo os homens brancos. A questão é que o grupo que está situado na base dessa pirâmide, as mulheres negras, tem somado esforços, através da luta coletiva, por um projeto de sociedade que inclui a todas e todos que fazem parte dessa estrutura. Entretanto, não é através dessa mesma lógica que operam os demais grupos situados nessa pirâmide, e somos capazes de afirmar que quanto mais sua posição se aproxima do topo, mais as lutas se configuram a partir do andar de cima, e não incorporam as demandas e as lutas de quem está sustentando o funcionamento de toda a sociedade.

A pauta antirracista tem sido reportada com bastante frequência nos diversos contextos da Agroecologia, entretanto apontamos um abismo entre o discurso e a prática sobre as percepções relacionadas à forma como o racismo é emplacado e impacta o conjunto das relações sociais e o que pode ser realmente praticado para sua superação.

Os espaços de transitabilidade da Agroecologia são ocupados comumente por uma presença branca legitimada entre pares que se revezam em torno de um grupo de semelhanças,

mesmo quando se trata de homens e mulheres. Vale a pena destacar essa constatação, na medida em que o movimento feminista agroecológico se mantém vigilante com relação à participação das mulheres nos espaços de visibilidade e protagonismo na Agroecologia, mas ainda embasado na figura de uma mulher universal, que não representa uma diversidade. A ausência das mulheres negras nos espaços de decisão e/ou de poder da Agroecologia não parece afetar o contexto geral, justamente porque suas demandas são questões tratadas como identitárias e de menor importância para o conjunto de mulheres.

As mulheres negras buscam a igualdade, de forma que não precisem esconder as diferenças que constituem suas identidades, onde é possível existir do jeito que se é (LESSA, 2020, p. 20). Afirmamos que a ideia de diversidade que aparece nas narrativas das entrevistadas não está diretamente associada à noção de diferença, como as feministas agroecológicas insistem em defender, pois na realidade esse posicionamento promove muito mais um esvaziamento do conceito de diferença do que a valorização das demandas específicas da diversidade anunciada.

Vale ressaltar que o despertar de uma pessoa negra, em um sentido político – como abordado por Neuza Santos Souza, Silvio de Almeida e Franz Fanon – é algo muito singular e consiste no dar-se conta das suas capacidades e potencialidades como sujeitas/os dos processos e, nessa perspectiva, concordamos com Luciana Falcão Lessa (2020, p. 21), quando afirma que “só é possível restituir a nossa condição de sujeitas quando nós falamos e escrevemos por nós mesmas e do nosso jeito. Essa é a nossa forma de produzir conhecimento, que implica incorporar na escrita as nossas experiências, lutas, dores e críticas sociais”. É fundamental que as mulheres negras, que sofrem simultaneamente das diversas opressões, sejam escutadas e acolhidas a partir de suas demandas apresentadas, para que o ideal de justiça social defendido pela Agroecologia possa vir a se concretizar.

As feministas agroecológicas que ocupam lugares de decisão, em sua maioria mulheres brancas, reconhecem que o debate racial surge na Agroecologia quando as mulheres negras começam a mobilizar essa questão, e ressaltam que nunca fizeram oposição a essa discussão. Afirmam que as mudanças estruturantes na Agroecologia são orquestradas pelas mulheres e essa pauta chegou à Agroecologia porque as feministas agroecológicas deram abertura para essa discussão.

Considerando a lógica exposta nos discursos, destacamos neste trabalho a predominância de uma relativização e minimização das questões raciais, quando estas passam a ser amplificadas a ponto de ganhar proporções que ameaçam a manutenção do poder e das vantagens da branquitude feminina neste universo. É como se a pauta racial só tivesse

chegasse quando as feministas agroecológicas permitiram, e essa permissão pressupõe limites simbólicos que não podem ser ultrapassados. É perceptível em algumas narrativas o desconforto de ter o debate sobre o racismo emplacado como tema central dos GTs de Mulheres da ANA e da ABA, pois para muitas, mesmo no Brasil, o racismo não afeta apenas as mulheres negras. Esse entendimento mostra o quanto ainda precisamos avançar na diferenciação sobre o que é racismo e o que é preconceito social e de quais contextos estamos tratando.

O racismo no Brasil é tão antigo quanto a própria escravização da população negra, e a literatura que trata de sua origem histórica mostra a cor da pele como alicerce principal para a consolidação de uma supremacia branca. A negação ou relativização do racismo corrobora com o escamoteamento de suas facetas e, conseqüentemente, com sua manutenção. Isso se deve principalmente ao mito da democracia racial, que predominou no Brasil em um passado recente, disseminando a falsa ideia de que existia apenas uma raça humana, que todas e todas viviam em harmonia e que tinham as mesmas oportunidades. Consideramos que esses posicionamentos colaboram substancialmente para a existência do racismo na Agroecologia, que é parte desta sociedade, e na presente tese constatamos que se concretiza nos corpos das mulheres negras ocupando um não lugar.

É importante ressaltar que a forma como a sociedade se configura, separando e hierarquizando segundo raça, classe e gênero, além de promover todas as desigualdades que tratamos ao longo desta tese, também é fator que acarreta muito adoecimento da população negra, inclusive no campo psíquico, e na Agroecologia isso também está presente.

Destacamos no texto como a abordagem decolonial valoriza as experiências das/os diferentes sujeitas/os com a finalidade de forjar novas bases estruturantes, construindo um *locus* de agenciamento à luz do conhecimento de populações inferiorizadas e subjugadas, permitindo a (re)existência de outras perspectivas, em contraposição à modernidade/colonialidade e à universalidade.

Do ponto de vista da decolonialidade, os saberes subalternizados se constituem como instrumentos essenciais para o enfrentamento e a transformação desta realidade. Essa abordagem pode contribuir para que a Agroecologia possa materializar sua proposta revolucionária, enquanto prática, reconhecendo a identidade dos povos que forjaram suas origens, afastando as características colonizadoras, de apropriação cultural, de folclorização do que é ser indígena, do que é ser quilombola, do que é ser agricultora/agricultor, por exemplo, e deixando que sejam e façam o que queiram, sem a necessidade de nenhum tipo de tutela ou manipulação. Além disso, consideramos que é imprescindível reconhecer que a

Agroecologia é um campo de estudos que tem falhas, defeitos, desmistificando a ideia de que é essencialmente um campo poético, harmonioso, artístico, alegre e positivo, é necessário apresentar suas reais fissuras.

Na Agroecologia também existe racismo, expropriação, desigualdades, entraves, disputas, pobreza e violência, e acreditamos que ainda estamos em construção, no que diz respeito às práticas e à promessa de um projeto de transformação estrutural. Reconhecemos que a perspectiva feminista é uma das frentes mais inovadoras e que mais se aproximou de uma proposta de (re)estruturação da Agroecologia, embora esteja voltada para um perfil único de mulher. Para que a narrativa do bem-viver possa ter chance de se tornar uma realidade concreta na Agroecologia, é urgente que façamos um giro decolonial, para que possamos contar a história de outra forma, incluindo a produção do conhecimento de outras/os sujeitas/os que sempre foram colocadas/os à margem, inclusive nos currículos acadêmicos.

Ainda que a Agroecologia anuncie um projeto de sociedade que apresenta muitas lacunas e ausências, acreditamos que é um horizonte possível para que as mudanças aconteçam, sobretudo a incorporação e o comprometimento com a questão racial. É preciso romper com a marginalização dessa pauta estruturante, para que ela se torne transversal nos diversos GTs e espaços em que a Agroecologia vem sendo construída, e não apenas guetizado em GTs e períodos específicos, como o Julho das Pretas e o Novembro Negro, que servem apenas como cotas e que não ameaçam a legitimidade e os privilégios da branquitude.

Reafirmamos a interseccionalidade como uma teoria analítica instrumentalizadora capaz de contribuir com o agenciamento da participação das mulheres negras na Agroecologia. Reconhecemos que essa lente epistemológica, teórica e metodológica é capaz de contribuir para recuperar o ideal de transformação anunciado pela Agroecologia e, nesse sentido, superar o racismo estrutural existente em suas bases.

Os conceitos de bem-viver e de justiça social estão presentes na Agroecologia, na decolonialidade e na interseccionalidade, perspectivas que consideram importantes os saberes presentes nas comunidades, nos grupos, nos movimentos. O bem-viver é uma das principais reivindicações estabelecidas na Carta da Marcha de Mulheres Negras (2015), que tem como mote principal a sustentabilidade, que deve ser construída na relação entre as pessoas e o conjunto do meio ambiente em contraposição ao capitalismo, para desestruturar o racismo. Nesse sentido, insistimos na urgência de enegrecer a Agroecologia, para que realmente esse campo do conhecimento cumpra com seu propósito de transformação social.

Considerando que este estudo não se encerra neste trabalho de tese e mobiliza desdobramentos e problematizações para estudos futuros, retomamos a seguinte reflexão: o

nazismo é uma violência contra a humanidade, que tem caráter inquestionável, e a escravidão não tem esse mesmo julgamento, ainda quando todos os fatos e consequências históricas são apresentados abertamente, incluindo toda a desumanização a que foram submetidas as pessoas negras, que tiveram suas vidas roubadas e culturas aniquiladas.

Seguimos pedagogicamente articulando fatos históricos que nos mostram porque a população negra possui os piores índices educacionais no Brasil, o maior contingente de pessoas desempregadas, ocupando um maior número de postos de trabalhos precários ou de baixo escalão, incluindo o aumento de mulheres negras vítimas de feminicídio, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha, e de uma juventude que vive constantemente ameaçada, entre outras dimensões que poderíamos relatar.

Por fim, para que a Agroecologia se torne um campo do conhecimento realmente antirracista, é preciso ir além do lema “Se tem racismo não tem Agroecologia”, onde as pessoas negras, sobretudo as mulheres, passem a ser consideradas como sujeitas e a manutenção dos privilégios da branquitude seja questionada como ameaça a um novo projeto de sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. **Agroecología**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente; Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvh/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). **Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 1 jan. 2021
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 9 out. 2019.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 9-27.
- BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, p. 67-82, set./dez. 2018. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br). Acesso em: 1 jan. 2021.
- BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: Produção Executiva e planejamento do INCTI, 2015.

BORSANI, Maria Eugenia. Reconstrucciones metodológicas y/o metodologías a posteriori. **Astrolabio**, Argentina, v. 13, p. 146-168, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/issue/view/926>. Acesso em: 2 out. 2020

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2020.

BUENO, Winnie de C.; ANJOS, José C. dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 359-369, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/P6GkM9LzkwSQ8CDxM4wnT3F/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 8, p. 91-107, 2º semestre 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CARDOSO, Elisabeth. Mulheres e as tecnologias na agroecologia. Diálogos convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. Conversatório 4. Cadernos de Agroecologia. **Anais [...]**, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/9>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 1 jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 1 nov. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CARNEY, Judith. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana botânica do período colonial. **Revista África**, [S. l.], n. 22-23, p. 25-47, 2004. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i22-23p25-47. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74569>. Acesso em: 5 nov. 2020.

CARTA da Marcha das Mulheres Negras. **Insurgência**: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, Brasília, v. 7, n. 2, p. 327-338, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39121>. Acesso em: 1 maio 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought in the matrix of domination. In: COLLINS, Patricia Hill (ed.). **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 121-238. Disponível em: <http://www.runet.edu/~lridener/courses/blkfem.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.



COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, Maria da Graça. **Mulheres e Agroecologia no Rio de Janeiro**: construindo uma política feminista a partir das margens. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28989>. Acesso em: 1 out. 2021.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda D. B.; LEITE, Jáder F. Feminismos e agroecologia: lutas contemporâneas na cidade. In: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete; AMPARO-SANTOS, Ligia (org.). **Cidade, corpo e alimentação**: aproximações interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 69-98. vol. 1.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. **Pesquisa e Práticas Psicossociais** [on-line], v. 15, n. 4, p. 1-13, 2020. ISSN 1809-8908. Disponível em: [http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e3561](http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3561). Acesso em: 1 jan. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de *et al.* (org.). **Descolonizar o feminismo**. Brasília: Editora IFB, 2019. p. 32-51.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSK, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2000. p. 24-33.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>. Acesso em: 1 fev. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza: passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector (org.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Editorial Abaré, 2005. p. 17-55.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. Tradução de Cecília Floresta e Gabriel Bueno. **Arte e descolonização**, MASP, Afterall, 2020.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys; ZIROLDO, Nadia Luciene. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 425-446, mar. 2022. ISSN 1980-0614. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84444/45913>. Acesso em: 1 dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v17i1.84444>.

FERREIRA, Ana Paula; MATTOS, Luis Claudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, jun. 2017. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n2/v69n2a13.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2021.

FIDELIS, Lourival. Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Cadernos CERU**, v. 22, n. 1, p. 57-72, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/29465/31324>. Acesso em: 1 out. 2021.

FIDELIS, Lourival. M.; BERGAMASCO, Sônia M. P. P. Quilombos e a Agroecologia: a agricultura tradicional como estratégia de resistência da Comunidade Quilombola João Surá. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 18, p. 112- 141, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/401/204>. Acesso em: 1 out. 2021.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>. Acesso em: 1 jan. 2022.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 2-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 1 dez. 2021.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOES, Emanuelle. Intersecção do racismo e do sexismo, mulheres negras e saúde. **Portal Geledés**, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/interseccao-do-racismo-e-do-sexismo-mulheres-negras-e-saude/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro:

Graal, 1982. p. 87-106.

GRANDO, Raquel Lopes Caribé. **O momento de plantar e o momento de colher**: estudo etnoecológico na Vila do Forte, Vão do Paranã, Goiás. 2007. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4773>. Acesso em: 1 fev. 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [On-line], v. 80, p.115-147, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 20 abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 62-89.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências e Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 15, p. 117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jan. 2022.

GUIMARÃES, Antônio S. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, p. 26-44, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod\\_resource/content/1/ASG\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo\\_NE%2043\\_1995.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf). Acesso em: 1 fev. 2022.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 18-28, jan./mar. 2002. Disponível em: <https://mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c7354002f.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 8 nov. 2020.

HIRATA, Helena. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, p. 7-15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/41160>. Acesso em: 1 jan. 2022.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6898>. Acesso em: 1 jan. 2020

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE*, 4., 2017, Santa Maria. **Anais [...]**: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. p. 1-16.

LESSA, Luciana Falcão. **O que o racismo fez com você?** 2020. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32532>. Acesso em: 1 mar. 2021.

LOPES, Dailza Araújo; FIGUEIREDO, Angela. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Revista OPARÁ**, v. 6, n. 8, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/5027>. Acesso em: 9 set. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 5 set. 2021.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa L. Walter; DUTRA, Délia. Outras epistemologias para os estudos de gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.] v. 12, n. 3, p. 229-248, 2018. DOI: 10.21057/repamv12n3.2018.30554. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997>. Acesso em: 4 dez. 2022.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane D. de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwqP/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 11, p. 10-31, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/1882>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. Pós-colonialismo e o anjo do progresso. *In: MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 15-42.

MELO, Paula Balduino de. **Práticas produtivas e políticas públicas: uma experiência quilombola no Vale do Ribeira/SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7267/1/2010\\_PaulaBalduinoMelo.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7267/1/2010_PaulaBalduinoMelo.pdf). Acesso em: 1 fev. 2022.

MELO, Paula Balduino de; ABREU, Viviane E. Negritude, gênero e alimentação em contexto pandêmico: relações campo-cidade. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 57, p. 225-240, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/27408>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MONTIEL, Marta; FERRE, Marta; ROCES, Irene. O Caminho para a Agroecologia Feminista. **Revista Agriculturas**, 2020. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/o-caminho-para-a-agroecologia-feminista/>. Acesso em: 1 jan. 2019.

MOREIRA, Núbia. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e em São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/feminismo-negro-brasileiro-estudo-movimento-mulheres-negras-rio-janeiro-sao-paulo> Acesso em: 1 mar. 2021.

MOREIRA, Núbia; EVANGELISTA, Nadila; SANTOS, João Paulo. A experiência feminina negra e suas interrogações à política e prática curriculares. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, BA, v. 15, n. 32, p. 115-131, abr./jun. 2019. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5046>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SANCHEZ, Glória. P. Z. *et al.* (Coord). **Agroecología en femenino**. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. SOCLA, 2018. p. 61-72.

MOTTA, Vivian Delfino. Agroecologia antirracista: uma insistência. **Caderno de Agroecologia**, v. 16, n. 1, n.p. 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6610>. Acesso em: 1 dez. 2021.

MOTTA, Vivian Delfino. Por uma agroecologia antirracista. Cadernos de Agroecologia. COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA, 3. **Anais [...]**. V. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6396>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MOTTA, Vivian Delfino. Para quem é esse lugar? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 3, p. 222-241, 2022. ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v17i3>.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 255-281.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOBRE, Miriam. Agroecologia e economia feminista: tecendo a sustentabilidade da vida. **Revista NEADS**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2020. Disponível em: <http://neads.btv.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revneads/article/view/8>. Acesso em: 1 out. 2022.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jan. 2022.

OLIVEIRA, Eduardo Davi de. Filosofia da Ancestralidade como Filosofia Africana: Educação e Cultura Afro-Brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação RESAFE**, v. 18, p. 28-47, 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i18.4456>.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/1997/02/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n-71-1997-02.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2021.

PADOVANI, Natália Corazza. É possível fazer Ciências Sociais sem uma análise crítica das categorias de diferenciação? Uma proposição feminista. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6-30, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/37720>. Acesso em: 5 set. 2020.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5 n. 28, jan./fev. 1987. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf). Acesso em: 1 jan. 2022.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2020.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência “norma(l)cho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, ano 8, v. 2, n. 15, p. 25-52, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3430/482483578>. Acesso em: 7 mar. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 107-130.

RAMOS, Flávia Soares. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 43- 65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28129>. Acesso em: 1 jan. 2022.

ROZENDO, Cimone. **Políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30560?show=full>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 1 jan. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, jan./abr. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/?lang=pt>. Acesso em: 1 jan. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em novo mundo nos trópicos. *Philia & Filia*, v. 2, n. 2, p. 85-117, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24427/14103>. Acesso em: 30 jun. 2022

SELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico. **Revista CS**, n. 29, p. 47-72, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186>.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 118-130, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51983/34466>.

Acesso em: 1 set. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Tabula Rasa** [on-line], v. 14, p. 183-204, 2011. ISSN: 1794-2489. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39622094008>. Acesso em: 2 out. 2020.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519>. Acesso em: 1 jan. 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; MIGNOLO Walter; WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Argentina: Ediciones del signo, 2006. p. 21-70.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Ideias**, Revista do IFCH/UNICAMP, v. 3, n. 2, p. 25-54, 2000. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/78>. Acesso em: 1 fev. 2022.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 7-17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 30 maio 2020.



# APÊNDICE

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada para pesquisa de campo intitulada **COR E RAÇA NA AGROECOLOGIA: AS MULHERES NEGRAS E SEUS REPERTÓRIOS**, desenvolvida por Carine de Jesus Santos a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (84) 99932-2273 ou e-mail carinejesus@ufrn.edu.br. Fui informada, ainda, que esta pesquisa conta com orientação da Prof. Dr. Cimone Rozendo (PGCS - UFRN).

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora Carine de Jesus Santos e sua orientadora Cimone Rozendo de Souza. Esses serão utilizados para fins acadêmicos.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Ass. \_\_\_\_\_